



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

KARINE GALINDO DE ALENCAR

**INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES
DE TRABALHO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

**FLORIANÓPOLIS (SC),
2024**

KARINE GALINDO DE ALENCAR

**INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES
DE TRABALHO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Políticas Educacionais, Formação, e Trabalho Docente.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina da Rosa
Fonseca da Silva

**FLORIANÓPOLIS (SC),
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Alencar, Karine Galindo de

Intensificação do Trabalho Docente : uma análise das condições
de trabalho dos professores de educação infantil / Karine Galindo de
Alencar. -- 2024.

123 p.

Orientadora: Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2024.

1. Intensificação do Trabalho Docente. 2. Educação Infantil. 3.
COVID-19. 4. Materialismo Histórico-Dialético. I. Silva, Maria
Cristina da Rosa Fonseca da. II. Universidade do Estado de Santa
Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação. III. Título.

KARINE GALINDO DE ALENCAR

**INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES
DE TRABALHO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Dissertação julgada adequada para obtenção do Título de Mestre em Educação junto ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE do Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

Florianópolis, 23 de abril de 2024.

Banca Examinadora:

Presidente/a: _____

Prof^ª. Dr^ª. Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

Membro: _____

Prof^ª. Dr^ª. Soraya Franzoni Conde
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

Membro: _____

Prof. Dr. Lidnei Ventura
Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar admitindo que talvez eu falhe em agradecer a todos aqueles que de alguma maneira fizeram parte do caminho trilhado ao longo dos anos para realizar esse objetivo pessoal e profissional que foi cursar e concluir um mestrado em educação.

Primeiramente, inicio agradecendo aos meus familiares que fizeram parte do meu processo formativo. Agradeço ao meu pai que me inspirou em seguir sua carreira na educação, a minha mãe de quem recebi todo apoio em relação à faculdade e em todas as decisões que tomei em minha vida, aos meus irmãos os quais eu procurei ser um exemplo e quem sabe um motivo de orgulho. E, por fim, ao meu avô Pedro com quem sei que posso contar em qualquer situação.

Os meus agradecimentos se estendem à família Christopher, na qual encontro incentivo, parceria e compreensão. Meu marido me acompanhou durante toda a minha trajetória acadêmica, as frustrações, medos e realizações. Perdi a conta das vezes que ele foi me buscar no ponto de ônibus tarde da noite para que eu não voltasse sozinha, ou quando conseguiu nos proporcionar a condição financeira necessária para que eu pudesse me dedicar ao mestrado. Nesses nove anos juntos superamos diversos desafios e obstáculos. Ele sempre foi um “realizador de sonhos”, seja dos meus, os dele ou daqueles que temos em comum. Muito obrigada, lindo, te amo com todas as minhas forças.

Outra pessoa que participou da construção desta pesquisa foi a minha orientadora na instituição, a prof.^a Dr.^a. Maria Cristina, com quem a convivência me proporcionou muito aprendizado. Obrigada.

Agradeço à Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) por proporcionar um ensino público de qualidade e gratuito. Estendo esse agradecimento ao programa da Capes do qual usufrui sendo bolsista e pude estar me dedicando neste período aos estudos da pós-graduação.

Ao seleto grupo de amigos (sem citar nomes) que me acompanharam durante a vida e nesse período de pós-graduação, obrigada! Pela companhia, pelas risadas, pelos cafés, vocês foram importantes nesse processo árduo, porém recompensador, de ser pesquisadora.

Por fim, devo agradecer a mim mesma, por saber exatamente o lugar em que desejo chegar e que a minha persistência e determinação um dia vão me levar a alcançar objetivos inimagináveis, como foi esse de me tornar mestra!

RESUMO

A dissertação compreendeu o esforço em sistematizar os estudos produzidos no período de (2020-2022) que analisaram os impactos do COVID-19 nas condições de trabalho dos professores da Educação Infantil. Conforme as informações sobre a pandemia da COVID-19 foram sendo divulgadas e amplamente discutidas, o mundo precisou passar por diversas modificações visando reduzir a disseminação da doença. Essas mudanças também foram necessárias na educação, acentuando o fenômeno da precarização e intensificação do trabalho docente. Em uma sociedade capitalista, o papel do Estado na produção destes fenômenos torna-se ainda mais evidente com a implementação do Ensino Remoto na educação pública. O avanço da tecnologia com a Indústria 4.0 tem implicado na natureza das relações de trabalho e no setor educativo, transformando o trabalho docente. Dessa forma, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar como os estudos revelam os impactos da COVID-19, no período de (2020-2022), no trabalho dos professores de Educação Infantil. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, foi realizado o levantamento das produções acadêmicas divulgadas entre os anos de 2020 e 2022. A técnica de análise empregada no percurso investigativo consistiu na análise de conteúdo e as possíveis análises empreendidas foram fundamentadas nos preceitos marxistas presentes no materialismo histórico-dialético. Os resultados evidenciaram que o papel do Estado na produção do fenômeno de precarização durante a pandemia da COVID-19 foi acentuado por suas ações não proporcionarem as condições de trabalho necessárias para o professor desenvolver sua função. Houve igualmente impactos na educação, sendo os principais: uso do *WhatsApp* como uma plataforma digital para contatos, interação e envio de arquivos às famílias e crianças; acentuação do controle e monitoramento do trabalho docente e limitação da autonomia docente. Estes puderam ser relacionados às evidências de intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de Educação Infantil em virtude da implementação da Indústria 4.0. Em suma, neste estudo consta a caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil, presente nas produções acadêmicas investigadas.

Palavras-chave: Intensificação do Trabalho Docente; Educação Infantil; COVID-19; Materialismo Histórico-Dialético.

ABSTRACT

This thesis aims to systematize the studies produced in the period (2020-2022) that analyzed the impacts of COVID-19 on the working conditions of Early Childhood Education teachers. As information about the COVID-19 pandemic was released and widely discussed, the world had to undergo several changes to reduce the spread of the disease. These changes were also necessary in education, accentuating the phenomenon of precariousness and intensification of teaching work. In a capitalist society, the role of the State in the production of these phenomena becomes even more evident with the implementation of Remote Learning in public education. The advancement of technology with Industry 4.0 has impacted the nature of work relationships and, in the educational sector, transformed teaching work. Therefore, this research had the general objective to analyze how studies reveal the impacts of COVID-19, in the period (2020-2022), on the work of Early Childhood Education teachers. Through bibliographical research, a survey of academic productions published between the years 2020 and 2022. The analytical technique used in the investigative process consisted of content analysis, and the possible analyses undertaken were based on Marxist principles present in historical-dialectical materialism. The results showed that the role of the State in producing the phenomenon of precariousness during the Covid-19 pandemic was accentuated by its actions, not providing the necessary working conditions for teachers to carry out their role. There were also impacts on education, with the main ones being: the use of WhatsApp as a digital platform for communication, interaction, and file sharing with families and children; increased control and monitoring of teaching work; and limitation of teacher autonomy. These impacts could be related to evidence of intensification and precarization that occurred in the work of Early Childhood Education teachers due to the implementation of Industry 4.0. In summary, this study includes the characterization of the impacts of COVID-19 on the work of Early Childhood Education teachers, as found in the investigated academic productions.

Keywords: Intensification of teaching work; Early childhood education; COVID-19; Historical-Dialectical Materialism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Planilha de composição do corpus análise.....	66
----------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantidade e detalhes do material constituinte do <i>corpus</i> de análise...	69
Tabela 2	Quantificação das categorias e unidades de análise.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Agrupamento da Categoria “Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil”.....	74
Quadro 2	Produções integradas na categoria “Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil”.....	76
Quadro 3	Agrupamento da Categoria “ O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente”.....	85
Quadro 4	Produções integradas na categoria “O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente”.....	86
Quadro 5	Agrupamento da Categoria “As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0”..	91
Quadro 6	Produções integradas na categoria “As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0”.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACT	Admissão de Professores em Caráter Temporário
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
Anvisa	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BNC-Formação	Base Nacional Comum para a Formação de Professores
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cedei	Curso de Especialização e Docência na Educação Infantil
Dr. ^a	Doutora
EAD	Educação à Distância
Faed	Centro de Ciências Humanas e da Educação
FMP	Faculdade Municipal de Palhoça
Fundeb	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
Fundef	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
n.	Número
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
Pibic	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
Prof. ^a	Professora
PSPN	Piso Salarial Profissional Nacional
RBE	Revista Brasileira de Educação
RCNei	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica

SciELO	Scientific Eletronic Library Online
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
Udesc	Universidade do Estado de Santa Catarina
Ufac	Universidade Federal do Acre
Ufsc	Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO	20
1.1. POLISSEMIA DA CATEGORIA TRABALHO.....	28
1.2 TRABALHO DOCENTE E ESCOLA	35
2 A INDÚSTRIA 4.0 E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO.....	43
2.1 SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	51
2.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES.....	55
2.3 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	61
3 OS ESTUDOS SOBRE A COVID-19 NA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE.....	65
3.1 PERCURSO METODOLÓGICO	65
3.2 PRÉ-ANÁLISE: CONSTRUÇÃO DO <i>CORPUS</i> DE ANÁLISE	66
3.3 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL	72
3.4 INFERÊNCIA E A INTERPRETAÇÃO: POSSÍVEIS ANÁLISES.....	74
3.4.1 Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil.....	74
3.4.2 O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente.....	86
3.4.3 As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS.....	106
APÊNDICES: <i>Corpus</i> de análise	115
APÊNDICE A - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)	115
APÊNDICE B - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO):	117
APÊNDICE C - PERIÓDICOS CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR):	118
APÊNDICE D - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED):.....	122

INTRODUÇÃO

O entusiasmo de estudar sobre a intensificação do trabalho docente surgiu primeiramente do meu interesse pessoal por pesquisar o adoecimento dos professores, tendo em vista ter iniciado a graduação em um curso que futuramente me faria pertencer a essa categoria. Assim, no início da minha formação em Pedagogia na Universidade Federal do Acre (Ufac), participei do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), no qual permaneci por um período de dois anos. Durante a realização da pesquisa, estudo sobre a intensificação do trabalho, mal-estar e adoecimento dos professores atuantes na rede pública municipal do Ensino Fundamental de Rio Branco.

Sou formada em Pedagogia pela Faculdade Municipal de Palhoça (FMP), e durante a escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pude continuar a escrever sobre a temática citada acima, de modo a considerar a familiarização com a área, bem como a relevância social e emergente do assunto. Por esses motivos, tinha a plena convicção de que a minha pesquisa de mestrado continuaria a dedicação para contribuir com os estudos da área.

Desta feita, o problema de pesquisa consistiu em: como os estudos apontam que a COVID-19 impactou, no período de pandemia (2020-2022), o trabalho dos professores do segmento de Educação Infantil? O Objetivo Geral consistiu em: analisar como os estudos revelam os impactos da COVID-19, no período de (2020-2022), no trabalho dos professores de Educação Infantil. Para tal, os Objetivos Específicos foram: investigar o papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente; relacionar as evidências da intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da implementação da indústria 4.0; sistematizar os estudos produzidos no período de 2020 a 2022 que analisaram os impactos do COVID-19 nas condições de trabalho dos professores da educação infantil; identificar na bibliografia as possíveis mudanças ocorridas no trabalho dos professores em razão da COVID-19. A elaboração da hipótese constitui-se em leituras do referencial teórico e análise primária da produção acadêmica selecionada. Assim, acredita-se que as mudanças no trabalho do professor, ocasionadas pelo coronavírus, tenham gerado uma maior intensificação do trabalho em sua atuação.

A realização da pesquisa bibliográfica buscou mapear a produção existente entre os anos de 2020 e 2022 sobre as temáticas da intensificação do trabalho e da precarização docente em razão da COVID-19. Essa investigação foi realizada nas plataformas oficiais como a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), a Scientific Electronic Library Online (SciELO), o

Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Periódicos Capes) e os anais das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Os resultados obtidos ajudaram a definir um recorte temporal e mostraram um caminho que poderia ser seguido em relação ao fenômeno pesquisado e a definição do objeto de estudo: O impacto nas condições de trabalho dos professores de educação infantil no período da pandemia de coronavírus. Para tal, a técnica de análise de conteúdo, embasada em Bardin (1977) e Minayo (2002), foi utilizada no tratamento dos dados, visando sua seleção e organização. As análises empreendidas no material selecionado foram fundamentadas principalmente nos preceitos marxistas presentes no materialismo histórico-dialético.

As condições de trabalho docente na Educação Infantil brasileira são, segundo Conde (2018, p. 165), um “assunto pouco abordado nas pesquisas educacionais”. Assim, mediante o levantamento bibliográfico, constatei a necessidade de aprofundar o debate sobre os reflexos da pandemia de COVID-19 no trabalho dos professores que atuam diretamente na Educação Infantil. Essa constatação teve em vista a relevância social que a profissão docente possui, bem como as mudanças que ocorreram no cenário educacional brasileiro durante e após o período de isolamento social como medida de controle da pandemia.

Dentre essas modificações, a principal ocorreu quando, seguindo as orientações sanitárias do Ministério da Saúde, o atendimento presencial nas creches e pré-escolas foi suspenso, tendo o Ensino Remoto como alternativa. Para este ocorrer, deveria haver condições mínimas de realização como “[...] o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais” (Galvão; Saviani, 2021, p. 38). Logo, desvela-se uma das contradições presentes no uso do Ensino Remoto, visto que, possivelmente a maioria das condições necessárias para esse funcionamento foram minimamente atendidas, causando diversos prejuízos à comunidade escolar (professores, alunos e familiares).

Durante o levantamento bibliográfico também identifiquei a carência de estudos que tratam especificamente do profissional que atua na primeira infância. Essa constatação encontra respaldo em Conde (2018, p. 165), segundo a qual, “por um lado, as produções na área da educação e infância não costumam se dedicar às questões relacionadas ao trabalho na educação infantil; por outro, as produções da área trabalho e educação ignoram os problemas relacionados ao universo do trabalho com crianças”. Assim, ao constatar essa lacuna, a minha inquietação como pesquisadora despertou em relação a esse público especificamente.

Considero que os aspectos apresentados refletem diretamente no exercício da profissão, tornando extremamente necessário aprofundar o estudo e demonstrar as implicações da COVID-19 para os professores que “[...] acabaram arcando com os custos e prejuízos de saúde física e mental decorrentes da intensificação e precarização do trabalho” (Galvão; Saviani, 2021, p. 39). Pretendi igualmente evidenciar com esta pesquisa as relações da Indústria 4.0 com as evidências da intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de educação infantil.

De acordo com Benini *et al.* (2020, p. 8), a integração “entre capital, trabalho e educação é de suma importância para a manutenção do metabolismo social vigente”. Levando em consideração que essa forma de produção social da vida acontece por meio das relações de produção na sociedade capitalista, que são determinadas historicamente. Assim, torna-se possível localizar e compreender os professores de educação infantil como pertencentes ao funcionamento da lógica capitalista e também síntese de múltiplas determinações (Lenin, 2013; Marx, 2008).

Por conseguinte, o sujeito que produz sua existência dentro dessa estrutura econômica está subordinado a uma organização política e jurídica. Nesse momento, entra o Estado, como expressão das relações entre as classes dominante (aqueles que detém os meios de produção) e os trabalhadores (que vendem sua força de trabalho), e na tensão dos interesses antagônicos entre as classes, o Estado se legitima como aparelho regulatório que deve garantir direitos iguais. No entanto, em uma ótica materialista histórico-dialética, o conceito de Estado está em constante movimento, e a ideia de sua neutralidade deve ser superada, uma vez que este, aparenta funcionar de maneira universal, mas defende os interesses particulares da classe dominante, garantindo a manutenção das relações de classe e acumulação do capital (Iasi, 2011; Lenin, 2013; Marx, 2008).

À vista disso, em decorrência das mudanças observadas ao longo dos anos no mundo do trabalho, percebemos que, “assim como o trabalho em geral, também o trabalho docente tem sofrido relativa precarização nos aspectos concernentes às relações de emprego” (Oliveira, 2004, p. 1140). A autora ressalta que essa precarização decorre de inúmeros fatores tais como: elevação de contratos temporários nas redes públicas de ensino, o aumento salarial não acompanhar a inflação, ineficiência do plano de carreira, o aniquilamento das garantias trabalhistas e previdenciárias, ocasionados pelos processos de transformação do aparelho de Estado que “[...] tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público” (Oliveira, 2004, p. 1140). Logo, o fenômeno da precarização está intrinsecamente ligado com a intensificação, uma vez que esse profissional ao realizar o seu trabalho em condições precárias se depara com sentimentos de “[...] incertezas, a insegurança, a

instabilidade e a impotência, o que contribui para a intensificação” (Viegas, 2022, p. 2). Considero fundamental acrescentar outra constatação feita pelo autor no que tange essas modificações ocorridas no trabalho dos professores. Segundo ele, requer-se um maior esforço físico e psíquico, o que acaba também se refletindo na saúde destes profissionais.

Isso posto, no final de 2019 e início do ano de 2020 a população mundial presenciou o surgimento e alastramento da COVID-19 definida no site do ministério da saúde como uma infecção respiratória aguda gerada pelo coronavírus SARS-CoV-2, considerada eminentemente grave e de alta transmissibilidade e disseminação global. “O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China [...]” (Brasil, [202-]). Os dados de infecção e morte por causa da doença cresceram ao redor do mundo, e ações e medidas sanitárias foram iniciadas para reduzir a contaminação, por exemplo, a criação de vacinas específicas que amenizam os sintomas da doença no organismo humano.

No Brasil, o cenário foi diferente dos países engajados em atravessar esse momento de crise mundial. “O governo Bolsonaro não apenas foi omissos e irresponsável, como pode ser classificado como genocida, pois nem mesmo aplicou os recursos aprovados pelo Congresso Nacional destinados ao combate ao novo coronavírus” (Galvão; Saviani, 2021, p. 37). Enquanto a vacinação iniciou mundialmente ainda no ano de 2020, os brasileiros tiveram acesso às vacinas somente no ano de 2021 sob forte crítica do ex-presidente Jair Bolsonaro, que negou publicamente a eficácia da vacina em diversas coletivas de imprensa e incentivou tratamentos alternativos que não foram aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)¹, bem como, pela comunidade científica brasileira. Atualmente, os dados brasileiros em 2024 disponibilizados pelo site do ministério da saúde contabilizam o total de 709.601 óbitos, em decorrência da pandemia da COVID-19.

Como sabemos, o enfrentamento do vírus pelo mundo ocasionou diversas mudanças na vida das pessoas e consequentemente na realização de seus trabalhos, incluindo o professor, que precisou se adaptar à proposta do Ensino Remoto, como opção para remediar o cancelamento do atendimento presencial nas escolas. Na época, Saviani (2020, p. 5) buscou esclarecer que “[...] o ensino remoto é [foi] posto como um substituto do ensino presencial excepcionalmente nesse período da pandemia em que a educação presencial se encontra interdita”. Quando o autor

¹ “Tem por finalidade institucional promover a proteção da saúde da população, por intermédio do controle sanitário da produção e consumo de produtos e serviços submetidos à vigilância sanitária, inclusive dos ambientes, dos processos, dos insumos e das tecnologias a eles relacionados, bem como o controle de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados” (BRASIL, 2021).

escreveu esse texto, estávamos em pleno período de restrição com orientação de isolamento social, e debater sobre o rumo que a educação estava tomando foi de extrema importância. Nesse sentido, o autor defendeu que o calendário letivo de 2020 fosse cancelado, tendo em vista não haver possibilidade de um retorno presencial, e o ensino remoto não contar com condições mínimas para ser tomado como regra. No entanto, sabemos que o ensino remoto foi utilizado em boa parte dos estados brasileiros, e as reverberações dessa decisão foram amplamente discutidas nesse estudo.

Com isso em vista, este estudo se empenhou em explanar sobre a Indústria 4.0, nomeada também como Quarta Revolução Industrial, que desencadeou diversas mudanças no mundo do trabalho, em que a internet, inteligência artificial etc. dominam os mais diversos setores, acarretando a necessidade de que a humanidade domine essa tecnologia para que não seja substituída por ela. Os impactos associados à implementação da Indústria 4.0 foram igualmente notados na área da educação, ocasionando o surgimento de um novo perfil docente, que se adapte fácil às novas tecnologias e tendências tecnológicas para realizar seu trabalho. Essa adesão da Indústria 4.0 nos setores de produção e trabalho é estudada pela comunidade acadêmica por dois pontos de vista: um coloca em evidência seus notáveis benefícios para os trabalhadores; em contrapartida, há aqueles que defendem a existência da precarização no trabalho plataformizado. (Amorim *et al.*, 2020; Antunes; Filgueiras, 2020).

Considero pertinente fazer um destaque sobre a importância e necessidade de se ter clareza da nossa incumbência como pesquisadores no campo da educação. Nesse sentido, Frigotto (2010, p. 91) ressalta que se trata “de indagar sobre o sentido histórico, social, político e técnico de nossas pesquisas. A serviço de que e de quem despendemos nosso tempo, nossas forças, e grande parte de nossa vida?”. Em diálogo com o autor, penso que seu questionamento não seja tão simples de responder. No entanto, arrisco-me a dizer que o primeiro passo para dispor do meu tempo, força e vida foi partir de algo que me inquietou durante a minha prática docente no chão da creche. Posso afirmar, que esse foi o ponto de partida para retornar ao ambiente acadêmico, poder pesquisar e refletir em âmbitos históricos, políticos e técnicos sobre os impactos nas condições de trabalho do professor de educação infantil, durante o período mais crítico da COVID-19 e nos momentos seguintes a ela.

Dito isso, houve a escolha pelo método fundamentado nos preceitos do materialismo histórico-dialético. Destaco, como iniciante que sou nos estudos marxistas, que as ponderações realizadas nesse texto são de ordem principiante e passíveis de erro, saliento igualmente que estes estão em processo de construção teórica e analítica. Enquanto escrevia essas linhas estava cursando a disciplina intitulada: A Pesquisa em Educação na Perspectiva do Materialismo

Histórico-Dialético², curso em que tive acesso à maior parte dos textos que fundamentaram a minha escrita, bem como à participação em debates de suma importância para me aventurar no conhecimento sobre o marxismo.

Para a perspectiva do materialismo histórico-dialético a relação com o conhecimento científico se estabelece na prática social da humanidade à medida que a vida do ser humano se desenvolve e se torna mais complexa: “[...] os homens vão adquirindo condições determinadas social e culturalmente de *refletir e teorizar* (com métodos cada vez mais desenvolvidos) sobre essa mesma prática social e seus objetos e fenômenos constitutivos” (Martins; Lavoura, 2018, p. 225, grifos dos autores). Assim, compreendo que o conhecimento científico se desenvolve a partir da necessidade do homem ao refletir e teorizar sobre sua realidade. Nesse movimento de construção do conhecimento científico, o embasamento teórico marxista pode contribuir na compreensão da lógica de funcionamento da sociedade burguesa, e na identificação do objeto de pesquisa dentro dessa estrutura capitalista.

Sendo assim, o texto encontra-se organizado da seguinte maneira, no capítulo 1, consta apresentação do materialismo histórico-dialético como embasamento teórico-metodológico, abordando as definições que permeiam as categorias: trabalho, estado e ideologia. No subcapítulo 1.1, foi discutida a polissemia da categoria trabalho. O subcapítulo 1.2, Trabalho docente e Escola, tratou da profissão docente e o seu processo de precarização.

Na sequência, o capítulo 2 se deteve a discussão sobre o papel da Indústria 4.0 na educação, bem como as reverberações na profissão docente. No subcapítulo 2.1, Ser Professor na Educação Infantil, destacou-se as especificidades docentes que permeiam o trabalho docente nessa etapa da educação básica. No subcapítulo seguinte (2.2) os argumentos tratam das Condições de Trabalho dos Professores. Em sequência, a seção 2.3, A Intensificação do Trabalho Docente, abordou reflexões sobre o trabalho intensificado.

Dando continuidade, o capítulo 3, inicia com o percurso investigativo descrevendo a técnica de análise escolhida, sendo esta a análise de conteúdo visando a seleção e organização do material. As análises empreendidas foram fundamentadas nos preceitos marxista presentes no materialismo histórico-dialético. Nas Considerações finais, consta uma síntese dos resultados da pesquisa e as conclusões do trabalho. Por fim, estão as referências bibliográficas utilizadas e os Apêndices.

² Ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Centro de Ciências Humanas e da Educação (Faed) e ministrada pelas prof.^{as} Dr.^{as} Marileia Maria da Silva e prof.^a Dr.^a Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva, no ano de 2023.

1 O PAPEL DO ESTADO NA PRODUÇÃO DO FENÔMENO DA PRECARIZAÇÃO

Este capítulo inicia com o objetivo de apresentar a compreensão sobre os fundamentos gerais do materialismo histórico-dialético, definindo as principais categorias trabalho, Estado e ideologia. Em sequência, o esforço consistiu em discorrer sobre o trabalho docente e o seu processo de precarização fomentado pelo Estado. Para tal, procurei estabelecer um diálogo com autores que se dedicaram às temáticas citadas, principalmente Dermeval Saviani (1999, 2020, 2021), Karl Marx (2008), Mauro Iasi (2011), Vladimir Lenin (2013), entre outros.

Ao decidir pesquisar embasada em uma perspectiva marxista, significa que como pesquisadora devo apresentar uma postura característica necessária para seguir esse caminho investigativo. O método pressupõe, na leitura de Marx feita por Netto (2011, p. 53, grifos do autor), “uma determinada *posição (perspectiva)* do sujeito que pesquisa: aquela que se põe o pesquisador para, na sua relação com o objeto, extrair dele as suas múltiplas determinações”. Nesse sentido, ao me debruçar sobre as múltiplas determinações do fenômeno estudado, busquei identificar trabalhos já existentes, analisá-los e elaborar uma síntese primária, com o conhecimento que disponho até o presente momento, como pesquisadora de um curso de pós-graduação em nível de mestrado.

Isto posto, valer-me-ei de uma observação feita por Frigotto (2010, p. 91), na qual enfatiza que no campo da pesquisa costuma-se utilizar o método materialista como “[...] um conjunto de estratégias, técnicas, instrumentos. Não só o método parece isolado, como a questão da concepção de realidade, de mundo, a questão ideológica, as relações de poder e de classe nem sequer aparecem”. Buscando não cair na armadilha de reduzir a teoria de Marx, ou até mesmo fazer uso de seus escritos de maneira equivocada, optei por não trazer uma longa revisão, neste capítulo, dos pontos mencionados na citação, e sim diluir essa reflexão ao longo da dissertação.

Na perspectiva de Frigotto (2010, p. 91), as categorias de análise elaboradas e reunidas na escrita de um capítulo teórico faz com que atuem “como uma camisa de força”. Ao fazer essa separação o pesquisador enfrenta mais dificuldade em contextualizar a teoria e as categorias historicamente, tornando a escrita vazia do componente histórico. Dessa maneira, serão apenas abstrações e especulações sobre o método. Assim, pretendi evidenciar mais a teoria e as categorias de análise fundantes do método materialista, durante toda a escrita do texto, procurando não as descolar da nossa temporalidade e dos sujeitos da investigação, para que assim elas possam ser construídas de maneira mais concreta.

Conforme aponta Martins (2006, p. 13) ao escolher o método materialista histórico, o pesquisador precisa ter clareza de que este requer um entendimento do:

[...] historicismo concreto presente nas obras de Marx e Engels, para os quais a produção material da vida engendra todas as formas de relações humanas e assim sendo, a categoria ontológica do trabalho torna-se imprescindível em qualquer estudo que se anuncie na perspectiva da totalidade histórica.

Em concordância com os escritos da autora, a categoria *trabalho* foi amplamente abordada neste primeiro capítulo. Nele, procurei desenvolver reflexões em relação ao trabalho como toda ação realizada pelo homem na natureza para atender suas necessidades e que, ao mesmo tempo em que transforma a natureza, transforma a si próprio. Logo, destacando a égide do princípio materialista: o homem necessita garantir sua existência (comer, vestir, abrigar-se) para depois desenvolver a consciência no campo das ideias/pensamento.

Uma investigação embasada no materialismo histórico-dialético na visão de Frigotto (2010) tem o seu ponto de partida em um questionamento inicial: como se produz concretamente um determinado fenômeno social? Ou seja, quais as leis sociais e históricas, quais as forças reais que o constituem enquanto tal? Em sua resposta o autor sinaliza que esse problema aponta para “o caráter sincrônico e diacrônico dos fatos, a relação sujeito e objeto, em suma, o caráter histórico dos objetos que investigamos” (Frigotto, 2010, p. 86). Ou seja, o pesquisador que se disponha a recorrer ao materialismo dialético, deve considerar que o seu objeto ou fenômeno pesquisado é a expressão do passado em seu movimento histórico e carrega consigo diversas contradições que geram novos fenômenos.

Em relação a apreensão da essência do objeto pesquisado por um viés materialista, Martins (2006) assevera que esse movimento consiste em compreender que tal componente carrega em si mediações históricas concretas que podem ser interpretadas por meio do pensamento teórico. Segundo ela, para descortinar a essência velada do objeto proposto, o pesquisador deve caminhar no sentido de superar sua percepção imediata. Dessa maneira, a autora defende que mesmo quando existem relações íntimas do pesquisador com o objeto/fenômeno e o contexto em que estes estão inseridos, não será suficiente fazer uma interpretação de natureza aparente e ilusória repleta de significações particulares. O principal avanço consiste em superar essas representações primárias buscando-se aproximar das múltiplas determinações ontológicas do real. Por fim, o investigador deve internalizar que “[...] não pode nos bastar apenas o que é *visível aos olhos*, pois o conhecimento da realidade, em sua objetividade, requer a *visibilidade da máxima inteligência* dos homens” (Martins, 2006, p. 10-

11, grifos da autora). Isto é, exige do pesquisador um esforço em compreender as sínteses das múltiplas determinações.

Dessa forma, buscando transcender as representações primárias e significações imediatas, como colocado acima, este estudo tem como objeto o seguinte fenômeno: o impacto nas condições de trabalho dos professores de educação infantil no período da pandemia da COVID-19. Para tal, considera-se que a investigação necessita de uma ampla visão dos aspectos históricos, políticos e dialéticos envolvidos, evidenciando os movimentos que se produzem pelas contradições que constituem o objeto. Assim, a escolha por embasar-se no materialismo histórico-dialético, consistiu em considerar que este seria o caminho mais adequado, visando desvelar a realidade em que os professores estão inseridos: a sociedade capitalista.

Visto que o objeto da pesquisa é uma síntese de múltiplas determinações e carrega consigo diversas contradições, captar a aparência fenomênica imediata e empírica da realidade torna-se um passo indispensável, por ser considerado o início do processo de conhecimento. “Entretanto, deve-se, partindo da aparência, alcançar a essência do objeto de estudo, capturar sua lógica interna de funcionamento que corresponde à estrutura e à dinâmica essencial”. (Martins; Lavoura, 2018, p. 226). Sendo a captação da aparência fenomênica o ponto inicial do processo de conhecimento investigativo, cabe ao pesquisador buscar a essência do objeto ou fenômeno investigado, usando um método que permita a aproximação desse movimento que o objeto/fenômeno fazem, e refletindo sobre suas múltiplas determinações dentro da sociedade capitalista.

No que se refere à busca do pesquisador pelo conteúdo do fenômeno utilizando o materialismo histórico-dialético, também é essencial compreender a relação dialética entre singular-particular-universal, desenvolvida por György Lukács na obra *Existencialismo ou marxismo* (1968) e interpretada por Martins e Lavoura (2018). No aspecto singular, o fenômeno será apresentado em sua essência puramente imediata e princípio para construção do conhecimento; em sua expressão universal, ele “[...] revela sua complexidade, suas conexões internas, as leis de seu movimento e evolução, enfim, a sua totalidade histórico-social”. Na particularidade, enfim, “[...] o fenômeno assume as especificidades pelas quais a singularidade se constitui em dada realidade de modo determinado, porém, não completo, não universal” (Martins; Lavoura, 2018, p. 231). Na investigação científica esse movimento se faz indispensável para o pesquisador entender o objeto ou fenômeno em suas múltiplas dimensões. No primeiro momento, temos a visão singular que irá se apresentar na sua imediatez, revelando em sequência, na sua universalidade, uma perspectiva caótica. Nesse ponto, a ação investigativa deve se ater ao objeto/fenômeno em sua totalidade, buscando sua particularidade na

singularidade. Fazendo esse movimento de análise, posso retornar ao objeto/fenômeno como um todo, com uma síntese provisória do que consegui apreender sobre ele.

Esse processo de abstração, conforme Martins e Lavoura (2018, p. 226), “[...] permite extrair um elemento da realidade, isolá-lo e examiná-lo nas suas particularidades, extraindo deste elemento suas múltiplas determinações por meio da saturação da análise”. Ao isolar o objeto/fenômeno, esse movimento permite que o pesquisador veja suas particularidades e posteriormente volte a examinar o todo, sendo este o “[...] movimento lógico dialético que vai do todo às partes e das partes ao todo constantemente” (Martins; Lavoura, 2018, p. 227). Assim, para que o investigador consiga compreender o seu objeto/fenômeno de estudo, ele necessita realizar esse movimento de abstração, buscando a particularidade na singularidade.

Nesse sentido, em uma perspectiva materialista, a busca por captar a particularidade na singularidade é sintetizada uma categoria central, a totalidade:

A categoria de totalidade é entendida na perspectiva do materialismo histórico-dialético como uma unidade de máxima complexidade constituída por diferentes elementos também complexos (com menores graus de complexidade), os quais, em suas relações, constituem e sintetizam aquela totalidade. Conforme afirmou Lukács (2013), a totalidade é um complexo constituído de complexos, uma vez que cada parte ou elemento constitutivo da totalidade é por ela determinado, bem como, também a determina. Conhecer a totalidade de um objeto ou fenômeno não significa conhecer tudo, mas, sim, apreender a lógica determinante dessa totalidade (Martins; Lavoura, 2018, p. 227).

Desta feita, ao olhar para esse objeto/fenômeno, o pesquisador visualiza uma síncrese caótica, sendo uma abstração que parte do real (objeto concreto) e, ao fazer essa análise provisória, é possível que a investigação consiga representar mais fielmente as determinações do real. Assim, reconhecemos que, mesmo propondo-nos a captar a totalidade do objeto ou fenômeno durante o processo de pesquisa, não conseguiremos saber todos os detalhes sobre ele, mas talvez atingiremos uma pequena parcela de compreensão sobre a lógica que determina essa totalidade.

Um dos pontos principais do método de análise marxista consiste na presença da dialética, cabendo, portanto, ressaltá-la. Ao apresentar os princípios essenciais do materialismo dialético, Reich (1977, p. 37-38) defendeu que essa categoria não remete apenas de “uma forma do pensamento; por outras palavras, o movimento da matéria é objetivamente dialético”. Assim, compreendo que a dialética consiste em captar o movimento das coisas em vez de sua forma estática. Observar o objeto/fenômeno de pesquisa pela lógica dialética também significa perceber que o mundo real não é estático, mas se movimenta, apresentando contradições e rupturas. Na postura de pesquisadora, quanto mais reflito que o fenômeno estudado é histórico e apresenta a

sua própria expressão no passado, mais amplo a possibilidade de vislumbrar o movimento e as contradições que ele carrega em si.

Ressalto que ao trilhar esse caminho, assumi o desafio de pensar de uma forma que não faz parte do cotidiano, já que predomina neste uma concepção de mundo contrária a dialética: a metafísica que “[...] considera todos os fenômenos do mundo como isolados e em estado de repouso; considera-os unilateralmente” (Tsé-Tung, 2018, p. 43). Em concordância com os escritos de Mao Tsé-Tung, considera-se que o ponto de vista metafísico é um modo de pensar idealista que não considera a transformação dos fenômenos, tornando-se contrário à dialética, a qual se propõe a estudar as contradições que estão presentes na essência dos fenômenos, bem como suas transformações.

Desta feita, procurar fazer essas análises por uma perspectiva dialética consiste em captar esse movimento das coisas e suas contradições. “A concepção dialética nos ensina, sobretudo, a observar e analisar o movimento das contradições nos diferentes fenômenos, bem como a determinar, com base nesta análise, os métodos próprios para resolver as contradições” (Tsé-Tung, 2018, p. 48). Esse exercício de compreender o mundo pela ótica da dialética consiste em assimilar o movimento das coisas, das relações, do próprio homem, superando a visão estática, e permitindo uma leitura do mundo em sua essência, seu movimento e contradições.

Um dos desafios que se estabelece ao pesquisador ao utilizar esse método de análise consiste em interpretar que “[...] a lógica dialética própria à epistemologia marxiana não é excludente, uma vez que incorpora a lógica formal indo além, isto é, incorpora por superação” (Martins, 2006, p. 9). Deste modo, a dialética permite uma leitura de mundo em sua essência, e essa compreensão da realidade em conjunto com a possibilidade da contradição concebe uma nova forma: do novo, que incorpora o velho. Por esse motivo, cito esse movimento de pensamento como um desafio, uma vez que ao pesquisar fazendo uso do método materialista o pesquisador necessita buscar a raiz do fenômeno estudado e caminhar em direção a superação da lógica formal de pensamento, para que a leitura de mundo impulsionada pela dialética possibilite o entendimento do real em suas múltiplas contradições.

Ao sintetizar o procedimento metodológico presente no materialismo histórico-dialético, Martins (2006, p. 15) explicita “[...] parte-se do empírico (real aparente), procede-se à sua exegese analítica (mediação abstrata), retorna-se ao concreto, isto é, a complexidade do real que apenas pode ser captada pelos processos de abstração do pensamento”. Isto posto, torna-se possível apreender que o método de Marx parte de determinados pressupostos, sendo o que o primeiro deles seria o princípio materialista, no qual, os homens devem estar em condições de viver para poder pensar, e esse seria o primeiro ato histórico da produção da vida material. Essa

forma do homem de produzir sua existência é histórica, criam-se meios de produzir essa existência e a humanização social acontece na medida que o homem transforma a natureza ele também se modifica, esse movimento acontece por intermédio do trabalho. Logo, o método materialista é integrado ao movimento real da história e utilizá-lo permite fazer essa leitura do real em seu próprio movimento.

Assim, a elaboração do problema científico deve ir além das vontades ou interesses pessoais do pesquisador, devendo considerar principalmente a “[...] dimensão e caráter social que toda investigação deve possuir enquanto processo que parte do real já refletido num dado sistema teórico estruturado visando desenvolvê-lo, avançá-lo ou superá-lo, acrescentando benefícios para a humanidade em geral” (Martins; Lavoura, 2018, p. 234). Os autores salientam igualmente a relevância da justificativa e a hipótese para a pesquisa, devendo a primeira ser formulada em coerência com o problema científico, considerando três pressupostos gerais: 1. a demanda por investigar algo que ainda não foi pesquisado; 2. a investigação visando o avanço e desenvolvimento do conhecimento que já foi produzido, mas que ainda apresenta lacunas; 3. a demanda por um avanço e desenvolvimento do conhecimento existente identificado como equivocado ou impertinente que necessita de revisão gerando uma superação por incorporação. No que tange à hipótese, está deverá condensar de um modo mais geral o processo de conhecimento que existe sobre o objeto que se planeja debruçar-se (Martins; Lavoura, 2018).

Sendo assim, recapitulando o problema de pesquisa que se encontra inicialmente na introdução da dissertação, consistiu em: Como os estudos apontam que a COVID-19 impactou, no período de pandemia (2020-2022), o trabalho dos professores do segmento de Educação Infantil? A justificativa foi elaborada partindo primeiramente da relevância social da educação na sociedade e entendendo o professor como um agente primordial para a educação formal acontecer na escola, portanto, esse profissional necessita de condições de trabalho dignas para realizar sua função. Levando a temática a um patamar emergente, e compreendendo que possivelmente a minha pesquisa não necessariamente irá materializar mudanças na realidade enfrentada pelos docentes. No entanto, poderá dentro dos seus limites, fornecer subsídio para outros pesquisadores interessados no assunto. A divulgação dos resultados e análises na comunidade acadêmica científica poderá facilitar o acesso ao estudo e fomentar outras futuras pesquisas na área.

De acordo com Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é realizada utilizando-se de materiais previamente produzidos que podem ser encontrados em livros e artigos científicos. Conforme anunciado anteriormente, essa conceituação condiz com a proposta dessa investigação a partir do levantamento bibliográfico, na qual, como pesquisadora, me debrucei aos materiais

disponíveis que foram produzidos pela comunidade científica no recorte temporal dos anos de 2020 a 2022. Ainda sobre a natureza deste estudo os escritos de Martins e Lavoura (2018, p. 235) evidenciam “As pesquisas conceituais, de natureza bibliográfica, demandam, de partida, a eleição do acervo a ser analisado, consubstanciado, então, como campo ou material de análise, não se furtando à delimitação do problema, justificativa e hipótese [...]”. Assim, faltando recapitular a hipótese desta investigação que foi estruturada da seguinte forma: Com base nas leituras do referencial teórico e análise primária da produção acadêmica selecionada é possível inferir que as mudanças no trabalho do professor de educação infantil, ocasionadas pela COVID-19 no período investigado, tenham gerado uma maior intensificação do trabalho em sua atuação.

À vista disso, o avanço seguinte nessa parte do texto foi dedicado a explicar sobre a categoria trabalho, por intermédio da ótica do materialismo histórico-dialético, presente nas obras de Karl Marx³. Optando por iniciar utilizando o prefácio do livro *A Ideologia Alemã* de Marx e Engels (1998, p. 21) com intuito de elucidar o primeiro pressuposto da existência humana:

O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitem a satisfazer estas necessidades, a produção da própria vida material; isso mesmo constitui um fato histórico, uma condição fundamental de toda a história que se deve, ainda hoje como há milhares de anos, preencher dia a dia, hora a hora, simplesmente para manter os homens com vida.

Em concordância com os escritos dos autores, compreendo que esse primeiro ato histórico de produção dos meios para garantir essas necessidades básicas do ser humano (comer, beber, ter moradia, se vestir, entre outros), conforme o princípio materialista, torna a nossa maneira de produzir existência histórica, e que nascemos em determinados momentos históricos nos quais essa forma de produzir a vida está predeterminada. À medida que a sociedade muda, o formato da produção para assegurar essa existência também se transforma, e neste momento que o homem modifica a natureza com a finalidade de existir ele também se modifica, e essa ação de interferência na natureza é caracterizada como: trabalho.

Nos escritos citados acima, também menciono o princípio materialista, conforme escreveu Marx, em linhas mais gerais, para pensar que o ser humano precisa primeiramente existir, não somente existir, mas garantir as urgências da vida, a partir daí consegue desenvolver a consciência no campo das ideias e do pensamento. Distanciando-se do princípio idealista de

³ Karl Marx nasceu no ano de 1818, estudou algumas matérias: direito, filosofia, história, artes e literatura, mas formou-se em filosofia. Casou-se com Jenny Von Westphalen, teve filhos, passou por problemas financeiros, perseguição política/religiosa, censura e exílio. Dedicou-se a estudar a economia política inglesa e analisou minuciosamente seu funcionamento (Konder, 1999).

Hegel, no qual, a realidade parte da ideia para a matéria, ou seja, ao pensar primeiro e fazer depois o homem transforma o mundo. Konder (1999, p. 48) completa: “O idealismo propõe a mudança do mundo pela transformação interior dos espíritos “de elite”. O materialismo, na filosofia, sempre indicou outra direção”. As palavras de Konder confirmam o apontamento anterior, no qual, reitero que no materialismo a seta de direção aponta da matéria para o pensamento/ideias, não ao contrário.

Com o propósito de aprofundar a explanação anterior sobre trabalho, cruzo com outro escrito de Marx (2015, p. 326), *O Capital. Crítica da Economia Política*, no qual aponta: “O trabalho é, antes de mais, um processo entre homem e natureza, um processo em que o homem medeia, regula e controla a sua troca material com a natureza através da sua própria ação. Ele faz face à própria matéria da natureza como um poder da natureza”. Para fazer essa interferência na natureza o homem produz e utiliza instrumentos, e essa capacidade de criar/laborar somente o homem consegue fazer, diferenciando-o dos outros animais. Dito isso, compreendo também que a humanização do homem é social, uma vez que quando modificamos a natureza com finalidade de garantir a existência, da mesma forma o ser humano acaba se modificando.

Ainda buscando refletir sobre o exposto, utilizo como complemento o prefácio de outra obra marxista — a *Contribuição à crítica da economia política* —, no qual Marx explicou sobre a produção social da vida humana, sendo que neste momento o ser humano vai se encontrar imerso em relações que são determinadas e não dependem de sua vontade para acontecerem. Nessa lógica, essas relações de produção vão dar forma a um estágio de desenvolvimento de suas próprias capacidades produtivas materiais. Logo, o conjunto dessas relações de produção constitui a base econômica fundamental da sociedade, contribuindo para o surgimento de uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (Marx, 2008, p. 47). Fazendo uma interpretação de seus escritos, torna-se possível observar o delineamento da formação de uma estrutura econômica, na qual a produção social da vida está ligada às relações sociais de produção. Enfatizando que, em minha compreensão, ao serem pré-determinadas, essas relações não podem ser escolhidas, e sim estabelecidas de acordo com o momento histórico da sociedade a qual pertencemos, e o indivíduo que produz sua existência através dessa estrutura está sujeito a uma organização política e jurídica.

Ao analisar a lógica da sociedade burguesa, Marx (2008, p. 47) constatou: “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência das pessoas que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”. Para o autor, essa forma da produção social da vida humana se dá por intermédio do trabalho e visa garantir as necessidades básicas de sua sobrevivência. Contudo,

quando a produção social (e material) da vida e a consciência social entram em contradição, acontece uma revolução social que transforma a superestrutura econômica conhecida até então.

1.1. POLISSEMIA DA CATEGORIA TRABALHO

Buscando maior compreensão sobre a categoria trabalho, também optei por abordar os vários sentidos que a mesma pode assumir na interpretação de Marx feita por outros estudiosos vinculados ao marxismo. Conforme Frigotto (2009, p. 169) “[...] os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas e um ponto central da batalha das ideias na luta contra hegemônica [*sic*] à ideologia e à cultura burguesa”. Levando em consideração que esses sentidos e significados se modificam de acordo com as relações sociais e com o passar do tempo, torna-se uma empreitada complexa captar todos esses aspectos. Assim, uma vez que o trabalho incorpora o sentido mais geral de atividade, a forma como me refero a ele é produto do pensamento hegemônico, e na atualidade essa ideia se apresenta com o trabalho assalariado que divide a sociedade em classes: aqueles que empregam e os que são empregados.

Na escrita do artigo citado acima, Frigotto (2009) sinaliza o suporte teórico em vários autores, alguns clássicos conhecidos como Marx, Mészáros, Kosik etc., bem como, faz menção aos autores brasileiros que também se dedicaram à temática do trabalho e suas transformações históricas mencionando Konder, Carlos Nelson Coutinho, José Paulo Netto, Ricardo Antunes, Dermeval Saviani, dentre outros.

Ao tratar do contexto ontológico da categoria trabalho, utilizei os escritos de Franco e Frigotto (1993) que fazem um delineamento, embasado em Nosella (1978), sobre o conceito de trabalho assumir diferentes significados ao longo da história. Eles discorrem sobre como na sociedade antiga o termo assumiu a conotação de *tripalium* do latim, associado à tortura na medida em que as relações sociais nesse período constituíam-se por um sistema servil. Ainda para o autor, na sociedade capitalista o trabalho vai ser caracterizado como *labor*, que provém igualmente do latim, e se manifesta nesse sistema tanto nas relações econômicas com a aquisição da força de trabalho, quanto no plano ideológico se associa aos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade.

No caso dos trabalhadores, em uma visão capitalista, estes são considerados duplamente livres, ou seja, não são propriedades de terceiros (como no caso de pessoas escravizadas), bem como não usufruem de propriedades. Assim, compreendi que ao elucidarem o desenvolvimento das sociedades antigas, os autores citaram como exemplo o feudalismo, que ainda operava

baseado em relações servis. Dessa maneira, durante a evolução para a sociedade capitalista, avançamos para o momento de compra e venda da força de trabalho, construindo a falsa ideia de liberdade para os que antes eram escravizados terem a oportunidade de participarem de uma nova forma de exploração, na qual há remuneração pelo trabalho, embora escassa.

Ainda em Frigotto (2009), outro autor citado e apontado como idealizador da teoria da cultura foi Raymond Williams⁴, que se dedicou a demonstrar como as categorias trabalho, emprego e classe social irão expressar os mais distintos significados. Então, abordei brevemente esses três assuntos.

Sobre as transformações ocorridas no sentido do trabalho, Williams fez um destaque a estreita relação entre trabalho e labor, em que este último foi compreendido no sentido medieval de faina e dor. No século XIII, o autor expõe que os trabalhadores manuais passaram a ser denominados de “*laboures*” do latim medieval, denotando trabalhadores/operários, sendo que o aparecimento dessa interpretação do trabalho foi popularizado a partir do século XVI. Assim, com o passar do tempo, o trabalho foi assumindo um significado mais abrangente de atividade (Williams, 2007 *apud* Frigotto, 2009, p. 175). Desta maneira, na linha cronológica retratada por Williams, o trabalho vai expressar a significação de dor, em minha visão algo que não é prazeroso ou criativo, e quando ele assume uma característica de mão de obra também concebe um sentido mais geral se encaixando em uma atividade.

Seguindo essa linha de pensamento, foi possível compreender que essa mudança aconteceu também com o termo emprego. Segundo Williams, nos primórdios essa expressão carregava consigo um sentido sombrio e essencialmente coloquial, fazendo alusão às palavras *lump* (traduzido do inglês para massa informe/monte) ou *piece* (traduzido do inglês para pedaço/parte). Durante o século XVII o termo sofre outra alteração e passa a ser compreendido por uma quantidade limitada de trabalho. Em sua escrita, ressalta as palavras da língua inglesa *jobbing* (trabalho de empreitada) e *jobber* (trabalhador de empreitada), que ainda são utilizadas na atualidade, mas na época passaram a fazer referência à execução de pequenos trabalhos eventuais. Por fim, esclarecendo que dentre todas as transformações e sentidos por vezes mais restritos, em alguns momentos até pejorativos, a palavra emprego evoluiu e passou a ser utilizada para denominar um serviço de caráter regular e remunerado (Williams, 2007, p. 398 *apud* Frigotto, 2009, p. 175). Logo, consigo assimilar que a origem do termo emprego incorporou

⁴ “Escritor, professor universitário, intelectual militante, crítico literário e romancista, sua obra foi extremamente importante na constituição da Nova Esquerda britânica e na consolidação e expansão dos Estudos Culturais” (Tavares, 2008, p.1). Os livros *Cultura e Sociedade* (1958) e *The Long Revolution* (1961) o tornaram um dos mais famosos pensadores da cultura e da sociedade, de seu tempo.

transformações históricas, desde receber sentidos depreciativos até se aproximar do significado que ocupa nos dias atuais.

Frigotto (2009, p. 176), ainda apoiado nas afirmações de Williams, buscando esclarecer a diferença entre trabalho e emprego, fez o seguinte destaque:

[...] com o desenvolvimento de produção capitalista, o trabalho, na sua dimensão ontológica, forma específica de criação social, é reduzido a emprego - uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Dessa redução ideológica resulta que, no senso comum, a grande maioria das pessoas entenda como *não trabalho* o cuidar de casa, cuidar dos filhos etc.

Dito isso, o uso indistinto dos termos trabalho e emprego causa ambiguidade no momento de definição da atividade laboral que o homem desenvolve na sociedade. Devido ao desenvolvimento histórico de ambos os termos em determinado período, mais especificamente no século XVII, que “trabalho” se reduz ao “emprego” tido somente como toda ocupação remunerada, as atividades que não são pagas passam a serem vistas pelo senso comum como “não trabalho”. Dentre estas estão as tarefas domésticas, o cuidado dos filhos e todas as atividades cotidianas das pessoas. Frigotto (2009, p. 175) ainda responsabiliza “o desenvolvimento das relações sociais produtivas capitalistas” pelo o trabalho assumir “o sentido de emprego remunerado” e o termo trabalhador ser usado “para designar a classe trabalhadora”. Corroborando com as reflexões anteriores, torna-se possível compreender que na sucessão dos modos de produção das sociedades escravista, feudal e, mais recentemente, capitalista, houve uma redução do trabalho ao emprego remunerado. Nesse contexto, o trabalhador passou a pertencer à classe que vende sua força de trabalho em troca de pagamento. Como menciona Frigotto (2009, p. 176), “quando relacionamos o trabalho e o trabalhador ao sentido de classe e classe social, eles ganham novas determinações, também histórica e socialmente construídas”. Logo, para captar essas novas determinações, ponderei a necessidade de explicar brevemente sobre o sentido de classe e classe social, esclarecidas pelo autor.

Assim, outra categoria analisada por Williams (2007) e trazida para o texto de Frigotto foi classe social, termo que se foi definido por volta dos anos de 1770 e 1840 — momento histórico que acontecia a Revolução Industrial e uma reorganização social. O autor também destaca que, sob a ótica política, o sentido de classe social também se estabeleceu com a Revolução Americana e a Revolução Francesa, despontando uma nova categorização de classe em: baixa, média e alta (Frigotto, 2009).

Durante a leitura do texto, é possível compreender que o sentido e o significado de classe social irão apresentar uma ambiguidade, assim como a questão do trabalho: “Para Williams,

Marx usa os dois sentidos, sendo que a descrição de classe mais frequente utilizada por ele é de classe como formação” (Frigotto, 2009, p. 176). Em sequência, o autor também faz uma menção ao termo classe nos escritos de Marx sendo definido como categoria econômica. À vista disso, consigo identificar a seguinte ambiguidade no termo classe social: por vezes, é utilizado no sentido de formação, e em outros momentos refere-se à posição social do indivíduo.

Fazer esse delineamento histórico possibilita observar que “[...] trabalho, emprego e classe social estão, em seu desenvolvimento, imbricados e os sentidos e significados que assumem têm determinações histórico-sociais” (Frigotto, 2009, p. 178). No decorrer da leitura, ficou evidente que o trabalho, no seu sentido ontológico, faz parte da constituição do ser social, tendo um caráter de criação dos meios para sua sobrevivência. Quando adquire um sentido mais geral, cujo objeto passa a ser valorizado economicamente, assume a forma de emprego. É neste ponto que esbarramos na divisão de classes sociais: os que empregam e os que são por eles empregados. Nessa lógica, Frigotto (2009, p. 182) destaca, “uma das mudanças profundas para a classe trabalhadora situa-se no fato de que cada vez mais a ciência e a tecnologia se tornam forças produtivas do capital e se voltam contra a classe trabalhadora”. À vista disso, compreender como o trabalho se desenvolveu na história da humanidade até os dias atuais possibilita descortinar a exploração que o trabalhador enfrenta desde a Antiguidade, a qual tem crescido cada vez mais com a evolução da tecnologia, sua ampla disseminação no modo de produção capitalista e a consequente precarização do trabalho.

No que toca às transformações nos sentidos e significados do trabalho ao longo da história humana, a década de 1980 “nos países do capitalismo avançado” também foi marcada por “[...] profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política” (Antunes, 1995, p. 15). Consequentemente, essas modificações no modo de produção impactaram as relações de trabalho e os trabalhadores em geral. Mais especificamente, observo o desenvolvimento tecnológico e sua inserção nas fábricas, refletindo, assim, na produção do capital.

Nesse sentido, considere necessário explicar brevemente sobre dois modelos de produção dominantes no ambiente fabril que trouxeram consigo alterações no mundo do trabalho e posteriormente em diversas profissões: o Fordismo e o Toyotismo. Ao conceituar o primeiro, Antunes (1995, p. 17) afirmou que seus “[...] elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista”. Ele ressaltou ainda que nesse sistema subsiste uma divisão do trabalho em que ele é realizado de forma fragmentária, criando uma separação entre elaboração e execução.

Dessa maneira, foi se constituindo o operário-massa, do trabalhador coletivo e fabril (Antunes, 1995). Durante a leitura do texto, identifiquei que o autor se refere ao século XX, dando sequência ao seu raciocínio sobre as modificações no modo de produção capitalista verificadas na década de 80. Ele fez, assim, uma descrição minuciosa em que destaca a produção em massa presente na linha de montagem. Nela, havia um forte controle sobre o tempo e os movimentos dos trabalhadores, ressaltando ainda o trabalho fragmentado que constituía o operário-massa como parte do coletivo fabril. Um exemplo que consegui associar a essa descrição é o filme *Tempos Modernos*⁵, autoria de Charlie Chaplin. Nele, é possível observar um pouco da rotina do trabalhador fabril e o processo de produção em massa presente no Fordismo. Antunes (1995) também apontou que o Fordismo e o Taylorismo predominaram na indústria capitalista ao longo do século XX.

Alguns aspectos do Toyotismo, por outro lado, diferem do *modus operandi* fordista, já que a fabricação é direcionada e conduzida por demanda. “A produção é variada, diversificada e pronta para consumo [...]. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque), é garantido pelo *just in time*” (Antunes, 1995, p. 26). Dessa maneira, enquanto a confecção fordista consistia em fabricar produtos homogêneos e em série, no Toyotismo essa fabricação é mais diversificada para atender à demanda. Por exemplo, em vez de se produzir 100 mil carros sem saber se estes serão vendidos, a produção acontecerá de acordo com a procura por determinado modelo. Devido à melhor gestão do tempo de produção e dos custos, esse movimento é chamado de *just in time*, que em inglês significa na hora ou momento certo. Ainda sobre esse modelo de produção, Antunes (1995, p. 28) acrescenta:

Outro ponto essencial do toyotismo é que, para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores. Direitos flexíveis, de modo a dispor desta força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado. O ponto de partida básico é um número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras.

Nessa conjuntura, percebo o desenrolar do processo de flexibilização no modo de produção, que passa a exigir a mesma flexibilidade do trabalhador e do próprio trabalho, tendo

⁵ O filme *Tempos Modernos*, traduzido do inglês *Modern Times*, foi lançado em 1936 e seu enredo cômico trata da vida do personagem principal Little Tramp, vivendo no mundo moderno e industrializado. Também foi criado e dirigido por Charlie Chaplin, que dá vida ao personagem principal. O tom de crítica ao sistema capitalista e as condições de trabalho dos operários daquela época, são pontos fortes abordados na trama.

em vista o número de funcionários ser reduzido quando a produção acontece por demanda, conforme enfatizado acima. Assim, há um menor número de trabalhadores empregados, maior proporção de contratos temporários e uma maior necessidade de horas extras pesando sobre os empregados, conforme a demanda do mercado. Destaca-se que esses deslocamentos na organização do trabalho e da produção com a implementação do Toyotismo se deram em resposta à crise da forma como o capitalismo estava estruturado no século XX. Esse rearranjo do trabalho e das forças produtivas refletiu também no ordenamento social estipulado entre o capital, o trabalho e o Estado como entidade regulatória (Antunes, 1995). Isto posto, atentar-se à substituição do Fordismo pelo Toyotismo e às reverberações no mundo do trabalho, na vida do trabalhador e na sociedade da época é importante para compreender o processo de precarização do trabalho que acontece na atualidade.

Estou de acordo com o autor no que se refere ao impacto dessas mudanças nos aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais das localidades onde acontecem. Para Antunes (1995, p. 34-35), essas transformações afetaram “[...] o operariado industrial tradicional, acarretando metamorfoses no *ser* do trabalho. A crise atinge também intensamente, como se evidencia, o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das futuras formas de representação”. Dessa forma, ao refletir sobre as mudanças no modo de produção do capital, foi possível assimilar as consequências para as pessoas (nesse momento os trabalhadores) na realização do trabalho, uma vez que ao ser fragmentado e alienado o sujeito que o realiza perde a consciência da totalidade do processo, tornando-se um mero “apertador” de parafusos. No final do seu texto, Antunes também faz uma breve menção à importância dos sindicatos lutarem verdadeiramente a favor do trabalhador e da emancipação do trabalho.

Visando avançar na reflexão sobre a influência do Estado no fenômeno da precarização do trabalho, utilizei como embasamento Lenin que, partindo de Marx, elaborou um delineamento histórico da origem do Estado como a instituição que conhecemos nos dias atuais, afirmando que nem sempre ele existiu. “Houve um tempo em que não havia estado. Este se desenvolve no lugar e no momento em que surge a divisão da sociedade em classes, quando aparecem exploradores e explorados” (Lenin, 2013, p. 18). Assim, entendo que o Estado surge com a sociedade de classes, e é produto do caráter inconciliável das contradições que existem entre elas.

A primeira forma de divisão de classes aconteceu na transição das sociedades ditas primitivas para as sociedades escravistas. Na primeira, as pessoas viviam em tribos, e apresentavam uma cultura mais primitiva, não sendo divididas por classes e ainda sem evidências da existência do Estado. A sociedade seguinte, denominada escravista, alicerçava-se num

sistema no qual existiam duas classes: proprietários e escravos. Em sequência, o sistema seguinte foi o feudalismo, uma forma de evolução do anterior, em que a escravidão dá lugar à servidão. Assim, a divisão de classes passa a ser: senhores latifundiários e camponeses servos. Diferente do sistema escravista, o servo não era tido como propriedade do senhor latifundiário, ainda que quem mais se beneficiasse do seu trabalho fosse o senhor feudal. Com o desenvolvimento da sociedade, o surgimento de um mercado mundial e a circulação monetária, despontou uma nova classe — a burguesia — e, assim, a sociedade feudal foi substituída pela sociedade capitalista (Lenin, 2013, p. 20-21).

Desta maneira, com o surgimento da sociedade de classes, o Estado emergiu e se consolidou para garantir a proteção à propriedade privada dos detentores dos meios de produção e assegurar a organização e subordinação do controle hierárquico que uma classe exerce sobre a outra. Lenin (2013, p. 22) destacou:

Os donos do capital, os donos da terra, e os donos das fábricas constituíam e continuam a constituir, em todos os países capitalistas, uma insignificante minoria da população, que dispõe totalmente do trabalho de todo o povo, e portanto, tem sob suas ordens, oprime e explora toda a massa de trabalhadores, a maioria dos quais são proletários, trabalhadores assalariados, os quais obtêm seus meios de subsistência no processo de produção, e unicamente através da venda da força de seus braços, de sua força de trabalho.

Consequentemente, consigo inferir que o Estado também pode ser considerado produto da sociedade capitalista, atuando como mediador de conflitos entre a burguesia e o proletariado. E para o capitalismo existir, também precisa subsistir o antagonismo entre as classes dos dominadores e dos dominados. Nessa mesma citação, o autor ressalta a disparidade quantitativa entre essas classes, enquanto os donos dos meios de produção são uma minoria, a classe trabalhadora é a maioria da população. De que maneira, então, um grupo menor poderia manter o seu poder sobre a outra classe? Por intermédio de um grupo de pessoas que governam e “[...] dispõe de uma máquina de coerção física, de um aparelho de violência, como armas que correspondiam ao nível técnico de cada época” (Lenin, 2013 p. 24). Essa máquina utilizada para conservar a dominação de uma classe sobre a outra é o Estado. Trazendo como exemplo dessa coerção atualmente, posso citar as violências que são acometidas contra os profissionais da educação quando vão para as ruas reivindicar melhores condições para realizar seu trabalho. O Estado depende dessas tensões dentro da sociedade capitalista para existir, tendo em consideração os interesses antagônicos entre as classes, ele precisa demonstrar que vai atuar garantindo os direitos iguais, se legitimando como uma entidade neutra que irá zelar pelo bem de todos. No entanto, o Estado burguês pertence à burguesia e garante apenas os interesses dessa

classe, dedicando-se a perpetuar o sistema de acumulação do capital, ou seja, de dominação de uma classe sobre a outra. Assim, pela ótica do materialismo histórico-dialético, observo que a noção de Estado também está em constante movimento.

Outro conceito importante para articular a estas reflexões sobre Estado é o de ideologia. Optei por mobilizar as reflexões de Iasi (2011), que ao estudar o prefácio da *Contribuição à crítica da Economia Política*, observou que Marx não empregava exatamente em sua escrita o termo ideologia, mas sim consciência social. Nesse sentido, um vestígio da noção de ideologia para Marx, corresponderia “[...] à divisão da sociedade em classes e a forma particular que a classe dominante elabora e difunde sua visão de mundo, buscando torná-la universal. Mais que isso, quando essas ideias manifestam relações de dominação e subordinação de uma classe em relação a outra” (Iasi, 2011, p. 78). Em virtude disso, essa divisão da sociedade em classes se apresenta com a classe dominante idealizando e propagando a sua visão de mundo particular, para fazer-se universal e ser apropriada como interesse de todos. Ela o faz por meio da ideologia, que falseia a realidade para que essa visão de mundo seja de fato incorporada e a classe burguesa se mantenha como dominante.

Compreendo que Marx (2008) defendia a superação desse falseamento da realidade. Para tal, os trabalhadores deveriam se organizar e lutar por uma sociedade sem classes, onde uma classe não mais se sobreporia a outra. Nesse sentido, seria de extrema importância que essa característica do capitalismo não fosse ocultada, e que as contradições e interesses antagônicos entre as classes fosse exposto, objetivando fugir da naturalização do sistema capitalista como único caminho possível. Nesse aspecto, resalto a necessidade de a classe trabalhadora compreender que essas determinações são produtos históricos, portanto podem ser superadas, uma vez que a esfera ideológica se atualiza conforme os processos de luta progridem. Assim, os trabalhadores poderiam elaborar uma consciência crítica que desvele as fissuras existentes no capitalismo, visando também a sua superação por uma sociedade mais igualitária, em que a riqueza produzida não seja acumulada nas mãos de poucos, enquanto a classe trabalhadora perece em diversos aspectos.

1.2 TRABALHO DOCENTE E ESCOLA

Realizadas essas reflexões acerca de algumas das categorias de análise fundantes do materialismo histórico-dialético — trabalho, estado e ideologia —, que são fios condutores na escrita desta dissertação, o avanço seguinte consiste em discorrer sobre o trabalho do professor e o local onde este ocorre: a escola. Conforme conceituado por Saviani (2021, p. 13), o trabalho

educativo é “[...] o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens”. Compreendo então, que esse conhecimento produzido historicamente pela humanidade será sistematizado e socializado pelo professor, por meio de uma educação formal que acontece na escola.

Buscando maior elucidação sobre esse ambiente escolarizador, utilizo a definição de Saviani (2021, p. 14) para quem “[...] a escola diz respeito ao conhecimento elaborado, e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular”. Assim, é nesse ambiente escolar que o aluno poderá ter acesso ao conhecimento, ao saber e à cultura diferentes daqueles de senso comum socializado em comunidade. Por isso, torna-se compreensível que para a educação formal se concretizar esses dois agentes: professor e aluno são essenciais.

Ainda sobre a relevância dessa instituição na sociedade, considero pertinente destacar que por intermédio das leituras empreendidas no livro, *Escola e Democracia*⁶ autoria de Dermeval Saviani, fui capaz de entender mais sobre a maneira que a escola se organiza e funciona através das propostas pedagógicas, embasadas por determinadas teorias. Conforme a conceituação do autor, as teorias educacionais são classificadas em dois grupos: as teorias não críticas e as teorias críticas. O primeiro agrupamento engloba a pedagogia tradicional, pedagogia nova e a pedagogia tecnicista. O segundo é composto pelas teorias denominadas de crítico-reprodutivistas⁷, assim divididas: teoria do sistema de ensino enquanto violência simbólica; teoria da escola enquanto aparelho ideológico do Estado (AIE) e teoria da escola dualista (Saviani, 1999).

Em uma perspectiva da teoria crítico-reprodutivista, Saviani (1999, p. 41) apresenta uma importante lição: “[...] a escola é determinada socialmente; a sociedade em que vivemos, fundada no modo de produção capitalista, é dividida em classes com interesses opostos”. Por isso, o autor defende que esse ambiente está imerso em conflitos de interesse, em que a classe dominante se empenha para que a escola perpetue a sua dominação. A concepção de uma teoria crítica (não reprodutivista), portanto, deve ser elaborada visando atender os interesses dos dominados.

⁶ A primeira edição da obra foi publicada em 1983 com o intuito de auxiliar professores e alunos que buscam uma compreensão sistemática e crítica das diferentes teorias da educação.

⁷ Segundo Saviani (2011, p. 393), “Tal denominação se justifica nos seguintes termos: trata-se de uma tendência crítica porque as teorias que a integram postulam não ser possível compreender a educação senão a partir dos seus condicionantes sociais. Empenham-se, pois, em explicar a problemática educacional remetendo-a sempre a seus determinantes objetivos, isto é, à estrutura socioeconômica que condiciona a forma de manifestação do fenômeno educativo. Mas é reprodutivista porque suas análises chegam invariavelmente à conclusão de que a função básica da educação é reproduzir as condições sociais vigentes.”

Nesse sentido, concordo com o ponto de vista histórico-crítico de que a escola dos tempos atuais não é um espaço neutro. Ao contrário, ela se constitui em um ambiente cheio de contradições, uma vez que faz parte da sociedade capitalista e consolida as relações de alienação, corroborando para a produção do fetichismo, ou seja, o encobrimento da exploração da classe trabalhadora. Por isso, devemos considerar o limite da educação formal (escolarizada) ao reconhecer que não depende dela a mudança da sociedade vigente, uma vez que a escola, como produto do sistema capitalista, contribui para manutenção da exploração de uma classe sobre a outra, garantindo a perpetuação dos interesses da classe dominante. Esse reconhecimento pode ampliar a visão para a necessidade de disputa por esse espaço, compreendendo as contradições que permeiam essa instituição temos a possibilidade desenvolver uma concepção mais crítica da realidade e que seja engajada no avanço para uma sociedade mais igualitária para todos.

Analisando sob essa perspectiva, qual seria então a concepção teórica para uma escola que servisse ao interesse dos dominados? Ainda na obra citada anteriormente, Saviani (1999) apresenta como um caminho possível a Pedagogia Revolucionária⁸, que posteriormente passou a ser intitulada de Pedagogia Histórico-Crítica. Por fim, ao fazer esse delineamento, pretendi assinalar as contradições que envolvem o ambiente de trabalho do professor.

Mediante todas as reflexões e análises empreendidas até o momento, neste ponto irei enfatizar sobre a flexibilização e precarização do trabalho docente, salientando a participação do Estado nesse processo. Ao fazer esse delineamento, procurei demonstrar que essas temáticas têm aspectos em comum e que em determinado momento se cruzam. Durante as leituras realizadas nas disciplinas ofertadas pelo PPGE da UDESC no primeiro semestre de 2023, adquiri uma base teórica para começar a refletir sobre as mudanças ocorridas no mundo do trabalho de uma maneira em geral, mas que afetaram igualmente o trabalho educativo.

Essas transformações que impactaram o campo educacional começam a ser fortemente observadas com o neoliberalismo⁹. Conforme apontam Oliveira e Pires (2014, p. 83), ele “[...] representou o estabelecimento de reordenações nos sistemas educacionais a partir de uma redefinição do papel do Estado na sua relação com a educação, e, de outro lado, a inclusão de uma lógica gerencial empresarial como medida de eficiência e eficácia da escola.”. Por isso, a importância de compreender que essas transformações ocasionam reverberações na organização

⁸ Segundo Saviani (1999, p. 85), ela “[...] não é outra coisa senão aquela pedagogia empenhada decididamente em colocar a educação a serviço da referida transformação das relações de produção”.

⁹ Segundo Roman (1999, p. 184), a proposta “neoliberal de Estado potencializa o primado do privado pois é a transformação do Estado em mínimo, sendo a vida social regida pelas relações entre os indivíduos, pela economia portanto”.

e funcionamento das escolas, bem como na percepção e gestão da educação no contexto mais amplo das políticas educacionais e sociais.

Assim, citarei brevemente algumas dessas reordenações do sistema educacional com intuito de elucidar de que modo elas contribuíram com a precarização do trabalho docente. No que tange às políticas educacionais fruto desse reordenamento temos a Constituição Federal de 1988, que enfatiza no artigo 206º a gestão democrática; a Lei n. 9.394/96 ou Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, que traz a autonomia das unidades escolares; os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de 1998, apresentam balizadores sobre uma visão do que ensinar na escola propondo o “aprender a aprender”¹⁰; e o Plano Nacional de Educação, de 2014, com as metas educacionais a serem cumpridas, previstas para o decênio (Roman, 1999). O intuito de mencionar essas reformas não é pormenorizar cada mudança que ocorreu na educação brasileira com a implementação das políticas educacionais citadas, mesmo porque muitas delas não saíram do papel, mas, sim, demonstrar que o trabalho do professor precisou adaptar-se a essas transições que foram ocorrendo ao longo dos anos.

Uma vez que os movimentos de reformas empreendidas nos países da América Latina se desenvolveram por volta dos anos de 1990, uma nova regulação das políticas educacionais reverberou na organização e gestão escolar, ocasionando uma reestruturação do trabalho do professor. “O trabalho docente não é definido mais apenas como atividade em sala de aula, ele agora compreende a gestão da escola no que se refere à dedicação dos professores ao planejamento, à elaboração de projetos, à discussão coletiva do currículo e da avaliação” (Oliveira, 2004, p. 1132). Desta feita, é possível compreender que as reordenações no contexto educacional refletiram na profissão docente.

Em concordância com a nova forma de gerenciamento das escolas com a gestão democrática, foram acrescentadas mais demandas ao cargo de professor, participação mais ativa em construção de currículo, projetos, entre outras incumbências asseveradas na citação acima, atribuindo ao cargo uma espécie de falsa participação. Pois, dessa maneira, estão frente às tarefas de produção dos documentos, mas sem a formação necessária para perceber as contradições presentes na política. Deste modo, ocorre uma adesão às ideias liberais como se essas fossem as

¹⁰ Para aprofundamento na temática consultar o livro *Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana*, autoria de Newton Duarte, que apresenta a defesa da importância de uma abordagem marxista na interpretação vigotskiana e enfatiza a necessidade de incorporar essa psicologia na construção de uma pedagogia crítica e historicizadora. Na obra, o autor também faz um destaque as aproximações entre o construtivismo, o pós-modernismo e o neoliberalismo, realizando uma crítica às interpretações difundidas no meio educacional que buscam integrar a psicologia de Vygotsky ao universo ideológico neoliberal e pós-moderno (Duarte, 2001).

únicas existentes. O professor fica à deriva de *slogans* e modismos que atingem a educação por força de uma formação aligeirada.

Ainda sobre esse fenômeno, Bossi (2001 *apud* Oliveira; Pires, 2014, p. 84) salienta que “[...] a precarização do trabalho não pode ser resumida a um processo exclusivamente econômico, mas tem implicações principalmente de natureza social, cultural e política [...]”. Embora o trabalho precário não tenha suas raízes somente no processo econômico, é possível inferir que à medida que as reordenações neoliberais aconteceram, o processo de precarização do trabalho foi intensificado.

A participação do Estado pode ser observada principalmente no fato de que, “[...] por meio dos processos de flexibilização e mercantilização do ensino, terceirizou seu compromisso de dever para e com a educação [...]” (Oliveira; Pires, 2014, p. 85). Segundo os autores esse processo vai ser nomeado como “privatização do ensino”. Além disso, esse encadeamento, resultado da reestruturação das atividades de ensino, relega os profissionais da educação, bem como desconsidera os princípios descritos no artigo 206º da Constituição Federal de 1988, que defende a liberdade ao ensino e a pesquisa, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (Oliveira; Pires, 2014).

Nesse sentido, Oliveira e Pires (2014, p. 86) complementam: “Por meio do processo de reestruturação das atividades docentes, a qual se insere o fenômeno da privatização do ensino, a educação transformou-se em verdadeira mercadoria [...]”. Logo, quando a educação se transforma em mercadoria, visando atender os interesses do mercado, o professor perde sua autonomia de ensino e necessita adaptar sua criatividade para lidar com a falta de recursos materiais. Sua atuação se torna restrita por um engessamento do currículo no caso das escolas públicas, ou pelas apostilas de ensino na rede privada. Essa conversão da educação em mercadoria também corrobora com a desvalorização social do papel do professor, pois passam a ser tidos como meros reprodutores educacionais.

Outro ponto importante de salientar se refere à parceria entre empresas privadas e escolas públicas. Conforme destacado por Santos (2019), essa colaboração influencia a ordenação do currículo das escolas interferindo na organização do trabalho pedagógico, que se volta para a lógica empresarial, efetivando-se em projetos que chegam na escola sem estarem articulados ao processo pedagógico ou à realidade dos educandos. Esse contexto pode ser observado igualmente na formação continuada ofertada aos professores que atuam na educação básica e pública no Brasil, que decorre por meio da venda de serviços dos empresários educacionais terceirizados, sendo essa compra financiada pelo Estado com fundo público, aprofundando a conversão da educação em mercadoria.

Considera-se, então, os impactos das reformas educacionais que desencadearam uma reestruturação no trabalho do professor por meio de diversos fatores, principalmente a gestão e organização do trabalho escolar, que contribuem para uma responsabilização desses profissionais sobre o funcionamento da instituição, além do estímulo a um maior envolvimento da comunidade nesse processo (Oliveira, 2004). Ou seja, com maior envolvimento dos professores e comunidade, o Estado repassa sua responsabilidade com a escola, cobrando os educadores por resultados ruins, sem investir o recurso necessário nas instituições públicas para que os profissionais realizem seu trabalho com dignidade.

Mediante as determinações neoliberais para educação brasileira, todos os envolvidos sentiram os impactos: a comunidade, os alunos e, principalmente, os professores. Conforme apontou Oliveira (2004, p. 1140): “O fato é que o trabalho pedagógico foi reestruturado, dando lugar a uma nova organização escolar, e tais transformações, sem as adequações necessárias, parecem implicar processos de precarização do trabalho docente”. Das afirmações feitas pela autora, poderia ser retirado a palavra “parecem”, uma vez que, diante do exposto é possível inferir que o trabalho do professor, afetado pelas novas atribuições de sua função, pelo controle do currículo, pela necessidade de planejamento e pelas avaliações que medem os parâmetros de qualidade, além da falta de recursos materiais, não somente aparenta, mas demonstra que seu trabalho se tornou mais precário.

Sobre os contratos temporários nas redes públicas de ensino brasileiras, Oliveira (2004) enfatiza que em alguns estados o número de docentes temporários equipara-se ao de trabalhadores efetivos, ocasionando o aumento da instabilidade e precariedade da função no magistério público. Esses aspectos de instabilidade e precariedade para os professores temporários podem ser identificados quando a cada um ou dois anos, a depender da demanda, seus contratos são encerrados, e eles necessitam fazer novos processos seletivos para conseguirem trabalhar. Além disso, a remuneração difere da recebida pelos efetivos, por não usufruírem da estabilidade do plano de carreira.

No que tange ao arrocho salarial, a categoria necessita estar sempre organizada, lutando para que os reajustes salariais acompanhem a inflação, bem como reivindicando melhores condições de trabalho. Saliento, assim, a importância de os professores serem sindicalizados. Por fim, as discussões apresentadas até o momento pretenderam demonstrar que esse processo de reforma neoliberal, difundido na educação pelo aparelho do Estado, intensificou o processo de precarização do trabalho docente, principalmente os que atuam em escolas públicas. Com isso, espera-se facilitar a compreensão de que a profissão docente também se insere na sociedade

capitalista e resiste às reestruturações do seu trabalho que tendem a precarizar cada vez mais sua função, conforme discutido.

Considero oportuno fazer um breve destaque a outro aspecto de precarização, desencadeado pelo advento da pandemia de COVID-19. O Ministério da Saúde conceitua a COVID-19 como “[...] uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (Brasil, 2021). A partir do surgimento do vírus iniciaram as medidas tomadas pelos governantes e órgãos competentes para o enfrentamento da doença.

Conforme as orientações do Ministério da Saúde, algumas medidas de prevenção contra a propagação do vírus foram tomadas, dentre elas: o distanciamento social, a etiqueta respiratória e de higiene das mãos, uso de máscara, limpeza e desinfecção dos ambientes, isolamento de casos suspeitos e confirmados e quarentena (Brasil, 2021). No Brasil, as medidas tomadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro consistiram em

“[...] desqualificar a ciência, as instituições e os profissionais de saúde, no que se refere às medidas de prevenção e tratamento da COVID-19 [*sic passim*]. Em nome de uma economia que beneficia a poucos e mantém a exploração da classe trabalhadora, acaba naturalizando o genocídio por COVID-19” (Alessi *et al.* 2021, p. 16).

Logo, os brasileiros da classe trabalhadora foram incentivados a saírem do isolamento social e fazerem a economia “girar”, em detrimento da sua própria saúde. Os resultados numéricos divulgados pela mídia em 2024 apontam o Brasil ocupando o 18º lugar no ranking mundial em casos de óbitos em decorrência do vírus.

Nesse sentido, a COVID-19 ocasionou inúmeras mudanças na vida das pessoas evidenciando ainda mais como o efeito das “transformações das relações do trabalho gera diminuição entre o tempo da atividade laboral e privada, aumento da individuação do trabalho, redução de relações solidárias e coletivas no espaço de trabalho, distanciamento sindical e desmonte da legislação trabalhista” (Alessi *et al.*, 2021, p. 18). Diante disso, interpreto que a COVID-19 acarretou diversos aspectos de precarização do trabalho, com destaque para a educação, tendo em vista que ao realizar a sua função em casa o professor enfrentou todos os aspectos citados acima.

No que se refere aos impactos na educação, os autores também ressaltam que essas recomendações na legislação sugerem uma maior flexibilização em diferentes aspectos, principalmente no trabalho dos professores, no currículo, no processo avaliativo, na metodologia do ensino, em certificações, no material didático e na carga horária. Estes aspectos ocasionam a

apropriação do fazer docente no desenvolvimento de sua função, bem como, prejudica a autonomia docente. (Alessi *et al.*, 2021). O envolvimento do setor privado na educação, também vem alterando as relações de trabalho, e o exercício da profissão docente evidencia ao longo dos anos cada vez mais sinais de precarização, conforme discutido neste capítulo.

No mais, as interpretações feitas até este ponto consideram igualmente o aumento desse processo de precariedade no trabalho do professor em virtude da COVID-19. A flexibilização justificada pela pandemia do coronavírus, alterou em diversos aspectos a função docente, intensificando e precarizando ainda mais as condições de sua realização. Os lucros e benefícios foram destinados às grandes empresas líderes do mercado econômico, as quais instrumentalizam o Estado como fonte de investimentos e financiamento com verba pública da transformação da educação em mercadoria.

O capítulo seguinte foi dedicado a evidenciar os impactos da Indústria 4.0, caracterizada pela integração de tecnologias digitais e automação avançada, bem como suas reverberações na área da educação, atingindo diretamente a profissão docente em todos os níveis de ensino. No caso deste estudo, o enfoque se deu nas particularidades do segmento da Educação Infantil.

2 A INDÚSTRIA 4.0 E OS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

Neste capítulo, abordo o surgimento da Indústria 4.0 e a adesão de setores de produção e trabalho que impactam a área da educação, ocasionando transformações na profissão docente em todos os níveis de ensino. Nesta pesquisa, particularmente, ressalto a Educação Infantil e os professores que nela atuam. Por isso, é relevante compreender esse processo sob uma perspectiva crítica que considere os desafios sociais e práticos enfrentados pela sociedade em que vivemos atualmente.

Embasada no artigo de Amorim *et al* (2020), intitulado *Agenda Brasileira para a Indústria 4.0: Avaliação do Estágio de Execução das Medidas Propostas*, foi possível refletir sobre a história da humanidade e a maneira de produção da vida social das pessoas. Considerando, dessa maneira, que a categoria trabalho sempre estará atrelada à produção da humanidade em cada sujeito, justamente por se referir ao meio pelo qual esse processo ocorre. Nesse mesmo processo histórico, observam-se transformações no modo de produção (fortemente perceptíveis com as revoluções industriais), as quais são marcadas pela tecnologia utilizada em cada período, bem como suas repercussões nas esferas política, econômica, cultural e social (Amorim *et al.*, 2020).

No mesmo artigo citado acima, os autores empreendem um esforço em sintetizar o avanço das revoluções industriais, destacando que durante a Primeira Revolução Industrial a principal transformação decorreu da substituição da força física do homem por máquinas movidas a energia hídrica e a vapor. A Segunda Revolução Industrial, por sua vez, foi caracterizada pela utilização da eletricidade e iniciou um progresso na linha de montagem que alavancou a produção em massa (sistema baseado na divisão do trabalho). A Terceira Revolução Industrial, por seu turno, comportou um impulso com avanços na computação, eletrônica e Tecnologia da Informação (TI), aplicadas visando automatizar cada vez mais o processo de fabricação. Finalmente, chegando à Quarta Revolução Industrial, também conhecida como Indústria 4.0, que se caracteriza pela integração de tecnologias digitais emergentes. Dentre seus principais constituintes, estão a internet mais ubíqua e móvel, a inteligência artificial, o aprendizado de máquina e sensores mais avançados (Amorim *et al.*, 2020, p. 24).

Dessa sintetização, infiro que houve uma reestruturação produtiva no mundo do trabalho, e em cada período o avanço tecnológico se fez mais presente, até chegarmos à Indústria 4.0, em que a internet, inteligência artificial etc. determinam cada vez mais o mercado de trabalho. De modo que acarreta a necessidade de que o homem domine essa tecnologia, caso não queira ser

substituído por ela. Ao mesmo tempo em que é exigido esse domínio tecnológico, cada vez que o sujeito domina a inovação do momento, no entanto, o mercado desenvolve outros produtos, originando novas necessidades de aprendizagens, sem as condições adequadas de formação. No caso da educação, essa contradição fomenta um ideário sobre a incapacidade do professor de ensinar. Nesse contexto, pode ser identificado o clássico fenômeno da obsolescência programada, ou seja, o descarte de objetos de forma mais rápida e intencional. Em alguns casos o custo é mais baixo, porém a sua durabilidade é exígua, fazendo com que o consumo permaneça aquecido como uma necessidade premente do sujeito, mas que na verdade é do mercado. Duarte (2016) também se apoia nesse conceito, observando a obsolescência dos conteúdos escolares, que entram em desuso na escola. Desse modo, o descarte de objetos ou mesmo de conhecimentos históricos sistematizados contribui para a precarização da docência.

Na atualidade, a Indústria 4.0 traz novas formas de precarização para o processo educacional, por isso a elucidação deste fenômeno é crucial para o tema deste estudo. Amorim *et al.* (2020) esclarecem que o termo Indústria 4.0 abrange as seguintes nomeações: Quarta Revolução Industrial, Manufatura Inteligente, Indústria da Internet, Indústria Integrada ou Manufatura Avançada. Sendo esta constituída por quatro componentes: os Sistemas Físico-Cibernéticos, a Internet das Coisas, a Internet dos Serviços e as Fábricas Inteligentes.

Para esses autores, o impacto da Indústria 4.0 ocasionará reverberações em diversos setores, e citam cinco principais: primeiramente o setor econômico abrangendo as áreas de crescimento, emprego e a natureza do trabalho; em segundo, o contexto relacionado aos negócios que podem gerar expectativas dos consumidores, produtos inteligentes, uma inovação colaborativa e modelos operacionais mais atuais; em terceiro, as relações de âmbito nacional e global, integrando a atuação do governo em questões entre países, regiões e cidades, bem como aspectos que tratam da segurança internacional; a esfera social, notadamente questões de desigualdade e comunidade; e, por fim, nas próprias pessoas, interferindo em aspectos como identidade, moralidade e ética, os vínculos entre os indivíduos e a gestão de informações públicas e privadas (Amorim *et al.*, 2020). Por isso, é importante considerar como as reverberações da Indústria 4.0 no setor educativo vão impactar o trabalho do professor na atualidade, particularmente na Educação Infantil, que é o enfoque neste estudo.

A Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, lançada em 2018, apresenta no documento um conjunto de planos com dez medidas de investimento para contribuir com o setor produtivo por conta das transformações produtivas observadas mais fortemente na atualidade (Amorim *et al.* 2020). Nessa direção, o segmento da educação também recebeu diretrizes para adequação a esses parâmetros, as quais estão dispostas no item da “medida 7: Mercado de Trabalho e Educação

4.0”. Essa medida propõe metas para o setor educativo, como o mapeamento das competências e a compreensão das demandas do mercado de trabalho para requalificar os trabalhadores. A meta previa o treinamento de 1,5 mil professores de Educação Profissional e Tecnológica para Indústria 4.0. Outra ação consistiria em atrelar o modelo nacional de competências para Indústria 4.0 nos itinerários formativos da educação pública e privada (Amorim *et al.*, 2020).

As ações dispostas na Agenda Brasil 4.0 consistiram em fomentar um modelo nacional de competências a serem desenvolvidas para atender a Indústria 4.0, visando “[...] atrelar esse modelo nacional, em diferentes itinerários formativos, nas estruturas de oferta educacional pública e privada permitindo a oferta e a demanda de cursos, por meio de uma base nacional proposta e do fortalecimento das redes de educação profissional e tecnológica” (Pessôa, 2021 p. 56). À vista disso, constato que, com esse movimento da Agenda Brasil 4.0, a educação brasileira sentiu os impactos das implementações citadas acima, bem como dos investimentos na formação da classe trabalhadora nos níveis básico, profissional e tecnológico. Essas ações foram implementadas principalmente por parte do Sistema S ao capacitar o trabalhador como recurso humano a ser utilizado pela Quarta Revolução Industrial (Pessôa, 2021).

Pessôa (2021) revelou em sua investigação que no ano de 2019 a Câmara Brasileira da Indústria 4.0 (Câmara I4.0)¹¹ instituiu um Plano de Ação a ser aperfeiçoado por Grupos de Trabalho. Nesse plano, a área responsável pelo Capital Humano ocupou-se dos projetos educacionais do Governo Federal, visando uma Educação 4.0 — vinculada à Indústria 4.0. Conforme destaca a autora, no geral constaram três ações principais:

- (1) Promover a formação e requalificação de professores em competências e habilidades para a economia 4.0; (2) Promover a qualificação, o aperfeiçoamento e a requalificação de profissionais para a economia 4.0; e, (3) Estimular competências e habilidades educacionais para a economia 4.0 (Pessôa, 2021, p. 57).

Nesse ponto, posso observar que a implementação de tais ações por parte do governo têm interesses e finalidades puramente econômicos, desenvolvendo a capacitação dos professores voltada para área da economia. Ataca-se ainda a subjetividade desses profissionais, usando como justificativa a adaptação para as novas exigências do mercado de trabalho na atualidade. Ressalto que esse viés mercadológico aparece também em documentos educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação). No caso da BNCC, o viés neoliberal está posto claramente no discurso que

¹¹ Normatizada pelo Governo Federal a Câmara I4.0 é conduzida pelos seguintes ministérios: Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e a Economia (ME), com propósito de organizar grupos de trabalho visando articular diretrizes e ações que estimulem as práticas da Indústria 4.0 no Brasil. (Pessôa, 2021).

fundamenta sua elaboração. Nesse documento posso constatar o aniquilamento do trabalho educativo e da infância, pois o docente torna-se mero executor de quadros compactados de objetivos de aprendizagem que devem ser alcançados pelas crianças. É comum também uma constante vigilância no planejamento educativo do professor, para verificar se a “receita de bolo” incumbida de desenvolver a aprendizagem das crianças está sendo cumprida.

Além disso, outra influência da Quarta Revolução Industrial observada no contexto educacional brasileiro foi apresentada por Adrião e Domiciano (2020) ao tratarem da nova configuração de produção e distribuição de bens (materiais e imateriais) que são produzidos. Segundo os autores, essa nova configuração foi denominada de *capitalismo digital*, por Schiller em 1999, ou *capitalismo da vigilância*, por Zuboff em 2015. Os autores salientam ainda que para Zuboff a empresa precursora no Capitalismo de Vigilância seria a *Google*. Ressalto que Adrião e Domiciano (2020), ao abordarem um mapeamento sobre os sistemas de ensino brasileiros que fizeram uso da plataforma *Google* no período dos anos de 2005 a 2018 e em 2020, demonstram que nos primeiros 14 anos observados, apenas oito estados brasileiros totalizando cerca de 2%, usavam os produtos da *Google* como ferramenta educacional. No entanto, em 2020 essa aderência subiu para o percentual de 77%, quando mais doze estados demonstram usar a plataforma, apontando uma crescente em todas as regiões brasileiras que passaram a utilizar os produtos da *Google* em práticas educacionais, principalmente com a adoção do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19.

Assim, consigo compreender que o Estado aproveitou do momento pandêmico, pelo qual o Brasil atravessava, para inserir o modelo de ensino remoto como única alternativa e se beneficiar poupando recursos no investimento em educação para transferi-lo para o sistema financeiro ou terceirizando serviços. Essa constatação parte da consideração de que “a popularização das iniciativas e a divulgação de serviços e produtos como essenciais a ponto de que as demandas por sua utilização se tornem quase obrigatórias” (Adrião; Domiciano, 2020, p. 675), demonstrando uma estratégia para expansão dos negócios por meio da internet. Logo, ao plataformizar¹² o ensino público, têm-se o controle do trabalho docente, tornando a profissão ainda mais precarizada. Além disso, diminui-se a quantidade de professores contratados como forma de reduzir os custos de manutenção da educação. Corroborando com esta reflexão, Adrião e Domiciano (2020, p. 680) enfatizam que tanto no Brasil, quanto em outras manifestações

¹² A palavra plataformizar é utilizada para descrever novas formas de trabalho, em que as empresas fazem uso de plataformas ou aplicativos digitais para desenvolver suas atividades ou serviços. Esse processo, por sua vez, vem fomentando relações de trabalho cada vez mais individualizadas, que incentivam a exploração e a precarização das condições de sua realização (Antunes; Filgueiras, 2020).

internacionais “[...] os processos de ‘digitalização’ das relações educacionais aprofundaram-se e generalizaram-se neste período da pandemia”. Logo, o trabalho realizado por meio de plataformas digitais gera ainda mais lucro para as grandes *Big Techs*¹³, impulsionando a mercantilização e financeirização da educação, vendendo seus sistemas de ensino, plataformas digitais, entre outros.

Ademais, outro fator necessário de ser destacado diz respeito à desigualdade presente na compra e acesso a essas tecnologias ofertadas pelas *Big Techs*. A *Google*, enfocada na pesquisa de Adrião e Domiciano (2020), é um exemplo notável, pois proporciona um acesso desigual aos seus produtos entre os diferentes estados brasileiros: “[...] a indução à compra de serviços ‘mais avançados’ por parte dos entes governamentais para abranger maior número de usuários, incluir outras ferramentas no processo educativo e ampliar a ‘ajuda digital’ na gestão educacional”. Por consequência, somente terão acesso ilimitado a todos os serviços que a *Google* oferece aqueles estados que podem investir mais em educação. Esse investimento seria a compra, com dinheiro público, de pacotes mais completos da empresa.

Seguindo esta mesma linha, Adrião e Domiciano (2020, p. 681) apresentaram uma declaração feita pela Organização das Nações Unidas (ONU), datada de 2011, enfatizando que “[...] o acesso à internet passou a ser considerado um direito humano, reafirmam que a negação do acesso à *web* viola este posicionamento”. Assim, entendendo que se o acesso à internet passou a ser tido como um direito humano, todas as pessoas deveriam ter a oportunidade de usufruir dessa tecnologia. No entanto, também se torna nítido que essa não é a realidade de uma boa parcela dos estados brasileiros ou mesmo de regiões mais pobres, que têm dificuldade em obter o mínimo: moradia, saúde, segurança, educação etc., quem dirá o acesso à internet.

Adrião e Domiciano (2020, p. 682) defendem que “[...] não basta ter acesso gratuito, é necessário que o Estado assegure banda larga e equipamentos adequados para o conjunto das escolas públicas, como condições para a efetivação do direito humano”. Nesse ponto, consigo identificar uma forte contradição, tendo em vista que a estrutura da maior parte dos colégios públicos é extremamente precária. É longa a lista de insumos básicos, os quais seriam necessários para garantir uma educação de qualidade, mas que faltam nas escolas. Antes de garantir o acesso à internet em todas as escolas públicas, entendendo que o básico para o seu funcionamento deveria ser assegurado.

¹³ São as grandes empresas que dominam o mercado da tecnologia e inovação como, por exemplo, Google, Amazon, Apple, Meta e Microsoft. Responsáveis pelos mais importantes avanços tecnológicos da atualidade. (Meirinho, 2023).

Em contrapartida, Adrião e Domiciano (2020, p. 681) argumentam que “[...] negar o uso das ferramentas digitais, excluindo-as dos processos pedagógicos pós pandemia [*sic*], poderá acentuar mecanismos de exclusão, ao negar, especialmente aos estudantes das escolas públicas, o acesso a um campo do conhecimento e uma nova dimensão do direito humano”. Desta feita, sendo a tecnologia/internet considerada um direito humano, não cabe negar o uso das ferramentas digitais na educação, uma vez que isso não resolve o problema da desigualdade em seu acesso. Inclusive, as escolas públicas são o local onde os estudantes de baixa renda poderiam ter acesso a essas tecnologias para aprender a fazer delas um uso crítico.

Esse movimento de “digitalização” das relações educacionais tornou-se ainda mais profundo com a pandemia da COVID-19, quando “[...] a educação, como as demais esferas da sociedade inseridas nos processos de globalização, mesmo que de forma ‘desigual e combinada’, passa a ser incorporada à economia digital na medida em que também a incorpora” (Adrião; Domiciano, 2020, p. 675). Dessa maneira, as relações entre o corpo escolar (estudantes, docentes e gestores) passam a ser mediadas não somente pelo conhecimento, mas também pelas ferramentas digitais:

Tais ferramentas incidem sobre os tempos dessas relações, sobre as lógicas de organização e acesso ao conhecimento, sobre as sistemáticas de controle do trabalho de educadores, sobre procedimentos de avaliação dos e das estudantes, enfim sobre os processos pedagógicos e sua gestão. Isto porque tais preocupações e consequências são extensivas à adoção de plataformas e ferramentas digitais públicas (Adrião; Domiciano, 2020, p. 680).

Assim, torna-se possível inferir que o impacto da Indústria 4.0 na educação apresenta inúmeras contradições. Conforme apontado pelos autores acima, a influência das ferramentas digitais causa impacto no tempo das relações entre os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem ofertado nas escolas, na organização e no acesso ao conhecimento, e na avaliação dos alunos. Ademais, a adesão a ferramentas e plataformas digitais nas escolas públicas indica um processo indireto de privatização da educação, no qual os maiores beneficiados são os donos das *Big Techs*.

Em relação às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), para Antunes e Filgueiras (2020, p. 61), em diversos meios como a universidade, os veículos de comunicação e as empresas, “há uma profusão de termos para definir a transformação nos negócios do capital e no mundo do trabalho [...]” que estariam relacionados à utilização dessas novas tecnologias.

Dentre os vários termos para designar o momento que vivemos, fala-se de uberização¹⁴ e trabalho digital. Contudo, segundo os próprios autores, há mais dissenso do que consenso a respeito dessas denominações.

A propaganda dos benefícios que as transformações geradas pela Indústria 4.0 trazem para o trabalhador mascara a realidade, vendendo a ideia de que as plataformas e os aplicativos oferecem oportunidades de renda para os usuários e facilita os negócios, tanto para as grandes empresas quanto para quem usufrui do que estas podem oferecer divulgando o *slogan* “Mais do que nunca, seu sucesso só depende de você” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 63). Destaco aqui o fundamento liberal da individualização, processo em que o sujeito é o único responsabilizado pelo seu desenvolvimento, sendo esse aspecto fortemente incentivado com a Quarta Revolução Industrial.

Segundo Previtali e Fagiani (2022), a Indústria 4.0 tem impulsionado a adesão ao teletrabalho, trabalho virtual ou trabalho digital, como são nomeados na atualidade. Ainda para os autores, a realização do trabalho nessa modalidade laboral engloba a interação entre o trabalhador e a empresa ou o contratante de serviços, que ocorre por meio de transferências de informações codificadas eletronicamente. Logo, essa forma de trabalho utiliza as mais recentes tecnologias de informação e comunicação, sendo conduzida por meio de plataformas digitais, como os aplicativos e sistemas de ensino no caso da educação.

Nesse sentido, quando o professor se encontra imerso na realização da sua função por intermédio das novas tecnologias, ele vai precisar igualmente acompanhar esse avanço tecnológico, ou seja, ser flexível e se adaptar a esse novo cenário para continuar desenvolvendo seu trabalho, agora conectado no mundo virtual. Ocorre um processo de sujeição do professor para que ele se adapte às necessidades do mercado, em detrimento de uma formação humana mais ampla.

As mudanças ocorridas com a implementação da Indústria 4.0 afetam a classe trabalhadora como um todo, principalmente com “[...] a substituição de operações mentais humanas pelas máquinas e a tentativa de ocultamento da relação de exploração entre capital e trabalho por meio da mediação tecnológica” (Previtali; Fagiani, 2022, p. 158). Nesse cenário, é possível perceber que a propaganda do trabalho digital oferece mais benefícios do que malefícios para os trabalhadores. Assim, de forma enganosa, fomenta a exploração e a precarização do trabalho, incluindo aqui a docência. Para disseminar esse “canto da sereia”, o mercado utiliza

¹⁴ “A chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais [...]” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 32).

alguns *slogans* perpassados pelos discursos educacionais neoliberais presentes na conjuntura. Alguns exemplos são aqueles veiculados pelo Ministério da Educação (MEC) e apontados por Evangelista e Triches (2012): “Seja um professor!”; “Venha construir um Brasil mais desenvolvido, mais justo com oportunidades para todos”; “A profissão que pode mudar o país”; etc.

Ao discorrer sobre a precarização do trabalho, entro também em um campo sobre a defesa e proteção no local de trabalho, visando a garantia e luta para que os direitos trabalhistas sejam cumpridos. Para Antunes e Filgueiras (2020) um dos maiores desafios que existe na sociedade capitalista é que os direitos que a classe trabalhadora conquistou ao longo dos tempos (por meio do movimento operário) sejam realmente efetivados. Esses entraves, conforme os autores, podem ser encontrados nos escritos de Marx, especialmente em sua obra *O capital*, evidenciando que desde aquela época existe uma batalha contínua e incansável do capital para limitar os direitos da classe operária.

A luta pelos direitos trabalhistas vem sendo amplamente discutida e ganhando espaço desde os estudos de Marx, cujos esforços foram empreendidos no sentido de que os trabalhadores entendessem a sua realidade e lutassem por melhores condições. Ainda hoje a classe trabalhadora precisa constantemente reivindicar melhores condições de trabalho para não perder direitos já conquistados, nem espaço em suas profissões, que cada vez mais são absorvidas pela Indústria 4.0. Essa assimilação precariza o trabalho e propicia retrocessos nas conquistas obtidas pelos trabalhadores regulamentados pelo regime CLT.¹⁵ Para Antunes e Filgueiras (2020, p. 75), a conjuntura vivida é de uma “grande ofensiva do capital sobre o trabalho, uma verdadeira contrarrevolução preventiva de amplitude global, sustentada por uma forte ideologia neoliberal em fase da crise estrutural do capital”. Ou seja, nesse sentido consigo observar que o modo de produção capitalista revela contradições e crises periódicas por conta da dinâmica capitalista, em que o capital se alimenta da exploração de uma classe sobre a outra — nesse caso os donos dos meios de produção e a classe trabalhadora respectivamente. Nesse ponto, também se torna possível identificar a ideologia não como uma visão de mundo, mas sim, como a visão de uma classe que domina. Essa dominação é encoberta de forma que o conjunto de ideias que a sustenta possa ser incorporado para elas serem tidas como universais. A luta contra o capitalismo é

¹⁵ “A Consolidação das Leis do Trabalho, cuja sigla é CLT, regulamenta as relações trabalhistas, tanto do trabalho urbano quanto do rural, ela continua sendo o principal instrumento para regulamentar as relações de trabalho e proteger os trabalhadores. A CLT surgiu pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, sancionada pelo então presidente Getúlio Vargas, unificando toda legislação trabalhista existente no Brasil” (Zanluca, [s. d.]).

justamente esta: suprimir a base da sociedade de classe, ou seja, a exploração de uma classe sobre a outra.

Até o momento buscou-se, então, apresentar e refletir sobre como os impactos da Indústria 4.0 ocasionaram diversas mudanças no mundo trabalho, principalmente o processo de precarização. Diante desse movimento “[...] que ora se amplia e ora se reduz, a capacidade de resistência, revolta e organização desse novo proletariado digital será um movimento decisivo para a conquista de formas protetivas de trabalho, capazes de obstar a escravidão digital” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 77). Conforme enfatizado pelos autores, o processo de precarização também se atualiza com as transformações que ocorrem na sociedade. Tendo em vista o momento histórico que vivemos, a necessidade de falar sobre modificações que ocorreram no mundo do trabalho com a Quarta Revolução Industrial torna-se necessária. Essas reflexões servem para que os trabalhadores consigam ter consciência do trabalho precarizado e não se tornem reféns da tecnologia, mas busquem melhores condições de forma a garantir sua saúde e bem-estar.

Com as reflexões levantadas sobre o processo de incorporação da Indústria 4.0 no setor da educação, posso observar as transformações na profissão docente. Ainda resta, contudo, compreender as especificidades do trabalho do professor de Educação Infantil que vai atuar nessa sociedade altamente tecnológica.

2.1 SER PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Neste subcapítulo, a escrita foi direcionada a explicar as especificidades de ser professor na primeira etapa da educação básica. Para discorrer sobre a temática, optei por iniciar pelo referencial teórico presente no livro *Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Em defesa do ato de ensinar*¹⁶, organizado por Alessandra Arce e Lígia Martins (2010). Conforme exposto pelas autoras, na perspectiva do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), o professor deve atuar como mediador entre as crianças e o conhecimento, ofertando brinquedos, espaços e tempos para a brincadeira ocorrer no ambiente escolar. Assim, os profissionais desse segmento da educação básica deveriam deixar que as crianças brincassem de forma espontânea e prazerosa, de modo que elas construíssem seu conhecimento na interação entre os pares. Aos professores, caberia intervir somente quando necessário (Arce; Martins,

¹⁶ Para a escrita da obra foi escolhido o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (1998) visando embasar as análises e discussões sobre as concepções de criança, professor e conhecimento, e trazendo em uma perspectiva histórico-crítica sobre a defesa do ato de ensinar as crianças que deve estar presente também na Educação Infantil.

2010). O ponto de vista das autoras, no entanto, é contrário a essa caracterização do papel docente presente no RCNEI. Elas defendem uma concepção histórico-crítica, embasadas principalmente na leitura de Dermeval Saviani, defendendo o ensino como um direito infantil e como dever dos docentes. Nessa perspectiva, então, o papel dos professores é descrito assim:

[...] os adultos que trabalham com a criança são os responsáveis por produzir nela a humanidade. O professor retoma seu status daquele que ensina, que provoca o desenvolvimento através da transmissão de conhecimento. O ato de cuidar modifica-se, porque está para além do simples limpar, alimentar... Cuidar significa também ensinar, produzindo o humano no próprio corpo da criança e sua relação com ele, passando pela alimentação, pelo andar, movimentar-se, etc. Ou seja, o professor cria na criança sua “segunda natureza”, é parteiro do seu nascimento no mundo social (Arce; Martins, 2010, p. 32).

Entendo por essa relação intencional e mediada, aquela realizada na escola pelo professor, sendo ele o agente responsável por identificar os elementos culturais que precisam ser assimilados para que o indivíduo se torne humano, bem como as formas mais apropriadas para alcançar esse objetivo. Na conjuntura da Educação Infantil, saliento a necessidade de conhecer cada período do desenvolvimento infantil¹⁷, com o intuito de aperfeiçoar e compreender as características e conquistas a serem apropriadas e desenvolvidas pelos bebês e crianças (Saviani, 2021; Lazaretti, 2020).

Procurando avançar nas especificidades que abrangem ensinar nessa etapa da educação básica, outro referencial utilizado foi o livro *Que educação infantil queremos? Um manifesto em defesa da educação escolar para crianças pequenas*, autoria de Juliana Campregher Pasqualine e Lucinéia Maria Lazaretti (2022). A obra apresenta debates importantes, podendo ser manuseada como um instrumento de transformação por aqueles professores que desejam se comprometer com a educação das crianças de escola pública, ou seja, aquela que se destina aos filhos da classe trabalhadora. Nesse contexto, a argumentação das autoras consiste em destacar a relevância do currículo na Educação Infantil, sendo ele um “instrumento orientador do planejamento pedagógico referente à seleção e organização dos conteúdos mediadores da relação entre o adulto que ensina e a criança que aprende, seja como recurso para evitarem-se práticas assistemáticas e espontaneístas” (Pasqualini; Lazaretti, 2022, p. 9).

Ao evidenciar o valor do currículo, também foi enfatizado o papel do professor, sendo responsável por selecionar e organizar os conteúdos e as melhores formas que estes serão ensinados à criança, superando a visão de que nessa etapa da educação não deve ocorrer o ato de

¹⁷ Para aprofundamento no estudo do desenvolvimento infantil consultar o livro: *Periodização Histórico-cultural do Desenvolvimento Psíquico do nascimento à velhice*, organizado por Martins, Abrantes e Dias Facci (2016).

ensinar. As autoras consideram igualmente que negar o currículo nessa etapa da educação básica é arriscado, uma vez que o conteúdo requer a mediação na atividade pedagógica. Para tal, com base em uma concepção histórico-cultural e histórico-crítica, visando o pleno desenvolvimento humano, não cabe qualquer conteúdo: a definição dos critérios de seleção dos elementos culturais que serão transformados em objetos de aprendizagem da criança, visando o seu desenvolvimento (Pasqualini; Lazaretti, 2022).

Tendo a incumbência do currículo em vista, Pasqualini e Lazaretti (2022) reforçam a função primordial dos professores, sendo eles os agentes responsáveis nessa etapa do ensino. Esses profissionais têm, portanto, o dever de planejar as atividades de forma consciente e intencional, incluindo aspectos como: organização do espaço, do tempo, dos materiais e da idade, sendo este o critério de formação de grupos para o processo de ensino-aprendizagem. Afirmam ainda que um planejamento consistente será capaz de despertar o interesse das crianças sobre o mundo (fenômenos/objetos) que os rodeia, incluindo cores, texturas, sabores, sons, toques, imagens, relações etc. Neste momento, considero que ao destacar a magnitude da atribuição do professor que atua com a educação dos pequenos, seu papel vai além de identificar e sistematizar o conteúdo. Nessa etapa, a organização do ambiente, do tempo e dos materiais é extremamente significativa, visando atrair a atenção das crianças para as diversas possibilidades de experimentação enquanto são ensinadas e aprendem.

No âmbito da Educação Infantil, a figura do professor é entendida como o par mais desenvolvido intelectualmente e responsável por organizar e orientar as atividades que ocorrem na sala de aula, visando o pleno desenvolvimento da criança. Por meio do seu planejamento, esse profissional, ao embasar sua prática na teoria histórico-cultural, possibilita aos seus alunos o contato com as produções da cultura (linguagem, arte, ciência, filosofia, cultura corporal) e, ao fazer esse movimento, o conhecimento produzido pela humanidade pode chegar à sala de aula e ser apreendido pelas crianças (Pasqualini; Lazaretti, 2022).

Para Pasqualini e Lazaretti (2022, p. 56), é fundamental que o professor de Educação Infantil faça uma delimitação das finalidades e parâmetros de organização ao conduzirem a atividade infantil, com o objetivo de que essa “[...] seja desenvolvete, isto é, para que efetivamente provoque a formação de novas capacidades no psiquismo infantil e, conseqüentemente, novas possibilidades de ação no mundo”. Estou de acordo com essa definição do professor como par mais desenvolvido intelectualmente que, munido da teoria histórico-cultural e histórico-crítica, consegue organizar e conduzir as atividades na sala de aula da educação infantil, com o intuito principal de desenvolver novas capacidades na psique da criança, conforme já apontado.

Segundo a LDB, “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Assim, o professor que escolher trabalhar nessa etapa da educação básica trabalhará com o público de bebês de zero anos até as crianças de cinco anos de idade. Buscando elucidar quem seria essa criança, selecionei a definição presente na escrita de Arce e Martins (2010, p. 31-32):

A criança, portanto, é compreendida como um ser em construção, em processo de humanização, pois a natureza humana é fruto de nossa história social e não de processos psicogenéticos, ela não está dada no ato de nascimento biológico. Apropriar-se da cultura acumulada pela humanidade é um passo fundamental para a criança tornar-se humana, para o seu nascimento como ser social e como ser humano.

Utilizo o conceito de criança elaborado pela autora, que para construí-lo pautou-se na Pedagogia Histórico-crítica (PHC)¹⁸ formulada pelo educador Dermeval Saviani, com objetivo de caracterizar o sujeito destinatário da Educação Infantil. Considero que esse seria o primeiro ponto a ser destacado, uma vez que, segundo Martins (2013), na educação devemos ter claro os seguintes aspectos: quem se ensina? O que se ensina? E como iremos ensinar? Desta feita, esta tríade — a forma, o conteúdo e o destinatário — deve orientar o planejamento do professor. Nas palavras de Arce e Martins (2010, p. 32), com essa postura, há “o resgate do professor como um intelectual que deve possuir saberes teóricos e práticos sólidos, não bastará apenas gostar de crianças, o professor aqui é alguém que deve possuir amplo capital cultural”. A defesa da autora consiste justamente em que o docente na Educação Infantil seja considerado um par mais desenvolvido em capacidade intelectual e que, mediante esta, possa ensinar à criança os saberes teóricos e práticos que superem o senso comum, auxiliando na apropriação da cultura produzida historicamente pelas diversas sociedades, e tornando a criança mais humana neste processo.

Sobre o percurso para construção do conhecimento na concepção histórico-crítica, Arce e Martins (2010, p. 33) afirmam que o saber escolar “não é apenas resultado das ressignificações, construções infantis, ele é algo selecionado e trazido pelo professor com a finalidade de transmissão”. Ainda para as autoras, a escola deve fornecer ao aluno aquilo que ele não encontra no seu dia a dia, contribuindo com a ampliação do capital cultural da criança. Com esse movimento de apresentar o novo, ela pode contribuir para novas compreensões das situações cotidianas.

¹⁸ Corrente pedagógica que se firmou no Brasil em 1979 tendo como principal idealizador Dermeval Saviani, com empenho de compreender a questão educacional com base no desenvolvimento histórico objetivo. Como consequência, ela possibilita uma proposta pedagógica em que o compromisso seja a transformação da sociedade. A concepção pressuposta nesta visão é o materialismo histórico (Saviani, 2021).

Durante a leitura integral da obra *Quem tem medo de ensinar na educação infantil?* consegui apreender o esforço de Arce e Martins (2010) em defender o ato de ensinar na Educação Infantil. Esse posicionamento muitas vezes vai ser contrário aos referenciais presentes nos documentos balizadores desse segmento. Por isso, é importante que o professor tenha clareza teórica da relevância do seu papel na educação e na construção do conhecimento das crianças que estarão em sua sala de aula. Ressalto também a necessidade de superação da visão de que o papel do professor nesse segmento da educação básica está vinculado unicamente com as noções de cuidado físico (alimentar, limpar, vestir etc.). O cuidado deve se estender à socialização do conhecimento produzido historicamente pela sociedade, e é por meio da sistematização do trabalho do docente que esse saber encontrará seu destinatário, nesse caso a criança.

Dito isso, considero que as reflexões e argumentações trazidas para esta parte específica do texto alcançaram o objetivo principal ao apresentar e refletir sobre as especificidades de ser professor na Educação Infantil. Nesse sentido, a pedagogia histórico-crítica balizou, como perspectiva teórica, uma ação educativa comprometida com a socialização, no ambiente escolar, do conhecimento produzido historicamente pela humanidade. Esse processo é mediado pelo trabalho do professor, proporcionando o acesso a esses saberes aos filhos da classe trabalhadora que estudam nas escolas públicas. Nesse contexto, a subseção a seguir foi dedicada a explicar o sobre as condições de trabalho dos professores, tendo em vista, a importância da qualidade de vida dos profissionais que deverá refletir em sua atuação.

2.2 CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES

Neste subcapítulo, o esforço consistiu em refletir sobre as condições de trabalho dos professores de uma maneira geral, buscando também se aproximar da realidade enfrentada pelos docentes que atuam na educação infantil e enfatizar os reflexos da intensificação do trabalho na vida e saúde desses profissionais. Uma vez que a escrita desta dissertação teve como fundamento teórico o materialismo histórico-dialético desenvolvido por Marx e seus continuadores, houve a compreensão de que “o conceito de condição de trabalho está intimamente vinculado às condições de vida dos trabalhadores” (Oliveira; Assunção, 2010, p. 1). Partindo primeiramente dessa interpretação dos escritos de Marx, pode se dizer que ter boas condições para realizar o trabalho se reflete na qualidade de vida do trabalhador. Com base nas análises de Marx, as autoras definem que:

A noção de condições de trabalho designa o conjunto de recursos que possibilitam a realização do trabalho, envolvendo as instalações físicas, os materiais e insumo disponíveis, os equipamentos e meios de realização das atividades e outros tipos de apoio necessários, dependendo da natureza da produção. [...] As condições de trabalho se referem a um conjunto que inclui relações, as quais dizem respeito aos processos de trabalho e às condições de emprego (formas de contratação, remuneração, carreira e estabilidade) (Oliveira; Assunção, 2010, p. 1).

Embora os escritos de Marx tratem de uma época e sociedade específica, as definições elaboradas resistem ao tempo e fornecem subsídios para entender o funcionamento da sociedade capitalista e o papel dos envolvidos nela. Apesar de o mundo ter mudado, a sociedade capitalista não foi superada, daí a atualidade do método de Marx. As condições de trabalho dos trabalhadores se referem aos aspectos de instalação física, materiais ou insumos, equipamentos e demais meios de realização da atividade em questão, bem como o apoio para que ela ocorra de maneira satisfatória. Ressalto ainda que faz parte desse contexto um conjunto de relações: a maneira de contratação, os proventos, a carreira e a estabilidade. Logo, constatei que as circunstâncias que o trabalhador realiza seu trabalho vão para além dos aspectos físicos e devem ser considerados mais alguns aspectos, conforme apontam Oliveira e Assunção (2010, p. 1-2):

[...] a análise sobre as condições de trabalho devem se situar no tempo e no espaço, ou seja, no contexto histórico-social e econômico que as engendram. Assim, discutir as condições de trabalho em geral e as condições de trabalho docente na atualidade implica em considerar que as mesmas são resultados de uma dada organização social definida em suas bases econômicas pelo modo de produção capitalista. Considera-se, dessa maneira, que as condições de trabalho são derivadas da forma determinada pela organização do trabalho no capitalismo.

No que tange à necessidade de considerar o tempo e espaço em seu contexto histórico-social e econômico para compreender as condições de trabalho de um âmbito mais geral, concordo com a posição das autoras. Ressalto a relevância de considerar a inserção do trabalho docente na sociedade capitalista, bem como o papel do Estado como entidade responsável por promover melhores condições para que esses profissionais realizem sua função. Contudo, o que se observa é o Estado como o instrumento do capital, a seu serviço na ampliação da precarização das condições de trabalho dos professores na educação infantil, como também em diferentes outros níveis de ensino. Nesses casos, as políticas educacionais assumem o papel de condução no processo de sujeição dos professores.

À vista disso, elenco um conjunto de regulamentações que compõem as políticas públicas destinadas a fomentar e garantir melhores condições de trabalho e valorização do professor. Em primeiro lugar, há a Constituição Federal de 1998 no seu artigo 206º, que determina a valorização dos profissionais da educação através da efetivação do plano de carreira, constando o piso

salarial e ingresso à profissão docente por meio de provas e títulos. As elaborações políticas seguintes são de amplo conhecimento na área da educação: a LDB; o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), o qual transformou-se para abranger em sua totalidade a educação básica, sendo intitulado por Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); posteriormente foram garantido as Diretrizes para os Planos de Carreira e Remuneração no ano de 1997; o Piso Salarial Nacional (PSPN) que foi sancionado pela Lei n. 11.738 em 2008; e a criação do Plano Nacional da Educação (PNE) elaborado em 1996 para vigorar entre os anos de 2001 a 2010 — produzido a cada dez anos, o documento dispõe diretrizes e metas para educação (o atual entrou em vigência no ano de 2014 e se estende até 2024).

As regulamentações dispostas nas políticas públicas estabelecem a valorização do professor ao indicar a formação continuada, melhores salários e condições de trabalho e carreira. No entanto, esse cenário não condiz com a realidade enfrentada pelos professores que atuam nas escolas públicas do Brasil. Fatores como a precariedade das estruturas físicas escolares, materiais e equipamentos (quando não inexistentes ou insuficientes), são alguns dos principais obstáculos vivenciados pela classe em todos os níveis de ensino.

Ao fazer esse delineamento histórico, pontuando as políticas públicas que definem os parâmetros e fomentos para que as circunstâncias em que se realiza o trabalho docente sejam melhores, pretendi situar os profissionais da educação no cenário da atualidade. Também busquei salientar que, segundo “a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996, as condições de trabalho dos professores são de responsabilidade dos estados e municípios com o apoio técnico e financeiro da União [...]” (Gomes; Nunes; Pádua, 2019, p. 281-282). Logo, cabe às entidades administrativas organizarem seus sistemas de ensino obedecendo às determinações previstas por lei. Entretanto, frequentemente observo a categoria de profissionais da educação nas ruas protestando por melhores condições de trabalho, evidenciando que embora muito se tenha avançado em formulação legislativa, o que está escrito no papel não corresponde com a realidade vivenciada nas escolas brasileiras.

Durante as leituras realizadas, observei que ao tratar da valorização do trabalho docente foi ressaltado a relevância do plano de carreira, uma vez que este estabelece a entrada do profissional no setor público por meio de provas/concursos/processos seletivos, a definição de salários devendo seguir o piso salarial da educação e incentiva o desenvolvimento profissional por meio de formações continuadas (Gomes; Nunes; Pádua, 2019). Outra observação que se faz pertinente aqui é que a “obrigatoriedade legal do Piso Salarial Nacional vem reduzindo

promoções e garantias profissionais, anunciando possível corrosão das carreiras e flexibilização dos empregos e contratos temporários como forma de burlar a legislação” (Conde, 2018, p. 171). Ao citar a flexibilização do trabalho docente com as contratações temporárias, pondero que os professores temporários custam menos para a entidade mantenedora (seja estado ou município) do que um professor efetivo, e nesse aspecto discuto o problema da valorização desses profissionais.

Em contrapartida, pouco se paga e muito se cobra dos professores atuantes na educação pública brasileira. Nesse sentido, as avaliações de desempenho que “[...] impõem maiores exigências profissionais aos professores por conta da pressão por resultados, já que, muitas vezes, não conseguem responder aos novos imperativos da competição e do cumprimento de metas [...]” (Gomes; Nunes; Pádua, 2019, p. 285). Logo, posso observar que esses sistemas avaliativos sobrecarregam ainda mais o trabalho dos profissionais da educação que, mesmo sem as condições necessárias para realizar seu trabalho, são cobrados pelos resultados ineficientes apresentados nas provas, o que acaba atuando de forma contrária ao objetivo de estimular boas práticas pedagógicas.

Ao buscar mais informações sobre os sistemas de avaliação do trabalho do professor, encontro na página oficial do Ministério da Educação (Brasil, 2023) informações sobre o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)¹⁹. Conforme definido no site, trata-se de avaliações externas realizadas em larga escala que permitem ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) a realização de um diagnóstico da educação brasileira e de fatores que podem atingir o desempenho dos alunos.

Novamente, aponto que essas avaliações não consideram fatores socioeconômico, histórico, ou as condições de trabalho dos professores nas diferentes regiões do Brasil. Os resultados obtidos revelam somente números, classificando alunos e professores. Sobre as reverberações dessa situação para o profissional da educação, posso inferir que “esses aspectos das condições de trabalho docente interferem no modo como se vivencia a profissão, inclusive, podendo trazer consequências para a saúde do professor e também para o seu prazer de ensinar” (Gomes; Nunes; Pádua, 2019, p. 287). Assim, foi possível compreender que as condições de trabalho docente, que estão para além as condições físicas, envolvendo os materiais, o salário, o tempo para realização de formação continuada, as avaliações (que implicam em um controle do

¹⁹ Conforme descrito no site, o “Saeb permite que as escolas e as redes municipais e estaduais de ensino avaliem a qualidade da educação oferecida aos estudantes. O resultado da avaliação é um indicativo da qualidade do ensino brasileiro e oferece subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas educacionais com base em evidências” (BRASIL, [s. d.]).

trabalho pedagógico e remetem à cobrança para que se faça mais com menos), entre outros aspectos, refletem na qualidade de vida e, consequentemente, na saúde dos profissionais.

Codo (1999), ao discorrer sobre o trabalho dos educadores/as na educação pública básica do Brasil, realizou uma pesquisa sobre as condições do trabalho e saúde mental dos trabalhadores em educação do país. Os percentuais obtidos como resultados da investigação são expressivos, pois cerca de 32% dos participantes apresentavam baixo envolvimento emocional com sua profissão, 25% revelaram ter exaustão emocional e 11% com sintomas de despersonalização. Por fim, destaca-se que 48% dos envolvidos sofriam com a síndrome de *burnout*. Nas conclusões, o autor salienta que o estabelecimento de vínculos afetivos e o investimento emocional envolvidos na profissão docente gera uma sobrecarga mental nos profissionais.

Gouvêa (2016) ao analisar a relação entre as condições de trabalho e o adoecimento dos professores, constatou que as doenças mais recorrentes apresentadas pelos professores se manifestam devido às condições em que o seu trabalho é desenvolvido. A pesquisa sugere alguns exemplos como: a utilização da voz na maioria das vezes em período integral e ficar muitas horas em pé, situação em que poderá ocasionar problemas na coluna, luxações/tendinites (nos braços, ombros ou pernas), entre outras doenças osteomusculares.

Ferreira e Siqueira (2003) ao investigarem o adoecimento das professoras efetivas dos Anos Iniciais da rede pública de Florianópolis, constaram por meio de análise de prontuários que as doenças mais frequentes apresentadas pelas profissionais são: doenças do aparelho respiratório, problemas do aparelho locomotor, problemas de saúde na família e problemas psicológicos e/ou psiquiátricos. A pesquisa revelou ainda que ao serem questionadas sobre as dificuldades que enfrentam em seu trabalho as docentes enfatizaram: o salário insuficiente, a precariedade nas condições de trabalho, a relação com os familiares dos alunos e, por fim, a dificuldade de conciliar as tarefas da casa com as da própria família e o trabalho.

A temática das condições desiguais presentes no trabalho feminino²⁰ também são nitidamente observadas na área da educação. Para Teixeira (2010 *apud* Gomes; Nunes; Pádua, 2019, p. 287), as “professoras têm suas jornadas de trabalho ampliadas, configurando-se dupla carga de trabalho das mulheres - no lar e fora do lar, podendo levá-las à exaustão, ao adoecimento, entre outros prejuízos e comprometimentos a sua qualidade de vida”. Sendo o magistério uma profissão majoritariamente feminina, principalmente na etapa da educação

²⁰ Sobre a importância de discutir sobre a temática, relembro o tema da redação proposta na edição de 2023 do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na qual os estudantes foram instigados e tiveram a oportunidade de refletir e escrever sobre o assunto: *Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil*.

infantil, e por essa divisão social desigual presente na sociedade capitalista, posso considerar que as professoras têm uma jornada dupla de trabalho, dentro e fora de casa. Esse fator impacta profundamente na sua qualidade de vida, conforme asseverado pelos autores acima.

Conde (2018), ao investigar sobre a temática das condições de trabalho dos professores de educação infantil em oito municípios do Estado de Santa Catarina, buscou analisar as dificuldades dos profissionais em permanecerem matriculados no Curso de Especialização e Docência na Educação Infantil (Cedei), da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc). Foi revelado nos resultados principais que as condições de trabalho dos professores de Educação Infantil dificultam a permanência na formação continuada. Saliento que a formação continuada é um aspecto primordial para que os professores possam usufruir de espaços formativos que fomentem a reflexão sobre a realidade da prática docente, bem como trocar experiências com outros profissionais da educação.

Ainda sobre o tema das condições do trabalho feminino discutido na investigação de Conde (2018), a autora apresenta dados relevantes a serem evidenciados neste ponto. Estudando a população de 80 profissionais da educação infantil de oito municípios de Santa Catarina, ela constatou que:

Em relação ao trabalho doméstico, realizado no âmbito privado e familiar, observamos que as tarefas de cozinhar, limpar a casa, fazer compras para a casa, cuidar da higiene dos filhos, auxiliar nas tarefas e pagar contas são atividades compartilhadas com outro adulto (56,9%, 53%, 66,7%, 65%, 42% respectivamente). Já as tarefas de lavar a roupa e passar a roupa são de exclusiva responsabilidade das mulheres estudantes do CEDEI, inexistindo qualquer atividade doméstica e privada que, nesses casos, seja de exclusiva responsabilidade de outra pessoa da casa (Conde, 2018, p. 173).

Os percentuais acima demonstram que algumas atividades domésticas, por parte das entrevistadas, são compartilhadas com outro adulto, enquanto lavar e passar roupas são consideradas responsabilidade da mulher, sendo que não existia nenhuma atividade que fosse realizada exclusivamente por outra pessoa da casa. Por isso, é importante reconhecer que as professoras de Educação Infantil enfrentam uma dupla jornada com as tarefas domésticas ocasionando uma carga maior de trabalho. Ao tentar conciliar o trabalho da creche com as atividades do seu lar, pode acarretar o aumento do estresse e cansaço, tendo em vista a necessidade de lidar com múltiplas demandas e responsabilidades no dia a dia. Cabe lembrar que o trabalho remoto transformou a residência dos professores em seu ambiente de trabalho, agravando ainda mais o quadro de precariedade enfrentado pela categoria.

2.3 A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Considerando as reflexões apresentadas ao longo da dissertação sobre as transformações que ocorreram no mundo do trabalho, gerando sua flexibilização e precarização, neste subcapítulo pretendo explicar brevemente sobre a intensificação do trabalho docente que ocorre na educação infantil. Parto, então, da necessidade de assinalar que, considerando “as muitas e variáveis formas que assume, não é uma tarefa simples definir o que é um trabalho intensificado e onde ocorre sobrecarga, em específico no trabalho docente” (Viegas, 2022, p. 3). Essa intensificação pode decorrer de inúmeros fatores, tais como: idade, tempo de serviço, jornada de trabalho etc. Por isso, é difícil definir quais aspectos corroboram para essa intensificação, uma vez que, para cada profissional ela pode se manifestar de maneiras diferentes.

Ainda em um exemplo citado por Viegas (2022) são comparadas duas professoras, uma no início e outra no final da carreira, ao trabalharem a mesma carga horária (20h semanais). A primeira profissional pode enfrentar o desafio de conciliar as aulas com as responsabilidades extraclasse, o tempo investido em estudos da própria graduação ou pós-graduação, juntamente com as obrigações familiares decorrentes do início da construção de uma família. Para a professora que está em fim de carreira, por sua vez, essa mesma jornada pode ser excessivamente exigente devido ao acúmulo do desgaste ao longo do tempo e aos desafios característicos do envelhecimento, tendo em vista que a prática pedagógica na Educação Infantil exige uma vitalidade corpórea diferente dos demais níveis.

Nesse sentido, posso compreender que, ao depender do professor e suas particularidades, o processo de intensificação do seu trabalho revela-se distinto conforme os casos apresentados acima. No contexto do professor da educação infantil, aspectos como tempo escasso para hora atividade, o atendimento aos familiares da criança, e a própria rotina diária de cuidado infantil, são indicadores das peculiaridades dessa etapa que incidem na intensificação do trabalho destes profissionais.

Hypolito *et al.* (2009) ao tratarem sobre as condições de trabalho docente, reiteram a falta de homogeneidade dentro da categoria. De modo que gera impactos que vão depender dos processos de mediação entre os professores e professoras e seus contextos específicos. De maneira a incluir os ambientes e modalidades de trabalho, bem como os níveis de atuação, as relações de gênero e outras características relevantes.

Os aspectos elencados pelos autores acima, condizem com a discussão inicial, uma vez que o processo de intensificação de trabalho desses profissionais será diferenciado em relação ao contexto, os níveis de atuação (em qual etapa da educação trabalha), a modalidade (presencial

ou Educação à Distância — EAD), relações de gênero (se a profissional for do sexo feminino, adiciona-se as funções de cuidados domésticos e familiares ao seu cotidiano), entre outras particularidades que incidirão na intensificação do trabalho docente.

Com base em um estudo feito por Larson, Apple e Hargreaves em 1988, Hypolito *et al.* (2009) sintetizaram que o processo de intensificação:

1. conduz à redução do tempo para descanso na jornada de trabalho;
2. implica a falta de tempo para atualização em alguns campos e requalificação em certas habilidades necessárias;
3. implica uma sensação crônica e persistente de sobrecarga de trabalho que sempre parece estar aumentando, mais e mais tem para ser feito e menos tempo existe para fazer o que deve ser feito. Isso reduz áreas de decisão pessoal, inibe envolvimento e controle sobre planejamento de longo prazo, aumentando a dependência a materiais externos e a técnicos especialistas também externos ao trabalho, o que provoca um aumento da separação entre concepção e execução, entre planejamento e desenvolvimento;
4. conduz à redução na qualidade do tempo, pois para se “ganhar” tempo somente o “essencial” é realizado. Isso aumenta o isolamento, reduzindo as chances de interação (já que a participação motiva comportamento crítico) e limitando as possibilidades de reflexão conjunta. Habilidades coletivas de trabalho são perdidas ou reduzidas enquanto habilidades de gerência são incrementadas;
5. produz uma imposição e incremento diversificado de especialistas para dar cobertura a deficiências pessoais;
6. introduz soluções técnicas simplificadas (tecnologias) para as mudanças curriculares a fim de compensar o reduzido tempo de preparo (planejamento);
7. frequentemente os processos de intensificação são mal interpretados como sendo uma forma de profissionalização e muitas vezes é voluntariamente apoiada e confundida como profissionalismo (Hypolito *et al.*, 2009, p. 105).

Dos pontos elencados pelos autores, destaco a questão da “falta de tempo para atualização”, fator esse que recebeu grande destaque durante a pandemia da COVID-19, uma vez que o professor precisou se adaptar às tecnologias digitais para realizar seu trabalho unicamente por esse meio durante o período de isolamento social requerido para frear a disseminação da doença. Ressalto também o item de número 4 no que tange à “redução da qualidade do tempo”, gerando um isolamento e diminuindo a interação entre os professores. Isso possibilita refletir sobre como esse sentimento de solidão foi agravado durante o *home office*. Destaco que o texto citado é de 2009, tendo a intensificação no trabalho docente aumentado profundamente desde então. Além disso, os dois últimos tópicos elencados pelos autores evidenciam a introdução da tecnologia para compensação do pouco tempo destinado ao planejamento. Por fim, os autores abordam que o processo de intensificação do trabalho docente vem sendo equivocadamente interpretado com falta de profissionalismo. Essa má interpretação seria advinda de uma concepção em que se considera que o professor que não aceita essas condições precárias de trabalho e reivindica melhorias *não veste a camisa da educação ou da profissão*. Desse modo, perpetua-se a compreensão equivocada da docência como profissão de fé, salvadora da sociedade.

Ao discorrer sobre a carga, sobrecarga e intensidade do trabalho, Viegas (2022, p. 6) aponta que “[...] o esforço despendido para realizar as tarefas e o correspondente desgaste físico, intelectual e emocional exigido pode ou não estar adequado às capacidades dos trabalhadores. Quando está além dessas capacidades, ocorre então a sobrecarga de trabalho”. Nessa circunstância me deparo com árdua realidade enfrentada pelos profissionais que trabalham com a Educação infantil, uma vez que essa etapa da educação básica requer deste profissional um envolvimento afetivo maior com as crianças. Nesse sentido, é coerente com as palavras de Codo (1999, p. 54), “para que o professor desempenhe seu trabalho de forma a atingir seus objetivos, o estabelecimento de vínculos afetivos é praticamente obrigatório. Para as mulheres que trabalham com crianças muito pequenas então, nem se fala [...]”. Logo, considero que esses profissionais vivenciam uma sobrecarga do seu trabalho também no aspecto emocional, já que estabelecer esse vínculo interativo possivelmente envolverá um grande envolvimento afetivo com o público de atendimento nesse segmento educacional, que são crianças de zero a cinco anos.

No aspecto físico, essa sobrecarga pode ser observada na rotina da educação de crianças pequenas, na medida em que compreende “[...] banho, troca de fralda, alimentação, preparação e condução ao descanso” atividades que são desempenhadas pelos professores (Chaves; Franco, 2016, p. 121). Durante a realização dessas incumbências rotineiras que são inerentes à sua função, os docentes se desgastam fisicamente. Acrescenta-se a isso a quantidade de crianças atendidas por sala, o que torna seu trabalho ainda mais extenuante à medida que o tempo passa e o corpo envelhece.

Outro aspecto influenciador da sobrecarga de trabalho docente citado por Viegas (2022) é o planejamento, uma vez que este se constitui como uma particularidade necessária para preparação e organização de aulas e atividades que serão realizadas a curto, médio e longo prazo. “Especialmente na educação infantil e nos anos iniciais, muito tempo também é gasto na confecção dos materiais pedagógicos” (Viegas, 2022, p. 7). Nessas etapas da educação básica as crianças se desenvolvem por meio dos sentidos (visão, tato, olfato, audição, paladar), então a criação de jogos, brinquedos e objetos pedagógicos demandam um tempo de produção que em grande parte não pode ser realizado com as crianças em sala. Assim, necessita-se de um outro horário e local para realizar essa função, o que geralmente ocorre no tempo livre do profissional e no ambiente doméstico, o que caracteriza mais um aspecto da intensificação do trabalho docente. “Do mesmo modo que a intensificação não pode ignorar a organização escolar (condições de trabalho, gestão etc.), também não pode ignorar que a intensificação do processo de trabalho docente extrapola os locais estruturados como escola [...]” (Hypolito *et al.*, 2009, p.

108). Isso significa que, no momento em que o trabalho intensificado do professor ultrapassa os muros da escola, ele adentra na casa destes profissionais, dificultando a separação entre o tempo de trabalho e o de descanso.

Dessa maneira, a intensificação do trabalho acentua-se com a sociedade capitalista. “De um lado, os capitalistas buscam extrair dos trabalhadores o máximo de seu esforço, enquanto, de outro, estes buscam implementar seus próprios ritmos, adequando-os às suas necessidades e para isso se utilizando das habilidades acumuladas ao longo de sua experiência” (Viegas, 2022, p. 6). Essa extração máxima do esforço do trabalhador é fortemente observada no trabalho docente, principalmente quando o ofício invade sua residência e toma o tempo livre. Para Galvão e Saviani (2021, p. 39):

Agora, o que impede a generalização desse estágio de aumento do tempo livre para usufruto do lazer e o cultivo do espírito é a apropriação privada dos meios de produção e dos produtos do trabalho, fazendo com que, de meios de libertação dos indivíduos humanos do trabalho pesado e meio de redução do tempo de trabalho socialmente necessário, a tecnologia se converta em instrumento de submissão da força de trabalho a um tempo sem limite, conduzindo o ser humano à exaustão.

Neste contexto, em vez de a tecnologia proporcionar uma ampliação do tempo para lazer, ela transforma a relação dos professores com o trabalho. Em sua casa, com seu computador pessoal, seja pela falta de ambiente adequado a este fim na creche ou por sua hora atividade ser insuficiente para realizar todo o trabalho pedagógico necessário em sua rotina, esses profissionais são comumente levados à exaustão física e mental. Nesse sentido, o magistério na educação infantil pode ser considerado um trabalho intensificado.

As reflexões empreendidas até esse ponto fazem parte do empenho em compreender as nuances envolvidas nos fenômenos da precarização e intensificação do trabalho docente, essencialmente dos professores que atuam com a primeira infância. Assim, entender como esses processos foram agravados com a pandemia da COVID-19 (2020-2022), consistiu no esforço do capítulo seguinte deste estudo, tendo uma perspectiva retrospectiva na medida em que se desenvolveu num período posterior a ele.

3 OS ESTUDOS SOBRE A COVID-19 NA INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Neste capítulo consta o caminho investigativo empreendido com o objetivo de analisar a bibliografia levantada e fazer inferências sobre o fenômeno pesquisado. Abordo também a técnica de análise empregada — a análise de conteúdo —, a qual subsidiou as reflexões fundamentadas no materialismo histórico-dialético.

3.1 PERCURSO METODOLÓGICO

Tomando como base a seleção da bibliografia e realizando a organização dos materiais a serem analisados, explico os motivos da escolha em utilizar como técnica a análise de conteúdo. Conforme Minayo (2002), ela é um meio para o pesquisador descobrir as respostas das questões elaboradas e verificar, ou não, as ponderações feitas nas hipóteses. Sua “outra função diz respeito à descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado” (Minayo, 2002 p. 74). Ao decidir por empregar essa técnica, vislumbrei a sua compatibilidade com os fundamentos teóricos-metodológicos presentes no materialismo histórico-dialético, uma vez que, ao usar análise de conteúdo, o investigador deve buscar ir além da aparência daquilo que está sendo investigado, estando essa questão da busca pela essência do objeto ou fenômeno presente também no materialismo.

Visando empregar a análise de conteúdo, cabe destacar aqui o caminho percorrido com base na unidade de registro temática e elaboração de categorias. Nas definições de Minayo (2002), o tema concerne a uma unidade maior da qual deveremos tirar uma conclusão e estruturação. Por meio das categorias elencadas, o pesquisador busca o agrupamento de elementos, ideias e expressões em torno de um conceito que englobe esse conjunto total.

Ainda em relação a produção das categorias, a definição de Selltiz (1965 *apud* Minayo, 2002, p. 72) enfatiza os três princípios de classificação que devem ser estabelecidos nesse momento: primeiramente, o conjunto de categorias deve ser formulado obedecendo um único princípio de classificação; o segundo princípio determina que esse conjunto de categorias precisa ser exaustivo, podendo absorver a integração de qualquer resposta nas categorias do conjunto; por fim, o terceiro princípio deve considerar que as categorias do conjunto necessitam ser mutuamente exclusivas, isto significa que uma resposta não deve ser inserida em mais de duas categorias.

À vista disso, ao citar a organização cronológica para trabalhar com análise de conteúdo, Bardin (1977) descreve as seguintes fases: 1) pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Segue uma síntese aqui das fases mencionadas, que serão melhor desenvolvidas na análise dos dados: *1ª fase*: primeiramente é feita uma organização e sistematização das ideias iniciais, formando um esquema ou plano de análise. Algumas tarefas são elencadas também: a escolha dos documentos, a formulação das hipóteses e dos objetivos, e a estruturação de critérios que deverão fundamentar a interpretação final. Ressalto que essas atividades não têm a obrigatoriedade de ocorrerem por uma ordem cronológica; *2ª fase*: nesse ponto, encontro a fase mais longa do processo, já que o pesquisador deve empreender inúmeras leituras do material selecionado; *3ª fase*: apesar de em alguns casos se utilizar princípios quantitativos, no caso de análises qualitativas é preciso buscar desvendar o conteúdo implícito ao que está sendo exposto (Bardin, 1977; Minayo, 2002).

Em relação ao marxismo como embasamento teórico nas análises desta investigação, essa aplicabilidade pode possibilitar uma base para a compreensão sobre as contradições e transformações históricas vivenciadas pela humanidade ao longo do tempo, principalmente no contexto das relações de produção capitalistas, amplamente abordadas nos capítulos anteriores.

3.2 PRÉ-ANÁLISE: CONSTRUÇÃO DO *CORPUS* DE ANÁLISE

Visando desenvolver a primeira etapa da análise de conteúdo a ser feita, destaco a realização de uma “leitura flutuante” que, nas palavras do autor supracitado, tem o objetivo de compor um contato inicial com os documentos que serão analisados. Nesse ponto, também deve ser feita a escolha dos documentos formando o universo a ser pesquisado.

À vista disso, retomando o universo que foi pesquisado para o desenvolvimento deste estudo, ressalto que a investigação se deteve apenas aos estudos que apontavam os impactos da COVID-19, no recorte do período de pandemia (produzidos entre 2020-2022), sobre as condições de trabalho dos professores do segmento de Educação Infantil. No que tange à seleção dos estudos, o processo de busca foi feito nos sites oficiais mais utilizados pela comunidade acadêmica científica, sendo estes a BDTD, a SciELO, o portal de periódicos da Capes e os anais da ANPED. A delimitação de investigar somente esses sites citados, também consistiu em definir um material possível de ser pesquisado, sistematizado e analisado no curto período de tempo estabelecido para formação no curso de mestrado em educação.

Na sequência, a próxima deliberação foi em razão da composição de um *Corpus*, sendo que este “[...] é o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos

procedimentos analíticos. A sua constituição implica, muitas vezes, escolhas, seleções e regras” (Bardin, 1977, p. 96-97). Assim, para desenvolver um *corpus* de análise o pesquisador deve seguir alguns critérios:

- Exaustividade: nesse ponto é necessário incluir todo material que foi definido a ser analisado, não deixando de considerar qualquer informação importante;
- Representatividade: realizada por meio de uma amostra que represente universo pesquisado;
- Homogeneidade: os documentos devem seguir um padrão homogêneo, na escolha por temas por exemplo todos devem se referir ao tema escolhido, quanto ao formato (textual, visual) igualmente devem apresentar homogeneidade, bem como, a técnica de coleta e análise dos dados;
- Pertinência: os documentos pesquisados devem responder aos pressupostos dos objetivos (Bardin, 1977; Pessoa, 2021).

Desse modo, visando a organização dos dados que foram coletados, utilizei o *software* Excel para criação de uma planilha mais completa que me permitisse visualizar e selecionar as pesquisas acadêmicas que foram analisadas nas etapas seguintes. Na Figura 1, segue uma ilustração da configuração das tabelas que estão dispostas integralmente nos **Apêndices** desta dissertação.

Figura 1 - Planilha de composição do *corpus* análise

Título	Ano/tipo	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL

Fonte: Elaborada pela autora.

Em seguida, para realizar a seleção dos estudos nas plataformas citadas anteriormente e preencher a tabela acima, a estratégia utilizada para a busca dos termos descritores foi o sistema de termos *booleanos*²¹ “AND” “OR” ou “NOT”. A investigação foi iniciada pelo refinamento dos termos descritores encontrados na plataforma do INEP/Thesaurus, dividindo então as frases de busca em 3 assuntos principais:

- **Assunto 1:** COVID-19 OR SARS-CoV-2 OR “pandemia COVID-19”;
- **Assunto 2:** Professor OR professores OR professora OR docente OR "trabalho docente" OR "fazer docente" OR “agir docente” OR "intensificação do trabalho" OR

²¹ “São operadores lógicos que definem as relações entre os termos em uma pesquisa. São usados como uma estratégia de busca para melhorar os seus resultados. Os operadores booleanos podem ser usados na busca por assunto simples ou avançada” (Gattelli; Przybylski, [202-]).

“condições do trabalho docente”;

→ **Assunto 3:** "Educação infantil" OR "educação da infância".

Assim, com as frases principais elaboradas, empreendi o processo de busca nos sites, selecionando os estudos para compor o *corpus* de análise considerando os seguintes *critérios de inclusão ou exclusão*: para *inclusão* levei em conta os parâmetros de pertinência (selecionando somente os estudos que tratavam do assunto investigado) e homogeneidade (ao incluir apenas trabalhos publicados entre os anos de 2020 e 2022 seguindo o recorte temporal estabelecido). A *exclusão* dos demais estudos se deu por divergências dos critérios de inclusão citados, ou seja, por não se aproximarem da temática ou do fenômeno proposto a ser investigado neste estudo. A seguir, detalharei o percurso trilhado durante o levantamento bibliográfico nas plataformas e sites citados anteriormente.

→ BDTD: os dados encontrados ao utilizar somente o assunto 1 foram o total de 1.180 pesquisas. Porém, elas se referiam às mais diversas áreas. Antes de inserir o assunto 2, foi aplicado o próprio refinamento do site para tentar fazer aproximação com a área da educação, usando o filtro por área do conhecimento e escolhendo o subitem *ciências humanas da educação*. Seguindo com uma busca avançada, combinei os dois primeiros assuntos descritos anteriormente, e os resultados encontrados diminuíram para 289, aproximando-se no que tange ao fenômeno pesquisado e à temporalidade do estudo. Para finalizar a pesquisa nesta base de dados, utilizei os três assuntos e os resultados encontrados foram de 15 pesquisas. Utilizando como parâmetro de exclusão a não adequação aos critérios de inclusão, optei por não incluir os estudos que tratavam de assuntos mais gerais sobre o ensino durante a pandemia da COVID-19, abordando a formação docente, os reflexos causados na família e nos alunos, entre outros. Tais contribuições são importantes para refletir sobre outros aspectos no campo da educação, porém não traziam discussões pertinentes a serem utilizadas nesta dissertação, bem como não condiziam com o fenômeno proposto a ser pesquisado. Em uma última filtragem dos documentos selecionados, mesmo utilizando o assunto "Educação infantil" OR "educação da infância" ainda constavam alguns trabalhos relacionados a outras etapas da educação: Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Superior. Por compreender que as experiências desses professores possam ser distintas do que pretendeu esta investigação, optei por incluir somente aqueles que abrangem a Educação Básica, ao englobar a Educação Infantil, e as pesquisas que tratassem especificamente dessa etapa. Assim, usando os critérios

de inclusão e exclusão citados previamente para composição do *corpus* de análise, foram selecionadas 3 dissertações;

- SciELO (Scientific Electronic Library Online): O procedimento de busca usado seguiu um direcionamento diferente, tendo em vista, o site não conter busca avançada para utilizar os termos descritores. Dessa maneira, foi aplicado apenas um termo descritor dos três assuntos: “pandemia COVID-19” OR “trabalho docente” OR “educação infantil”. Assim, valendo-me dos filtros disponíveis, selecionei a temporalidade nos anos (2020, 2021 e 2022) por serem os anos em que a pandemia ocorreu mais fortemente e, portanto, o recorte temporal desta investigação. Fiz a definição da área do conhecimento: ciências humanas, e as áreas temáticas *educational* e *education*. Logo, foram encontrados o total de 85 resultados, ao desenvolver o critério da exaustividade, desempenhando uma leitura/análise do título e, em sua maioria, o resumo, selecionei pelos mesmos critérios de inclusão e exclusão o total de 3 trabalhos nesta plataforma;
- Periódicos Capes: a pesquisa foi iniciada pelo mesmo caminho seguido nas plataformas anteriores. Essa página também proporciona a possibilidade de buscar por mais de um termo descritor, e ao aplicar os três assuntos de busca elencados *a priori*, o resultado obtido consistiu em 90 trabalhos. A aplicação de filtros nesse caso não facilitou a aproximação com o fenômeno pesquisado. Então a seleção seguiu o percurso investigativo do site anterior. Usando o critério da exaustividade ao fazer a leitura do título e, na maioria dos casos, os resumos, e seguindo os critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 8 trabalhos;
- Anais da ANPED: ao fazer uma busca na Revista Brasileira de Educação (RBE) nos dois últimos volumes, 24 (2019) e 25 (2020), não foram encontrados trabalhos que se aproximassem do objetivo de pesquisa desta investigação. No entanto, ao verificar os anais das reuniões, alguns resultados foram encontrados, seguindo a classificação a seguir:
 - XIV ANPED SUL Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - 17 a 20 de outubro de 2022 (1 título);
 - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022) Unidade Universitária de Campo Grande 04 A 07 de outubro de 2022 (2 títulos);
 - 3ª Reunião Científica da ANPED-Norte Palmas/TO - 17 a 21 de março de 2021 (1 título).

Dessa maneira, transcorreu o caminho investigativo nas plataformas, buscando reunir os materiais que constituíram o *corpus* de análise. Para sintetizar os resultados obtidos acima, produzi a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Quantidade e detalhes do material constituinte do *corpus* de análise

Plataforma	Tipo	Quantidade
BDTD	Dissertação	3
SciELO	Artigo/ensaio teórico	3
Periódicos Capes	Artigo	8
ANPED	Resumo expandido/pôster	4
Total	-	18

Fonte: Elaborada pela autora (2023).

Mediante a caracterização e organização do material, foi possível ter uma visão mais ampla das informações primárias. Ao fazer o agrupamento da produção acadêmica encontrada nos sites citados acima, reuni o total de 18 documentos. Realizei uma “leitura flutuante” desses trabalhos, visando verificar o cumprimento dos critérios de homogeneidade (nesse caso, textual), pertinência (somente os documentos que abordam especificamente o contexto de condições de trabalho dos professores de educação infantil ou abrangeram estes profissionais em um contexto geral de educação básica no período de pandemia da COVID-19) e representatividade (ao selecionar estudos de diferentes regiões brasileira buscando formar uma amostra plural do universo pesquisado).

Assim, respeitando os critérios de composição de um *corpus* de análise, foram eleitos três dissertações, dez artigos, dois resumos expandidos e um pôster (em formato de resumo expandido), os quais me dediquei em examinar e interpretar nas etapas seguintes.

Pessoa (2021, p.136), com base em uma edição de 2007 de Minayo, destacou que na análise de conteúdo, quando são utilizadas questões norteadoras, as respostas para elas têm intuito de auxiliar o pesquisador a reconhecer os eixos norteadores para interpretação. Ao fazer uso delas, será possível efetuar inferências para atingir a interpretação dos sentidos contidos nas ideias. Nesse sentido, nessa fase do percurso investigativo, o uso das questões norteadoras

também auxiliaram na seleção dos dados coletados no *corpus* de análise. As possíveis respostas indicaram categorias essenciais para compreender como os estudos revelam os impactos da COVID-19, no período de (2020-2022), no trabalho dos professores de Educação Infantil.

Assim, considerando o problema de pesquisa do estudo, as questões norteadoras nesta etapa da investigação consistiram em:

- a) Quais as características das mudanças ocorridas no trabalho dos professores do segmento de Educação Infantil em razão da COVID-19 no período de pandemia (2020 a 2022)? (No que se refere à rotina de trabalho em casa, às condições de trabalho, sobrecarga etc.);
- b) É possível identificar nos estudos selecionados se houve formação/capacitação para atuação no trabalho remoto?
- c) Quais foram as principais dificuldades, apontadas nos estudos, que os docentes enfrentaram ao realizarem o trabalho remoto?
- d) Qual o impacto das mudanças ocorridas no trabalho, reveladas nos estudos investigados, sentidas na qualidade de vida/saúde desses profissionais?
- e) Quais ações realizadas pelo Estado para a Educação durante a pandemia da COVID-19 foram destacadas nos estudos selecionados?
- f) Qual suporte fornecido pelo Estado aos professores durante a pandemia de COVID-19 pode ser identificado nas produções selecionadas?
- g) Quais aspectos apontam a intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da implementação da indústria 4.0?
- h) Qual o perfil dos professores na Indústria 4.0 ressaltado nos estudos investigados?

Outro ponto importante a ser salientado nessa conjuntura foi a referenciação dos índices e indicadores que viabilizem a efetivação das inferências e interpretações dos dados ao optar pela técnica da análise de conteúdo. Para Bardin (1977, p. 100), o índice “ [...] pode ser a menção explícita de um tema numa mensagem. Se parte do princípio, de que este tema possui tanto mais importância para o locutor, quanto mais frequentemente é repetido [...]”. Segundo o autor, os indicadores podem corresponder à frequência e a manifestação ou algum outro padrão que sinalize o índice permitindo que o pesquisador possa fazer deduções/conclusões sobre o fenômeno investigado, podendo ser construídos na fase de pré-análise ou na fase analítica em si. Neste estudo, os índices foram determinados durante a leitura flutuante realizada no material, verificando qual temática aparecia repetidamente nos textos investigados, colaborando também com a formulação das categorias de análises, dispostas no tópico seguinte.

3.3 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Nesta etapa, foi iniciado um processo de tratamento do material selecionado, seguindo os procedimentos elencados por Bardin (1977), fazendo primeiramente a codificação. Conforme o autor, nela deve ocorrer uma transposição dos dados brutos do texto por recorte (seleção das unidades), enumeração (optar por uma regra de contagem) e a classificação/agregação (escolha de categorias), resultando em uma representação do conteúdo.

Ao iniciar a fase do recorte, o pesquisador deve ter em conta que nessa etapa serão definidas as unidades de análise, reconhecidas nos escritos de Bardin (1977) como unidades de registro ou significação, e as unidades de contexto, as quais devem ser consideradas como uma unidade de base para categorização e contagem. Nesse ponto, o autor esclarece que também podem ser executados recortes semânticos, tidos como temas. Outros recortes podem ser feitos por um nível linguístico, palavras ou frases. No que tange às unidades de contexto, estas deverão auxiliar o pesquisador no papel de unidade de compreensão, para codificar a unidade de registro condizente com a mensagem, por exemplo: palavras, frases, parágrafos ou temas.

À vista disso, o tema seria uma: “[...] afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afectado um vasto conjunto de formulações singulares” (Berelson *apud* Bardin, 1977, p. 105). Logo, ao optar por fazer uma análise temática, pretendi investigar os elementos manifestos de “motivações de opiniões, atitudes, de valores, de crenças e tendências, etc.” (Bardin, 1997, p. 106), permitindo, assim, alcançar os objetivos iniciais propostos nesta pesquisa.

O avanço seguinte consistiu na constituição das categorias, que são “[...] rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico [...]” (Bardin, 1997, p. 117). Ainda conforme as instruções do autor, esse agrupamento deve considerar as características em comum dos elementos. Para essa categorização ocorrer, também são destacados alguns critérios: o semântico (categorias temáticas, nesse excerto deverão ser agrupados todos os temas que se relacionam); o critério sintático (relativo aos verbos e adjetivos); o critério léxico (refere-se à classificação de palavras conforme seu sentido ou sinônimos próximos); e, por fim, o critério expressivo (tratando das categorias que especificam os padrões linguísticos) (Bardin, 1977). Em síntese, o autor afirma que para construção de um conjunto de categorias ser realmente bom, deve conter algumas qualidades, sendo estas em síntese:

- A exclusão mútua: esta condição estipula que cada elemento não pode existir em mais de uma divisão.
- A homogeneidade: o princípio da exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias.
- A pertinência: uma categoria é considerada pertinente quando está adaptada ao material de análise escolhido, e quando pertence ao quadro teórico definido.
- A objetividade e a fidelidade: as diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grelha categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetidas a várias análises.
- A produtividade: um conjunto categorial é produtivo se fornece resultados férteis: férteis em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exactos (Bardin, 1977, p. 120-121).

Assim, levando em consideração os critérios e qualidades para uma boa formulação de categorias que permitissem a transposição dos dados brutos para dados organizados, foram construídas três categorias de análise. Sua formulação seguiu o critério semântico ao agrupar todos os temas que se relacionavam, considerando também as questões norteadoras desta etapa da investigação e buscando no referencial teórico indicadores dos critérios citados acima que permitissem extrair das pesquisas constituintes do *corpus* as unidades de análise temáticas.

Segundo Pessôa (2021, p. 139), a “relação das categorias pode ser fechada (categorias definidas *a priori*), aberta (categoria definida a partir dos dados) ou mista (categorias definidas antes e durante o processo de categorização)”. Logo, neste estudo, ao levar em consideração o referencial teórico e considerar as questões norteadoras, a constituição das categorias transcorreu de maneira mista.

À vista disso, o recorte necessário ao fazer uso da técnica de análise de conteúdo requer uma ordem semântica realizada por meio de unidades, que podem ser: palavra e palavra tema, frase ou unidade (Bardin, 1977). Dessa maneira, as unidades de análise deste estudo consistem em frases extraídas das pesquisas investigadas sobre os temas recorrentes, bem como dos eixos orientadores que emergiram da leitura do referencial teórico e das perguntas norteadoras.

Dando sequência, na Tabela 2 segue um detalhamento das categorias e a quantidade de unidades que foram agrupadas em cada uma delas:

Tabela 2 - Quantificação das categorias e unidades de análise

Categorias	Quantidade do conjunto de unidades de análise
Caracterização dos impactos da covid-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil	17
O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente	7
As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0	9

Fonte: Elaborada pela autora.

Após a extração das unidades de análise nas pesquisas investigadas que compõem o *corpus* de análise, elas foram organizadas nas categorias acima, conforme destacado anteriormente. Essa organização nas categorias obedeceu o critério semântico ao agrupar todos os temas que se relacionavam, bem como, procurando respeitar as qualidades conceituadas por Bardin (1977) de exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade/fidelidade e a produtividade.

3.4 INFERÊNCIA E A INTERPRETAÇÃO: POSSÍVEIS ANÁLISES

Na última fase, ao fazer uso da análise de conteúdo como técnica, conforme orienta Bardin (1977), deve ser empreendida o tratamento dos resultados a inferência e a interpretação. Neste estudo o esforço seguinte consistiu em fazer as análises possíveis dos dados que constituem as unidades de análise, aproximando com o contexto desta pesquisa e relacionando com a literatura existente da área.

3.4.1 Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil

A primeira categoria de abordagem mista emergiu durante o processo de leitura do referencial teórico. Ela abrange os dados que constituem as unidades de análise temáticas incluídas que trataram dos impactos da COVID-19 no trabalho dos docentes de Educação Infantil, bem como as mudanças que ocorreram no trabalho dos mesmos. Assim, a categoria foi organizada em dezessete unidades de análise constituídas por frases extraídas das pesquisas

constituintes do *corpus* de análise sobre os temas recorrentes, e cinco eixos orientadores no Quadro 1.

Quadro 1 - Agrupamento da Categoria “Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil”

Unidade de análises (temas)	Eixos Orientadores
Incorporação das tecnologias, plataformas e sistemas digitais como ferramentas de ensino	Transformações ocorrida no fazer docente devido a covid-19
Gravação de vídeos, uso de redes sociais e/ou plataformas digitais para realização da interação com as crianças	
Prestação de contas do trabalho escolar (preenchimento de documentos, planilhas e acesso nos sistemas de ensino)	
Ações pedagógicas limitadas por conta do ensino remoto, dificultando a contemplação das particularidades da Educação Infantil	
Acentuação da exploração do contingente feminino ao assumirem múltiplas atividades ligadas às tarefas doméstica e seu trabalho (dupla jornada)	Rotina de trabalho docente em casa no Ensino Remoto
Extensão do horário de trabalho em casa para elaboração de atividades e atendimento aos familiares	
Dificuldade em separar tempo destinado ao trabalho e o reservado ao descanso em casa	
Aprendizado do uso das plataformas digitais, gravar aulas, postar e alimentar os sistemas online, em tempo hábil para o funcionamento do ensino remoto	Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada
Dificuldade com a transposição didática, a interação e o processo de ensino-aprendizagem	
Limitações de interação e criação de vínculos com as crianças	
Insuficiência ou inexistência de acesso a formação continuada para inserção das tecnologias digitais no trabalho docente	
Limites do ensino remoto para a Educação Infantil no que tange ao objetivo de desenvolvimento integral e pleno da criança	
Atendimento às famílias via WhatsApp (número pessoal) sem limite de horário específico	Sobrecarga de trabalho
Aumento da jornada de trabalho (tempo destinado a aprender e utilizar tecnologias digitais)	
Produção de materiais didáticos impressos a serem entregues presencialmente nas creches para as famílias que não tinham acesso à internet	
Estresse excessivo relacionado ao trabalho em função das mudanças e exigências ocasionadas pela COVID-19	Impactos na saúde docente

Aumento no nível de sobrecarga mental: conflito com pais, alunos e superiores	
---	--

Fonte: Elaborada pela autora.

As unidades temáticas que constituem essa categoria demonstraram desde as transformações ocorridas no trabalho dos professores de Educação Infantil até os impactos na saúde destes profissionais, em virtude da COVID-19. Assim, nesse momento, algumas possíveis análises acerca dessas consequências foram empreendidas.

Nesse ponto, a primeira análise a ser feita consiste em uma retomada breve sobre o trabalho e suas transformações até o que conhecemos na atualidade. Conforme apreendido dos escritos de Marx (2008), o trabalho origina-se do primeiro pressuposto da existência humana: o ato de produção dos meios para garantir as suas necessidades básicas (comer, vestir, abrigo etc.). Para tal, os seres humanos necessitam alterar a natureza, sendo essa ação empreendida sobre a natureza para atender suas necessidades caracterizada como trabalho.

Além das transformações históricas ocorridas no trabalho ao longo do tempo, o Capítulo 1 discutiu os vários sentidos e significados que essa categoria pode assumir em determinada época e sociedade. Exemplos dessas sociedades citadas por Franco e Frigotto (1993) foram as sociedades primitivas que viviam em tribos, a feudal e a capitalista. Com o desenvolvimento dessas sociedades, posso observar que o homem nasce em determinado momento histórico em que as relações de produção social da vida estão postas, não sendo algo possível de escolher.

Dito isso, é preciso compreender o papel do trabalhador na sociedade capitalista, formada pela classe dominante (os donos dos meios de produção) e os trabalhadores (que vendem sua força de trabalho). Assim, demonstro que a exploração que o trabalhador enfrenta desde a antiguidade se perpetua e é acentuada com a evolução da tecnologia, a qual ocupa cada vez mais os espaços no modo de produção capitalista e precariza ainda mais o trabalho humano. Atualmente, a sociedade capitalista “requer um trabalhador flexível. Sendo assim, nada mais integrado com sua nova dinâmica de exploração do que desenvolver uma educação igualmente flexível” (Soares, 2020, p. 7). Além de o capitalismo requerer esse trabalhador flexível, também requer uma educação e uma escola que se adapte ao sistema, consolidando as relações de alienação e fetichismo em que o homem se conforme com a própria exploração.

De uma maneira geral, ao fazer a leitura das unidades de análise que constituem essa categoria, foi possível inferir que o trabalho do professor enfrentou o aumento da intensificação e precarização devido a pandemia da COVID-19. Abaixo, segue o Quadro 2 constituído pelas produções acadêmicas que forneceram as unidades de análise desta categoria.

Quadro 2 - Produções integradas na categoria “Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil”

Título	Autor(es)	Tipo/Ano	Visão Geral
O peso de estar em casa: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office	Michelle Castanho Machado	Dissertação 2021	A pesquisa foi realizada com professoras dos diferentes níveis de ensino, dentre eles a etapa de Educação Infantil. Foi apontado pela autora que as docentes revelaram a percepção de sobrecarga de trabalho durante o <i>home office</i> , no período de pandemia da COVID-19.
Mal-estar docente na educação infantil: estudo exploratório em um Centro Municipal de Educação Infantil de Salvador, Bahia	Fernanda Maria Souza	Dissertação 2021	A pesquisa foi realizada com professoras de Educação Infantil sobre as condições de trabalho e de saúde das profissionais, abordando também a temática da COVID-19 e o Ensino Remoto.
A educação infantil em tempo de SARS-CoV-2: a (re)organização dos fazeres docentes	Aline Sommerhalder; Eveline Tonelotto Barbosa Pott; Concetta La Rocca	Artigo 2022	O estudo se propôs a demonstrar o resultado de uma pesquisa com a participação de 97 professoras de Educação Infantil, sobre os elementos de organização pedagógica que constituem os fazeres de professoras da educação infantil no Brasil, ao tratar da implementação do Ensino Remoto, em instituições de educação infantil, por conta da pandemia da COVID-19.
O teletrabalho coletivo durante a pandemia da COVID-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis	Juliano Silveira	Artigo 2021	O relato de experiência abordou a vivência de atuação durante a pandemia da COVID-19 de um grupo de professores/as da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.
A educação básica em tempos de isolamento social: experiências e percepções de professores	Taynan Filipini Bonini	Dissertação 2022	A pesquisa foi realizada com docentes da Educação Básica da rede estadual de São Paulo e aborda as experiências e percepções dos professores durante o período de enfrentamento da pandemia da COVID-19.
Formação e atuação de professores da educação infantil em tempos de pandemia	Sueli Rosa Nakamura; Viviane Aparecida Bernardes de Arruda; Marta Silene Ferreira Barros; Camila Crude dos Santos	Artigo 2022	O estudo teve como objetivo principal analisar a formação continuada de professores e suas implicações na Educação Infantil. A pesquisa de cunho bibliográfico foi realizada por meio de uma investigação e análise crítico-dialética, com a intenção de contribuir no novo pensar a formação e ação do professor da Educação Infantil. Abordando a forma que aconteceu a formação de professores da Educação Infantil no contexto pandêmico e como a mesma impactou a atuação desses profissionais.
A Prática Docente em Tempos de Pandemia: Desafios do Ensino Remoto na Educação Infantil	Maria Janorma da Silva Paulino; Felipe Neris Torres de	Artigo 2021	A pesquisa realizada com professores de Educação Infantil por meio de um formulário online para coleta de dados, teve como objetivo investigar as práticas docentes no contexto da interatividade tecnológica nas vivências remotas

	Sousa		durante a pandemia da COVID-19 na Educação Infantil do município de Várzea Alegre/Ceará. O estudo concluiu que o maior desafio enfrentado na prática docente durante a pandemia está relacionado com o manuseio dos recursos tecnológicos.
Travessias e (des)encontros: práticas pedagógicas remotas na educação infantil em Rolim de Moura/RO	Juverlande Nogueira Pinto; Edre Almeida Corrêa; Bianca Santos; Chisté; Vanderleia de Lourdes; Rodrigues Lopes de Oliveira	Artigo 2021	O estudo teve como objetivo compreender as práticas pedagógicas desenvolvidas em tempo de pandemia da COVID-19, por professoras da Educação Infantil no município de Rolim de Moura/RO. Tratando principalmente sobre o currículo da Educação Infantil; as tecnologias no fazer e agir das professoras e crianças; efeitos da pandemia, que no alinhavo dos relatos das professoras, possibilitou pensar em como seria um currículo acontecimento no distanciamento entre os corpos e sobre as aulas longe do movimento das crianças e das professoras.
A educação municipal em Rio Branco no contexto da pandemia: dispositivos operacionais e a organização do trabalho pedagógico escolar	Mark Clark Assen de Carvalho; Rafael Marques Gonçalves; Jean Mauro de Abreu Moraes; Josenir de Araújo Calixto	Artigo 2021	O estudo teve como objetivo analisar as diretrizes gerais e os procedimentos administrativos e pedagógicos formulados pela administração do sistema público de ensino municipal de Rio Branco. Foi realizado a partir de análise documental na qual foram sistematizadas as diretrizes legais, pedagógicas e administrativas, elaboradas no período de pandemia.

Fonte: elaborado pela autora.

A dissertação da pesquisadora Michelle Castanho Machado (2021) com o título “*O peso de estar em casa: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office*”, constituiu as seguintes unidades de análise encontradas nesse estudo: dificuldade em separar tempo destinado ao trabalho e o reservado ao descanso em casa; aumento da jornada de trabalho (tempo destinado a aprender e utilizar tecnologias digitais); aumento no nível de sobrecarga mental: conflito com pais, alunos e superiores. Ainda em sua pesquisa, Machado (2021, p. 80) concluiu que ao trabalharem em casa durante a pandemia da COVID-19 as professoras investigadas tiveram que:

[...] aprender a trabalhar de uma forma completamente diferente, dividindo espaço doméstico com o espaço de trabalho docente, além de tornar tênue a fronteira entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho, já que os tempos sociais não mais passaram a ser tão delimitados se misturando junto ao espaço doméstico, nota-se, com um olhar empírico, que possivelmente as docentes se percebam sobrecarregada.

As modificações na rotina de trabalho do professor ao exercer a função por meio da tecnologia e no ambiente doméstico identificadas no estudo acima, demonstraram que as

professoras participantes da pesquisa ao lidarem com as tecnologias (plataformas/sistemas digitais) encarados como as suas novas ferramentas de ensino, precisaram aprender em um curto período de tempo a gravar de vídeos, usar de redes sociais e/ou plataformas digitais para realização da interação com as crianças. Essa transferência do ambiente escolar para residência somado a necessidade de aprender a utilizar a tecnologia para realizar a sua função, são fatores que indicam um provável aumento na sobrecarga do trabalho das profissionais investigadas. Sobre essa transformação no fazer docente, Souza *et al.* (2020, p. 66) reafirmam:

Professores/as tiveram que se adaptar às novas metodologias sem qualquer adicional ao salário ou preparação técnica, sendo-lhes imposta a reconfiguração de todo o seu programa de aula, bem como a readequação da didática do ensino presencial para o virtual, o que inclui a aquisição de equipamentos e planos de internet [sic] equivalentes.

Conforme asseverado acima pelos autores, essa transformação no trabalho do professor durante o ensino emergencial lhes custou a adaptação à tecnologia digital exigida para o desenvolvimento do seu trabalho. Contudo, ainda para os autores, não houve uma formação continuada suficiente para tal objetivo, nem aumento salarial para compra de equipamentos e serviços (notebook, celular, outros aparelhos, plano de internet etc.) também obrigatórios para realizar a função docente nesse período de isolamento. Essas foram algumas das dificuldades enfrentadas pelos docentes que foram identificadas nas unidades de análise, pertencentes à primeira categoria.

O artigo de Maria Janorma da Silva Paulino e Felipe Neris Torres de Sousa (2022) com o título “*A Prática Docente em Tempos de Pandemia: Desafios do Ensino Remoto na Educação Infantil*”, também compôs a unidade de análise sobre a dificuldade dos professores em aprenderem a usar as plataformas digitais, gravar aulas, postar e alimentar os sistemas online. A pesquisa empreendida pelos autores revelou que os professores participantes, ao serem questionados sobre o maior desafio enfrentado na prática docente durante a pandemia, a porcentagem mais alta de respostas indicou a dificuldade com o manuseio dos recursos tecnológicos como: gravar/editar vídeos, participar de reuniões virtuais, e usar plataformas digitais.

A rotina no teletrabalho vivenciada por professores na educação básica foi descrita por Previtali e Fagiani (2022, p. 161), “dentre as novas atividades estão a de planejar as atividades nos apps, acompanhar a presença e a aprendizagem dos/as discentes à distância e orientar as famílias para realizarem atividades com as crianças em casa nos *apps*”. Isso corrobora com algumas das unidades de análise presentes nessa categoria. Estas possibilitam observar que no

período de pandemia os docentes precisaram gravar vídeos, usar as redes sociais e/ou plataformas digitais para realização da interação com as crianças, estender seu horário de trabalho em casa para elaboração de atividades e atendimento aos familiares. Além de terem que aprender a utilizar as plataformas digitais, gravar aulas, postar e alimentar os sistemas online.

No que tange a ser professor na Educação Infantil e suas particularidades, amplamente explanado no Capítulo 2, outra dissertação que compõe esta categoria foi a da pesquisadora Fernanda Maria Souza (2021), com o título “*Mal-estar docente na educação infantil: estudo exploratório em um Centro Municipal de Educação Infantil de Salvador/Bahia*”. O estudo forneceu as seguintes unidades de análise: incorporação das tecnologias, plataformas e sistemas digitais como ferramentas de ensino; gravação de vídeos, uso de redes sociais e/ou plataformas digitais para realização da interação com as crianças; insuficiência ou inexistência de acesso a formação continuada para inserção das tecnologias digitais no trabalho docente. Conforme evidenciou Souza (2021) em sua investigação, as principais dificuldades apontadas pelas professoras entrevistadas, foram identificadas pelos desafios diante as novas exigências do Ensino Remoto “[...] envolvendo não só o uso da tecnologia como ferramenta de ensino, sem formação específica para tal, como também a falta de materiais e equipamentos imprescindíveis ao processo de ensino e aprendizagem.” (Souza, 2021, p. 86). Nesse contexto, é plausível interpretar o entrelaçamento de aspectos de precarização que dificultaram o fazer docente durante a pandemia da COVID-19, perpassando desde a insuficiência de capacitação dos professores para desenvolverem sua função por meios tecnológicos, como a carência no fornecimento dos equipamentos necessários para esse fim.

Saliento neste ponto uma das principais dificuldades apontada pelos professores de Educação Infantil na pesquisa de Souza (2021) e no artigo de Sommerhalder, Pott, Rocca (2022) intitulado “*A educação infantil em tempo de SARS-CoV-2: a (re)organização dos fazeres docentes*”, que constituíram a unidade de análise sobre a limitação do Ensino Remoto ao atender o público infantil da educação básica. Cabendo ressaltar a pauta pela não adesão do ensino remoto na Educação Infantil que foi amplamente engajada por organizações, associações e intelectuais da área da educação na época. Dentre as resistências que aconteceram, trouxe uma síntese de um documento, selecionando alguns trechos de suma importância do manifesto da ANPEd (2020, p. 4-5) que defendeu o seguinte:

A especificidade do trabalho pedagógico com as crianças pequenas tem como marca uma experiência educativa eminentemente interativa, sem listagem de conteúdos previamente definidos. [...] O que se nota é a ausência de políticas intragovernamentais que revelem, de fato, preocupação com a proteção da infância, o que requer das

secretarias municipais (educação, serviço ou ação social, cultura, saúde e outras) o estabelecimento de planos de ação estratégicos que superem as ações desarticuladas e esporádicas. [...] O cenário requer ampla discussão e proposição de políticas que não podem ser improvisadas ou reduzidas a meras atividades conteudistas mediadas pela tecnologia, sob uma máscara de inovação.

Ao pesquisar sobre as manifestações em defesa da suspensão ou melhor preparação do Ensino Remoto para a Educação Infantil, outros documentos importantes foram encontrados, como a Carta aberta da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) (2020) dirigida ao presidente do Conselho Nacional de Educação, datada de 23 de março de 2020. Nela, as especulações para os rumos da Educação ainda estavam sendo discutidas. A carta defendia em seu conteúdo que a adesão do ensino remoto para Educação Infantil não era uma boa medida, uma vez que a educação de crianças de zero a cinco anos é de natureza essencialmente interacional, conforme defendido em todas as legislações que asseguram os direitos das crianças nessa etapa.

À vista disso, foi possível constatar que houve empenho de organizações, associações e intelectuais da área da educação em defesa da criança/infância e da não utilização do Ensino Remoto Emergencial na Educação Infantil. Embora os esforços citados anteriormente, o Ensino Remoto não somente aconteceu como impactou a vida e trabalho dos profissionais que atuam com as crianças, como exposto até o momento.

Descortino, assim, outra das principais dificuldades apontadas pelos docentes na dissertação de Souza (2021) e no artigo de Sommerhalder, Pott, Rocca (2022), sobre a transposição didática do processo de ensino-aprendizagem em um período que esse desenvolvimento das crianças ocorre principalmente pela interação professor-criança e criança-criança. Contudo, a implementação do Ensino Remoto emergencial nesta etapa com “[...] atividades remotas, atividades a distância ou não presenciais, não considera as demandas, o modo de aprender de bebês e de crianças da educação infantil e as necessidades de cada etapa de desenvolvimento infantil.” (Sommerhalder; Pott; Rocca, 2022, p. 14). De modo que possibilita inferir, a partir das produções acima, que a tecnologia nesse ponto limitou a criação de vínculo entre os envolvidos no processo educacional, impactando o processo de ensino aprendizagem das crianças e refletindo as condições de trabalho e vida dos docentes que atuaram nesse período.

O artigo de Pinto *et al* (2021) intitulado “*Travessias e (des)encontros: práticas pedagógicas remotas na educação infantil em Rolim de Moura/RO*”, também integrou a unidade de análise sobre os limites do Ensino Remoto para a Educação Infantil no que tange ao objetivo desenvolvimento integral e pleno da criança. Os pesquisadores relataram que os professores participantes da pesquisa demonstraram que suas ações foram limitadas pelo distanciamento entre eles e as crianças, o que tornou difícil alcançar as especificidades dessa etapa da educação

básica.

A dissertação de Taynan Filipini Bonini (2022), com o título *“A educação básica em tempos de isolamento social: experiências e percepções de professores”*, integrou a unidade de análise sobre a dificuldade com a transposição didática, a interação e o processo de ensino-aprendizagem. Na pesquisa, os professores participantes apontaram como principais desafios “[...] a falta de familiaridade com as ferramentas tecnológicas ao desafio de lidar com os alunos, com a falta de interesse, com a pouca participação e engajamento [...]” (Bonini, 2022, p. 100). Essas foram algumas das dificuldades apontadas no estudo, atrelada principalmente à falta de interação no período de isolamento devido a pandemia da COVID-19, quando todo o contato com os alunos aconteceu no Ensino Remoto por meio de sistemas de ensino e/ou aplicativos.

Saliento que essa opção pelo Ensino Remoto Emergencial foi feita à serviço dos interesses do Estado e das *Big Techs*, com a venda de sistemas e pacotes/sistemas de ensino, desconsiderando as especificidades da Educação Infantil e os impactos para os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Isso é mais bem analisado pela categoria *“As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0”*, em um dos subitens a seguir.

O trabalho docente é tido na área da educação como uma profissão que padece cada vez mais com a precarização e intensificação. Sobre a carga, sobrecarga e intensidade do trabalho, posso dizer que ela é vivenciada quando esses profissionais realizam um esforço em sua atividade e têm um desgaste físico, intelectual e emocional, provavelmente pela exigência ir além das capacidades desses trabalhadores, e estar inadequada. (Viegas, 2022).

No que se refere à sobrecarga de trabalho durante a pandemia da COVID-19, o artigo de Nakamura *et al* (2022), intitulado *“Formação e atuação de professores da educação infantil em tempos de pandemia”*, enfatizou sobre o aumento da carga horária do professor “[...] que por meio do ensino remoto e em alguns casos híbrido passou mais tempo trabalhando, por vezes fora da sua jornada de trabalho, para atender as demandas desse novo formato de aula.” (Nakamura *et.al*, 2022, p. 961). Ou seja, foi possível constatar a partir das inferências das autoras, que houve um aumento na carga horária ao passarem mais tempo trabalhando em casa por intermédio do Ensino Remoto o que gerou uma sobrecarga de trabalho para esses profissionais.

Também se tornou evidente com base na pesquisa de Sommerhalder, Pott, Rocca (2022) que os professores de Educação Infantil participantes do estudo, ao prestar atendimento às famílias via *WhatsApp* (número pessoal) sem limite de horário específico e ao terem sua jornada de trabalho expandida (ao destinar um tempo para aprender e utilizar tecnologias digitais),

possivelmente sofreram com aumento da carga de trabalho durante o período de pandemia da COVID-19.

Outro fator que demonstra uma ampliação da carga de trabalho dos professores, corresponde à uma das unidades de análises sobre a produção de materiais didáticos impressos a serem entregues presencialmente nas creches para as famílias que não possuíam acesso à internet. Tais indícios foram evidenciados por Juliano Silveira (2021), no relato de experiência intitulado “*O teletrabalho coletivo durante a pandemia da COVID-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis*”. Conforme descrito por Silveira (2021, p. 323), “para aquelas famílias que não dispunham desses recursos tecnológicos, a alternativa implicava na entrega presencial agendada de materiais impressos junto a Unidade Educativa.”. Logo, indo além das análises evidentes, compreendo que nessa expansão da sobrecarga de trabalho docente está camuflada a má gestão do governo ao lidar com a educação durante a pandemia, ocasionando uma intensificação ainda maior do trabalho do professor e impactando sua qualidade de vida.

O artigo de Carvalho *et al* (2021), com o título “*A educação municipal em Rio Branco no contexto da pandemia: dispositivos operacionais e a organização do trabalho pedagógico escolar*”, foi realizado por meio de uma análise documental das diretrizes legais, pedagógicas e administrativas e detalhou as instruções no período de pandemia fornecida para professores da educação básica do município. Uma das orientações destacadas no estudo, consistiu que as escolas deveriam imprimir as atividades para os estudantes que não possuíam acesso à internet, incluindo aqueles que residiam na zona rural. Nesse contexto, possivelmente os professores atuantes na rede municipal de Rio Branco/Acre, também experienciaram o aumento da carga horária de trabalho destinada a produção e impressão desses materiais a serem disponibilizados aos alunos.

A rotina de trabalho remoto em casa dos professores de Educação Infantil, descrita nas produções de Machado (2021) Silveira (2021) Souza (2021), também evidenciaram que houve uma extensão do horário de trabalho destinado para a elaboração de atividades e atendimento aos familiares, dificultando assim a separação entre o tempo destinado ao trabalho e o reservado ao descanso. Atualmente, “a expansão do trabalho digital vem demolindo a separação entre o tempo de vida no trabalho e o tempo de vida fora dele” (Antunes; Filgueiras, 2020, p. 74). Nesse sentido, com base nas produções acima, é possível asseverar que houve uma expropriação por parte do Estado, não só dos recursos de uso particular do professor (despesas com contas de internet, luz, alimentação, aparelhos eletrônicos) como também uma expropriação do tempo

livre, dificultando que esses profissionais fizessem a separação do horário de trabalho, uma vez que desempenhavam sua função em casa no período de isolamento social da pandemia.

À vista disso, também foi constatado nas dissertações de Machado (2021) e Souza (2021) a acentuação da exploração do contingente feminino ao assumirem múltiplas atividades ligadas às tarefas domésticas e seu trabalho (dupla jornada). Essa intensificação na sobrecarga de trabalho das professoras mulheres foi amplamente discutida na comunidade acadêmica, em pesquisas utilizadas na fundamentação teórica, como as de Antunes (1995), Conde (2018) e Gomes, Nunes e Pádua (2019). Eles asseveram que a distribuição das atividades domésticas são desiguais em relação à mulher, e durante a pandemia constato um aumento de carga de trabalho dessas professoras em razão da transferência do seu local de trabalho (creche/pré-escolas) para sua residência. Em tempos de crise da acumulação de capital, “aumentam as cobranças sobre as mulheres com relação à educação dos filhos dentro dos preceitos da família monogâmica burguesa” (Conde, 2018). Assim, o trabalho feminino ao longo do tempo vem sendo desvalorizado em questão de salário, sendo as profissões que a mulher supostamente deveria ou poderia ocupar na sociedade subjugadas.

Nesse sentido, em uma profissão como a do professor, principalmente quando realizada com as crianças pequenas, o contingente feminino é mais forte justamente por uma construção histórica de o cuidado da criança ser atrelado a uma tarefa exclusivamente feminina. Logo, quando o trabalho dessas professoras invadiu suas casas, por vivermos em uma sociedade capitalista, machista e sexista, o trabalho docente feminino sofreu com a sobrecarga evidenciada pelas produções acadêmicas dispostas anteriormente. Assim, vislumbro um longo caminho de continuação da luta das mulheres por direitos iguais na sociedade, no trabalho e nas relações sociais, para que elas sejam valorizadas e ocupem posições igualitárias em todos os sentidos.

Previtali e Fagine (2022, p. 161), ao tratarem da rotina de trabalho com a utilização do Ensino Remoto durante a pandemia da COVID-19, indicaram que os professores vivenciaram:

à redefinição do espaço da casa como também espaço do trabalho, implicando numa jornada de trabalho ainda maior em função das atividades domésticas, impactando significativamente na saúde mental desses profissionais, em especial das mulheres, que compõem a grande maioria da força de trabalho na Educação Básica.

Corroborando com os estudos de Machado (2021) e Souza (2021) ao enfatizarem em suas pesquisas sobre a acentuação da exploração do contingente feminino ao assumirem múltiplas atividades ligadas às tarefas domésticas e seu trabalho (dupla jornada), uma vez que, durante a pandemia da COVID-19 a residência dessas profissionais passou a ser seu local de

trabalho. Logo, de acordo com a discussão sobre as condições de trabalho e a sobrecarga vivenciada pelos docentes, encontradas nas pesquisas de mestrado de Machado (2021) e Souza (2021), é possível afirmar que houve sérios impactos na saúde dos professores de Educação Infantil.

Os estudos dedicados ao adoecimento dos professores, como de Codo (1999), Ferreira e Siqueira (2003), Gouvêa (2016), evidenciam que esses impactos são constatados não somente na saúde física como também na mental, em que a incidência de exaustão emocional e da síndrome de *burnout*²² acomete inúmeros docentes. Isso ocorre, dentre diversos fatores, mas nessa etapa da educação em específico decorre da função requerer um maior envolvimento afetivo com o público, principalmente os docentes que atuam com crianças pequenas.

Conforme Soldatelli (2020) a categoria docente corresponde a uma profissão que manifesta números altos de afastamento da função em decorrência do adoecimento e transtornos mentais. Ainda segundo a autora, os sentimentos de ansiedade e frustração acentuados pela pandemia de COVID-19, podem ser identificados como geradores de adoecimento mental ainda maior dos professores.

No que tange aos aspectos relacionados ao adoecimento dos professores, ainda identificados nas dissertações de Souza (2021) e Machado (2021) com as unidades de análises sobre o aumento no nível de sobrecarga mental, é possível citar: conflitos com pais, alunos e superiores, bem como o estresse excessivo decorrente das mudanças e exigências ocasionadas pela COVID-19. Corroborando com Alessi *et al.* (2021, p. 17), ao defenderem que quando as condições de trabalho são inadequadas o “[...] atendimento a questões organizativas e de orientação, adicionados ao preparo de aulas e ao ensino remoto em si, têm levado ao desgaste dos docentes, à exaustão e ao esgotamento da saúde”. Assim, a partir de Souza (2021) e Machado (2021) uma das análises possíveis refere-se às péssimas condições de trabalho durante a pandemia da COVID-19, que impactaram ainda mais a saúde mental dos professores.

Nesse contexto, foram levantados igualmente questionamentos por estudiosos da área como Galvão e Saviani (2021) sobre o período pós-pandemia, em que houve uma pressão pela permanência do Ensino Remoto (em todas as etapas da educação), com a justificativa de que teria funcionado perfeitamente. Essa propaganda miraculosa sobre o sucesso do Ensino Remoto

²² Definição disponibilizada pelo ministério da saúde: Síndrome de Burnout ou **Síndrome do Esgotamento Profissional** é um **distúrbio emocional** com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade. A principal causa da doença é justamente o **excesso de trabalho**. Esta síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros, professores, policiais, jornalistas, dentre outros (Brasil, [s. d.],a, grifos do autor).

ignorava, no entanto, as consequências negativas vivenciadas por toda comunidade escolar (professores, gestores, alunos e seus familiares). Isso demonstra que os únicos interesses atendidos foram daqueles que realmente se beneficiam com a venda dos produtos tecnológicos necessários para o Ensino Remoto vigorar.

À vista disso, em concordância com as argumentações realizadas até o momento, foi possível constatar, por meio das unidades de análises agrupadas extraídas das produções acadêmicas integrantes desta categoria, que houve modificações na rotina de trabalho do professor de Educação Infantil em casa no Ensino Remoto, manifestando, assim, que as condições destes profissionais comprovaram uma maior intensificação e precarização no período da pandemia da COVID-19, incidindo em alguns casos na qualidade de vida e saúde dos docentes. A seguir buscando relacionar o papel do Estado como regulador dos fenômenos citados acima, a próxima categoria se deteve a aprofundar a temática anunciada.

3.4.2 O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente

Essa categoria também foi constituída de forma mista durante a leitura do referencial teórico, e integra os dados que constituem as unidades de análise temáticas que tratam do papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente. Logo, a categoria foi organizada em sete unidades de análise constituídas por frases extraídas das pesquisas constituintes do *corpus* de análise sobre os temas recorrentes e dois eixos orientadores, dispostos abaixo no Quadro 3.

Quadro 3 - Agrupamento da Categoria “ O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente”

Unidade de análises (temas)	Eixos Orientadores
Aligeiramento na imposição do uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem em período de isolamento social	Ações realizadas pelo Estado durante a pandemia da COVID-19
Atraso, redução e parcelamento de salários durante a pandemia	
Carência por parte da gestão escolar em uma comunicação formal, sistêmica e específica durante a pandemia aos profissionais da educação	
Formas de contratação: terceirizadas e temporárias (regime flexível)	

Inexistência ou precariedade ao fornecer formação inicial/continuada para inserção das tecnologias digitais na prática dos professores	Suporte fornecido aos professores durante a pandemia COVID-19
Ausência do Estado em criação de políticas de acompanhamento do trabalho docente e espaços para diálogo e formação no período de pandemia	
Falta de investimento em materiais pedagógicos para realização do ensino remoto: computadores, tablets, celulares, internet, etc.	

Fonte: Elaborada pela autora.

As primeiras inferências foram realizadas sobre as ações empreendidas pelo Estado durante a pandemia da COVID-19. Em conformidade com os escritos de Marx, a conceituação de condição de trabalho vai estar intrinsecamente relacionada às condições de vida dos próprios trabalhadores. Essas condições de trabalho irão englobar diversos aspectos desde as instalações físicas, os materiais, equipamentos e meios de efetivação da atividade em questão e o apoio para que esta possa ser desenvolvida. Integram esse cenário um conjunto de relações, como a maneira de contratação, os proventos, a carreira e a estabilidade (Oliveira; Assunção, 2010). Assim, posso concluir que a garantia de boas condições de trabalho, para os professores que atuam em creches e pré-escolas públicas, para que possam realizar sua função, é de responsabilidade do Estado. Abaixo, consta o Quadro 4 constituído pelas produções acadêmicas que forneceram as unidades de análise desta categoria.

Quadro 4 - Produções integradas na categoria “O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente”

Título	Autor(es)	Tipo/Ano	Visão Geral
Educação Infantil no contexto da pandemia: novas demandas para o trabalho e a formação docente	Fernanda Duarte Araújo Silva; Vilma Aparecida de Souza; Hélida Cristina Brandão Nunes	Artigo 2022	A pesquisa foi desenvolvida com profissionais que atuam na Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino (RME) de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. Os resultados e análises do estudo buscaram contribuir com as pesquisas sobre o trabalho e a formação das professoras da Educação Infantil no contexto da pandemia.
O lugar das tecnologias digitais no trabalho docente em tempos de ensino remoto	Ana Ligia Silva; Flavia Magrinelli Wegrzyn Martinez	Artigo 2021	O estudo foi realizado com oitenta e quatro professores da Educação Infantil ao Ensino Superior de cinco regiões do país. Os dados demonstraram que o momento pandêmico acelerou e impôs o uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, sem que o professor tivesse formação inicial ou contínua para a inserção desses recursos em suas práticas.
Direitos trabalhistas e trabalho remoto na	Angela Scalabrin Coutinho Edna Lopes	Artigo 2020	O estudo objetivou conhecer, no contexto da pandemia da COVID-19, a percepção das lideranças sindicais da educação sobre o

educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa	Lívia Fraga Vieira Patrícia Trópia		trabalho remoto e os direitos trabalhistas de sujeitos docentes da Educação Infantil.
Trabalho Docente em Tempos de Pandemia no Sistema de Ensino do Tocantins: impactos e (des)amparos	Penélope Ferreira de Medeiros Lima; Rosilene Lagare; Keila de Sousa Leitão	Pôster 2021 GT 05/GT 11	No estudo foi realizada uma análise de textos publicados no site da Secretaria de Estado da Educação do Tocantins (Seduc), especificamente, relacionados a informar e/ou orientar os docentes sobre o trabalho no contexto da pandemia, a partir de março de 2020.
Organização da Escola Pública e do Trabalho Docente na Pandemia: o papel do CME de Jataí-Goiás	Camila Alberto Vicente de Oliveira; Larissa Batista de Freitas;	Pôster 2022 GT 04 - Didática	O estudo teve como objetivo identificar as ações do CME de Jataí no contexto da pandemia e seus efeitos no trabalho docente e na organização da escola pública. E demonstrou que não houve nenhuma ação para formação docente com vistas ao ensino remoto ou mobilização e controle social para o enfrentamento das condições de trabalho docente durante a pandemia da COVID-19.
Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente	Elcio Gustavo Benini; Maria Dilnéia Fernandes; Gustavo Henrique Petean; Raphael Camargo Penteado; Luana Silvy de Lorenzi Tezza Magni	Ensaio Teórico 2021	O estudo teve como objetivo analisar alguns desdobramentos entre as políticas educacionais e a organização do trabalho docente. As análises apontaram para a contradição entre democratização e precarização e alienação do trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre as medidas que foram tomadas pelo Estado durante a inserção do Ensino Remoto no período da COVID-19, o artigo intitulado “*O lugar das tecnologias digitais no trabalho docente em tempos de ensino remoto*”, autoria de Ana Ligia Silva e Magrinelli Wegrzyn Martinez (2021), forneceu a unidade de análise sobre o aligeiramento na imposição do uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem em período de isolamento social. Essa medida foi justificativa para que fosse garantida a quantidade de dias letivos do calendário escolar do ano de 2020. Conforme Silva e Martinez (2021, p. 197), os professores participantes do estudo “[...] se viram impelidos ao uso das tecnologias digitais de forma aligeirada e determinada por um contexto impositivo, dadas as condições sanitárias advindas com a COVID-19.”. Logo, é possível considerar que o Estado não levou em consideração a fragilidade do momento que atravessava o mundo e a população, bem como rejeitou as deliberações empreendidas por organizações, associações e intelectuais da área da educação. Estes enfatizavam “[...] a tendência do processo de conversão da educação em mercadoria, na esteira

da privatização que implica sempre a busca da redução dos custos, visando ao aumento dos lucros” (Galvão; Saviani, 2021, p. 39). Também fica perceptível que essa metamorfose enfrentada pela educação, ao ser convertida em mercadoria, não atende somente aos interesses das grandes empresas privadas. Essa mercantilização proporciona para o Estado uma redução dos custos com a educação pública e aumento do lucro para os cofres públicos, por meio da privatização de serviços educacionais, e a flexibilização das regras trabalhistas, ao contratarem professores temporários e reduzir os benefícios e salários destes profissionais que refletirá diretamente na redução de custo com a folha de pagamento geral do setor educativo. Mediante o cenário anunciado, presumivelmente posso concluir que o dinheiro arrecadado não é investido em saúde, educação, cultura, segurança e outros direitos da classe trabalhadora, da qual os professores fazem parte. Essas ponderações vão de encontro com as afirmações de Martins *et al.* (2021, p. 126), segundo os quais:

Com o desenvolvimento do neoliberalismo, as políticas de Estado cada vez mais cumprem o papel de manter dominação e exploração da classe trabalhadora por meio de uma aparência “democrática” e “pelo bem de todo/as”, ao mesmo tempo em que, via políticas de governo, intensificam-se os ataques aos setores básicos da vida, como moradia, saneamento, educação, assistência social e saúde.

Em concordância com os autores, compreendo que o Estado colaborou com a conversão da educação em mercadoria para atender aos interesses privativos das grandes empresas do mercado econômico, em detrimento da garantia de uma educação de qualidade para formação da classe trabalhadora. Essa entidade política ainda falhou em fornecer melhores condições de trabalho para os professores, categoria essa que integra a classe explorada no capitalismo.

Outra interpretação possível de ser empreendida, sinalizada como aspectos de precarização experienciada pelos docentes, presente no estudo de Coutinho *et al.* (2020), intitulado “*Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa*”, destacou-se nos dados apresentados que os participantes da pesquisa, professores de Educação Infantil que trabalhavam na rede pública, responderam que houve parcelamento, atraso e redução dos salários no período de pandemia da COVID-19. Corroborando com o raciocínio de Neto e Araújo (2021, p. 31) ao enfatizarem que durante a pandemia ocorreu uma “[...] economia com redução dos salários e a transformação dos professores em tutores, no formato trabalho remoto, serão seguidas pela redução expressiva dos custos com a logística e a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do ensino [...]”. Tais afirmações vão de encontro com o ponto de vista de que a reestruturação da função docente no período da sua realização por meio do ensino remoto ocasionou o atraso, redução e parcelamento

de salário dos profissionais, conforme anunciado no estudo de Coutinho *et al.* (2020). Assim, indo além das reflexões aparentes, é possível inferir que os recursos públicos que deveriam ser investidos em melhores salários, melhores condições de trabalho, infraestrutura/equipamentos, possivelmente tenham sido transferidos para iniciativas privadas, na compra de sistema/plataformas de ensino para realização do Ensino Remoto.

Outro aspecto que pode ser interpretado como falha do Estado, identificado no artigo de Lima, Lagare e Leitão (2021) com o título “*Trabalho Docente em Tempos de Pandemia no Sistema de Ensino do Tocantins: impactos e (des)amparos*”, demonstrou a insuficiência de capacitação dos gestores para prestarem uma comunicação satisfatória aos profissionais da educação. Nesse sentido, o Estado visando garantir “a aprendizagem, responsabilizou-se a comunidade de alunos, professores, pais e gestores pela realização de modalidades remotas de aprendizagem” (Fiera; Evangelista; Flores, 2020, p. 25). Em concordância com as autoras, nesse ponto identifiquei que a responsabilização para que o Ensino Remoto de fato funcionasse foi atribuída a toda comunidade envolvida no processo educativo. Podendo, dessa maneira, reconhecer que os gestores também não receberam um suporte necessário para oferecer o auxílio aos professores e familiares dos alunos durante o período pandêmico.

Outra ausência do Estado apontada na pesquisa de Silva e Martinez (2021) foi a ineficiência em prestar o suporte para os docentes, principalmente na falta de investimento em materiais e serviços necessários para realização do Ensino Remoto, como computadores, tablets, celulares, internet etc. Ainda constatado como aspecto de falha nas ações realizadas pelo Estado durante a pandemia da COVID-19, no estudo de Oliveira e Freitas (2022), intitulado “*Organização da Escola Pública e do Trabalho Docente na Pandemia: o papel do CME de Jataí-Goiás*”, pode ser identificado a unidade de análise sobre a inexistência ou precariedade ao fornecer formação inicial e continuada para inserção das tecnologias digitais na prática dos professores. A respeito disso, Galvão e Saviani (2021) constataram que as redes de ensino estaduais e municipais, mesmo alertadas dos limites do Ensino Remoto, optaram por fazer sua utilização sem as mínimas condições necessárias para o seu funcionamento. Os principais atingidos nesse processo foram os estudantes e os profissionais da educação, sendo que estes últimos arcaram com os prejuízos das péssimas condições de trabalho e seus reflexos em sua qualidade de vida, ocasionando o adoecimento físico e mental em decorrência da intensificação e precarização do seu trabalho.

O artigo de Silva, Souza e Nunes (2022) intitulado “*Educação Infantil no contexto da pandemia: novas demandas para o trabalho e a formação docente*”, forneceu a unidade de análise sobre outra ausência por parte do Estado ao prestar suporte à comunidade escolar com a

falta de políticas de acompanhamento do trabalho docente e espaços para diálogo e formação no período de pandemia. Essa omissão na elaboração de políticas públicas que garantissem uma assistência aos profissionais da educação foi um fator determinante para uma precarização ainda maior do trabalho docente durante a utilização do Ensino Remoto na pandemia da COVID-19. Corroborando com Martins *et al.* (2021 p. 126), ao afirmarem que o “Estado burguês, especialmente nas periferias do capitalismo, onde, historicamente, o capital busca recuperar sua taxa de lucro intensificando a precarização da vida da classe trabalhadora”. Torno incontestável, dessa maneira, o papel do Estado como produtor e mantenedor da intensificação e precarização do trabalho docente.

O artigo de Benini *et al.* (2021), sobre a “*Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente*”, abordou a organização do trabalho docente na educação a distância. Sendo que, para Benini *et al.* (2021, p. 7), esta “[...] é marcada por uma divisão do trabalho singular, mas que acompanha o processo universal de simplificação do trabalho, de divisão entre planejamento e execução, uma verdadeira forma fordista de organização do trabalho docente.”. Ou seja, ao apresentar traços fordistas na realização do trabalho docente por meios tecnológicos, posso identificar aspectos de precarização da profissão.

Nesse sentido, consigo também vislumbrar o Estado burguês como produto da sociedade capitalista, empenhando-se na defesa dos interesses da classe dominante ao atuar na perpetuação desse sistema de exploração de uma classe pela outra. Essa atividade do Estado expressa “[...] a dualidade intrínseca da ordem legal e política, visando garantir a democracia e liberdade para uma minoria dominante e o uso da opressão com os dominados” (Rola; Sakurada, 2021, p. 82). Assim, o Estado garante por meio de sua atuação a manutenção das classes e a acumulação do capital, aparentando funcionar em defesa de todos num sentido universal. Entretanto, atende somente os interesses da classe dominante.

Para o senso comum, seria complexo viver em uma sociedade sem essa entidade reguladora, mas o socialismo científico (marxismo) defende um processo revolucionário e o fim da divisão entre classes. Nesse processo, haveria um enfraquecimento do Estado, ocasionando seu desaparecimento, para assim avançar em direção à superação do sistema capitalista e à formação de uma sociedade mais igualitária para todos.

3.4.3 As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0

A última categoria foi constituída igualmente de forma mista, ao considerar a leitura do referencial teórico, abrangendo os dados que constituem unidades de análise temáticas referentes às evidências da intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da implementação da indústria 4.0. Logo, a categoria foi organizada em nove unidades de análise constituídas por frases extraídas das pesquisas constituintes do *corpus* de análise sobre os temas recorrentes e três eixos orientadores na Quadro 5.

Quadro 5 - Agrupamento da Categoria “As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0”

Unidade de análises (temas)	Eixos Orientadores
Constituição de um professor adaptável	Perfil docente na Indústria 4.0
Professor conectado em qualquer tempo e espaço	
Descolamento do papel do professor como intelectual para mero apresentador de conteúdos	
Uso do <i>WhatsApp</i> como uma plataforma digital para contatos, interação e envio de arquivo as famílias e crianças	Aspectos de intensificação e precarização do trabalho docente na Indústria 4.0
Acentuamento do controle e monitoramento do trabalho docente	
Limitação da autonomia docente	
Fragilização da resistência sindical	Tendências da Indústria 4.0 na educação
Disseminação dos professores como desqualificados para lidar com as novas tecnologias	
Realçamento das desigualdades nas regiões brasileiras no que tange o acesso à Internet/ tecnologias digitais	

Fonte: Elaborado pela autora.

As unidades de análise desta categoria, foram igualmente constituídas por frases extraídas das pesquisas constituintes do *corpus* de análise sobre os temas recorrentes. Abaixo, consta o Quadro 6 composto pelas produções acadêmicas que forneceram as unidades de análise desta categoria.

Quadro 6 - Produções integradas na categoria “As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0”

Título	Autor(es)	Tipo/Ano	Visão Geral
Trabalho Docente com Videoaulas em EAD: Dificuldades de Professores e Desafios para a Formação e a Profissão Docente	Regina Zanella Pentead; Belarmino Cesar Guimarães	Artigo 2021	O artigo trata dos impactos das tecnologias digitais no trabalho docente e na relação com a ideia de docência como profissão considerando a videoaula como principal recurso educacional da docência na EaD e no ensino remoto. A revisão bibliográfica de onze dissertações, demonstrou distanciamentos entre a formação docente e a realidade de trabalho em EaD.
Precarização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil: tendências a perenizar o temporário?	Matheus Felisberto Costa	Resumo Expandido 2022	O estudo expõe as modificações no mundo do trabalho, principalmente na profissão docente e o papel das tecnologias nesse contexto. Bem como, discutiu a participação do Estado no processo de precarização do trabalho docente.
A Precarização do Trabalho Docente e Seus Desafios	Janiely dos Santos; Fabiane Santana Previtali	Resumo Expandido 2022	O estudo apresenta o resultado parcial de uma pesquisa em andamento no curso de mestrado. O objetivo é fazer uma breve discussão em torno do processo de precarização do trabalho do docente da educação básica e suas implicações na saúde do professor, relacionando-o com a expansão da indústria 4.0 e as políticas neoliberais.

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme a argumentação desenvolvida no segundo capítulo, busquei demonstrar que as modificações no mundo no trabalho ocasionadas pela indústria 4.0 impactaram a profissão docente, impulsionando a intensificação e precarização da mesma. No artigo de Matheus Felisberto Costa (2022) intitulado “*Precarização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil: tendências a perenizar o temporário?*”, foi discutido que o avanço da tecnologia tem impactado na natureza das relações de trabalho e isso acaba gerando uma reconfiguração do trabalho em si, conforme Costa (2022, p. 1) este fato aconteceu “[...] a princípio no setor privado, sobretudo o da grande indústria, ao final do século XX foram incorporadas também no setor público, como as formas mais flexíveis e precarizadas de contratação.”. Logo, essas transformações abrangeram igualmente a categoria dos professores, e impactaram em diversos aspectos as condições de trabalho desses profissionais. Nesse sentido, pode ser notado outro aspecto de precarização da função, relacionado a forma de contratação dos professores da educação básica:

Os professores da Educação Básica se encontram cansados, precarizados e flexibilizados quanto a sua forma de contratação, sofrendo uma drástica redução de

direitos quando cotejados aos trabalhadores efetivos e estáveis, esses profissionais enfrentam a face mais grave da precarização do trabalho docente (Costa, 2022, p. 2).

Esse aspecto de precarização do trabalho docente retratado no estudo de Costa (2022) demonstra que essa forma de contratação terceirizada e temporária acarreta redução dos direitos desses profissionais. Com um regime mais flexível de ingresso ao cargo, aumenta-se o número de docentes temporários fomentando a fragmentação dos trabalhadores ao serem divididos em temporários/efetivos, influenciando assim a aderência ao coletivo sindical pela luta dos direitos em comum para ambos os profissionais.

Ao tratar especificamente dos professores da atualidade, o artigo de Janiely dos Santos e Fabiane Santana Previtali (2022), com o título *“A Precarização do Trabalho Docente e Seus Desafios,”* demonstrou que a profissão docente inserida na indústria 4.0, exige a constituição de um novo perfil docente ao realizar sua função por meio da tecnologia. Almeja-se, professores que se adaptem facilmente aos avanços tecnológicos:

O profissional docente teve que se reinventar para conseguir se adaptar ao trabalho remoto durante a pandemia da covid-19, tendo que se amoldar-se a jornada extenuante, sem recursos das instituições para estruturar seu ambiente doméstico, causando frustração em sua carreira profissional (Santos; Previtali, 2022, p. 2).

Também foi evidenciado no estudo de Previtali e Fagini (2022), que os professores brasileiros da educação básica ao realizarem sua função por meio do teletrabalho vivenciaram um aumento das horas trabalhadas por conta da necessidade de se envolverem com atividades de natureza informacional/digital, que extrapolam a sua formação profissional.

Nesse sentido, observei no artigo de Regina Zanella Penteado e Belarmino Cesar Guimarães (2021), com o título *“Trabalho Docente com Videoaulas em EAD: Dificuldades de Professores e Desafios para a Formação e a Profissão Docente”*, o apontamento sobre quando a aula presencial acontece por meios de comunicação, verifico um deslocamento na imagem do professor como intelectual para um mero apresentador de conteúdo. Fator esse que vem se desenvolvendo na sociedade capitalista com o passar dos anos. Para Penteado e Guimarães (2021, p. 6), nesse processo ocorre uma reorganização na “[...] ação do professor, com redução de sua prática pedagógica e deslocamento da figura do professor e de sua autoridade pedagógica para o desempenho como apresentador de conteúdos.”. Essa transformação na imagem docente, gera também uma desqualificação profissional devido à disseminação da:

[...] falta de habilidades e competências do professor para usar a tecnologia, entendida como pedra de toque da inovação, competitividade e desenvolvimento. O fetiche da

tecnologia dificulta enxergá-la como fruto das relações de produção capitalistas. Apresenta-se o avanço tecnológico com um evento inexorável que produziria tais relações, das quais os homens são reféns e os inaptos serão condenados. Se o professor formado em outro tempo não domina as novas tecnologias, restaria evidente que não está preparado para formar a massa de trabalhadores e consumidores que as forças imperialistas demandam (Shiroma *et al.*, 2017, p. 24).

Nessa citação das autoras, embora não definam especificamente as mudanças ocasionadas pela indústria 4.0, o cenário que se anunciava era o deslocamento da imagem do professor, que seria aprofundado com a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0, lançada em 2018. Uma de suas principais ações, descrita na “medida 7: Mercado de Trabalho e Educação 4.0”, propõe o mapeamento das “competências”, na perspectiva do mercado de trabalho, para “requalificar” os trabalhadores. Isso posto, a categoria de professores da Educação Infantil também vem sentindo as mudanças nas formações continuadas que são oferecidas, visando moldar esse novo trabalhador, que deve apresentar novas competências voltadas para área da economia. Assim, ataco a subjetividade desses profissionais, propagando como justificativa a adaptação para as novas exigências do mercado de trabalho na atualidade, em que se deve atuar “[...] praticamente na função de tutor/mediador no ambiente virtual, youtuber/blogueiro/coach” (Menezes *et al.*, 2021, p. 56). Essas são algumas características fundamentais para atuar na educação dentro da sociedade capitalista, principalmente no período pós-pandemia.

Além da desqualificação docente para lidar com as tecnologias, um outro aspecto de precarização do trabalho que se destacou foi a limitação da autonomia docente, quando a sua atuação se reduz somente às funções citadas acima, para Santos e Previtali (2022, p. 4) “[...] não há como negar a precarização do trabalho docente, com o advento da indústria 4.0, das TIC e do sistema neoliberal que gerencia a todo momento a ação docente.”. Logo, compreendo que esse gerenciamento da ação docente por conta da inserção da Indústria 4.0 na educação, reverbera na limitação da autonomia docente principalmente na elaboração planejamento educacional do professor.

Sobre a substituição do professor/educador pela figura do tutor, Neto e Araújo (2021, p. 31) ressaltam que se tenta “desregulamentar a atividade docente mediante o teletrabalho e o trabalho mediado por inovações tecnológicas, o que resultará na sobrecarga da jornada de trabalho e na impossibilidade de desvincular a vida pessoal e o trabalho”. À vista disso, identifiquei outra característica do perfil docente requerido pela Indústria 4.0, que seria estar conectado em qualquer tempo e espaço. Essa característica foi observada no artigo de Costa (2022) ao afirmar que as novas tecnologias da informação possibilitam que o professor esteja conectado em qualquer tempo e espaço.

Assim, ao realizar sua função remotamente em sua residência, os professores enfrentaram a inviabilidade de separar o tempo destinado ao trabalho e a sua vida particular. Isso ocorreu principalmente para o contingente feminino, conforme discutido na categoria “*Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil*” gerando uma maior intensificação e precarização no trabalho das professoras mulheres. Essa característica de estar conectado o tempo todo, alimentar sistema de ensino, criando e editando vídeo/aulas etc. Igualmente identificada no estudo de Costa (2022), ocasionou um controle e monitoramento do trabalho docente, que pode ser interpretado como um outro aspecto de precarização da profissão durante e após a utilização do Ensino Remoto na pandemia.

Ao refletir sobre a instrumentalização da tecnologia no trabalho humano, discussão já presente nos escritos de Marx, Harvey (2013, p. 209) defendeu que o percurso para uma “mudança tecnológica nunca foi exatamente tranquilo, mas as forças que o regulam têm de ser muito delicadamente equilibradas para a continuação tranquila da acumulação do capital ser assegurada”. Essas forças regulatórias, em minha visão, podem ser interpretadas pelos interesses privados de grandes empresas e o Estado, que investe dinheiro público na compra de sistemas educacionais, garantindo que os donos do capital continuem acumulando riqueza, enquanto a classe trabalhadora acaba sendo exaurida em todos os aspectos. Essa delicadeza citada pelo autor pode ser observada na incorporação gradativa da tecnologia no trabalho humano ao longo dos tempos.

Ao discorrer sobre o “fetiche” que a mudança tecnológica desperta na sociedade capitalista, Harvey (2013, p. 207) enfatiza que a “presunção da necessidade e inevitabilidade da mudança tecnológica se torna tão forte que a luta por ela — incorporada em uma ideologia prevalece de progresso tecnológico — passa a ser um fim em si”. Ainda que os escritos do autor datem de 1982, sua interpretação do legado de Marx permanece atual, uma vez que essa sensação de imprescindibilidade da tecnologia no trabalho humano torna-se cada vez mais incorporada pela sociedade, e aqueles que não se adaptarem serão substituídos por ela.

No contexto de substituição do homem pela máquina, também posso observar que se “o trabalho obtiver mais do que a sua parte e os salários se moverem acima do valor de uma maneira que ameace a acumulação, então a pressão aumentará para a introdução de tecnologias que economizem a força de trabalho e induzam o desemprego” (Harvey, 2013, p. 210). Assim, o sistema capitalista também faz uso da tecnologia como economia de mão de obra, resultando na elevação do número de pessoas desempregadas ou “[...] a exigência de acelerar o tempo de rotação de capital pela atividade fragmentada, a subcontratação e a geração de uma proliferação na divisão do trabalho” (Harvey, 2013, p. 225). Compreendo que essa fragmentação citada pelo

autor faça alusão ao trabalho em que cada pessoa se torna responsável por uma parte da produção do produto final, muito frequente em fábricas dos mais diversos setores.

Quando o avanço da tecnologia no trabalho humano não resultar no desemprego, na atividade fragmentada, ocasionará a subcontratação, conforme evidenciado no estudo de Costa (2022). Essa contratação flexível foi observada durante a pandemia com a utilização do Ensino Remoto, uma vez que ao reduzir o papel “do educador na prática pedagógica é desqualificar a profissão e a profissionalidade da categoria docente, pois qualquer um e em quaisquer condições precárias poderia se arvorar a realizar o trabalho educativo escolar” (Galvão; Saviani, 2021, p. 42). Nesse cenário, a função deste profissional no capitalismo pode ser facilmente descartada ao fazer uso de subcontratações, visando economizar com o pagamento salarial de tutores/instrutores desqualificados para atuar na função docente.

Além da mudança tecnológica no mundo trabalho alavancar o aumento da acumulação de capital, outro fator importante que se destaca com esse avanço consiste no fato de que a “tecnologia também pode ser acionada para diminuir o poder da mão de obra organizada, seja na fábrica ou na mesa de negociações” (Harvey, 2013, p. 210). Essa diminuição do poder de organização dos trabalhadores remete aos escritos de Marx. Contudo, assemelha-se também ao isolamento ocasionado pela pandemia, que forçou a categoria de professores a trabalharem de forma solitária em suas residências, diminuindo ainda mais o contato com a organização sindical, que luta pelos direitos desses profissionais na mesa de negociação com o Estado.

Nesse sentido, outra tendência da indústria 4.0, destacada nos estudos de Santos e Previtali (2022) e Costa (2022) que constitui uma das unidades de análise referente à fragilização da resistência sindical ampliada com as mudanças por causa da COVID-19, as quais além “de afetar a saúde dos trabalhadores, o teletrabalho e o trabalho remoto geram o desmantelamento e o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora” (Neto; Araújo, 2021, p. 30). Logo, foi possível inferir a partir das produções de Santos e Previtali (2022) e Costa (2022) que essa tendência da Indústria 4.0 ao isolar os professores também enfraquece a luta coletiva da categoria docente. Servindo igualmente nesse caso aos interesses do Estado, para que o trabalhador não se enxergue como constituinte da classe trabalhadora e se conforme com as condições precárias do seu trabalho que impactam diretamente sua qualidade de vida.

Por isso, a importância do professor ampliar sua visão sobre a realidade e buscar lutar coletivamente para mudar essa condição. Os meios para atingir esse objetivo podem ser a atuação no movimento sindical ou a participação em cursos de formação/pós-graduação que possibilitem refletir sobre a alienação de trabalho a que estão expostos e desenvolver uma visão mais crítica. Isso poderia mobilizá-los em busca de transformação para a categoria como um todo, por

melhores condições de trabalho (salário, tempo para formação continuada, materiais, infraestrutura, etc.) e, conseqüentemente, a melhoria da sua qualidade de vida. Para Rola e Sakurada (2021, p. 89) “E é nossa tarefa perceber que o momento de crise do capitalismo abre possibilidades para a classe trabalhadora agitar-se e sair de uma postura de apatia [...]”. Assim, ao compreender que o modo de produção capitalista revela contradições (crises periódicas) dessa dinâmica do sistema capitalista que se movimenta por crises, a categoria docente deve assumir esse caráter revolucionário, visando a transformação das suas condições de trabalho e vida, tendo em vista não ser possível esperar do Estado a emancipação humana, por ele estar a serviço da classe dominante e agindo para manter a submissão da classe trabalhadora.

Outra tendência identificada na Indústria 4.0, em relação ao impacto das tecnologias digitais no trabalho docente destacada no estudo de Penteadó e Guimarães (2021, p. 6), consiste no realçamento das desigualdades nas regiões brasileiras no que tange ao acesso à internet e às tecnologias digitais, conforme discutido no segundo capítulo. Para Penteadó e Guimarães (2021, p. 4) “No Brasil, o contexto pandêmico escancara a realidade dos problemas de desigualdade social e de desinvestimentos na educação pública, colocando uma lente no abismo social entre as escolas públicas e privadas.” Assim, com base no estudo acima, compreendo que o período de pandemia da COVID-19 salientou as desigualdades sociais de acesso aos recursos tecnológicos necessários para o funcionamento do Ensino Remoto, tanto para professores, quanto para alunos.

Trago novamente como exemplo a empresa *Google*, que teve um aumento no uso da plataforma em práticas educacionais com o ensino remoto durante a pandemia da COVID-19. Para Adrião e Domiciano (2020, p. 667), “[...] o *Google* não é o mesmo para todos e em todos os lugares, posto que além da dificuldade de acesso, problema extensível a qualquer serviço digital, o que está disponível para os sistemas estaduais de educação também é desigual”. Dessa maneira, constato que não somente os serviços da empresa *Google* tem distribuição desigual nas diferentes regiões brasileiras, como também outros serviços digitais (internet, sinal telefônico etc.). Na pesquisa dos autores, ainda foi destacada a adesão de apenas três estados da região Norte (Rondônia, Acre e Amazonas) ao uso dos serviços da *Google* durante a pandemia para fins educativos, sendo díspar quando comparado às demais regiões do Brasil, tanto em aderência quanto ao acesso aos serviços ofertados a empresa. Ainda sobre o domínio das *Big Techs* na atualidade, Neto e Araújo (2021, p. 31-32) reafirmam:

A pandemia do coronavírus (Covid-19) consiste em uma oportunidade para que as grandes corporações financeiras que detêm o monopólio do conhecimento das novas tecnologias e o controle do universo cibernético sejam as principais beneficiadas. Os

grandes grupos do universo virtual – como a Amazon, de Jeff Bezos, e o Facebook e o WhatsApp, de Mark Zukerberg [sic] – ganharão trilhões com a modalidade EaD.

Nesse sentido, outro aspecto de intensificação e precarização do trabalho docente presente na Indústria 4.0, identificado no estudo de Santos e Previtali (2022) constituiu a unidade de análise sobre a utilização do *WhatsApp* como uma plataforma digital para contatos, interação e envio de arquivo as famílias e crianças, situação essa vivenciada pela maior parte dos educadores nessa etapa da educação básica. Durante o período da pandemia o aplicativo foi destaque na utilização de práticas educacionais por professores, estudantes e seus familiares, conforme evidencia Santos e Previtali (2022, p. 4) “Hoje, esse profissional tem maiores responsabilidades, carga horária aumentada para atender pais no *WhatsApp*, cobranças do Estado, dentre outras atribuições inerentes a [sic] sua área de atuação.”. Logo, apoiada no estudo acima é possível inferir que ao realizar sua função pelo aplicativo e destinar um tempo para o atendimento dos familiares dos alunos, o professor teve um aumento da carga de trabalho e consequentemente gerou uma maior intensificação e precarização das suas condições de trabalho nesse período.

O *WhatsApp*, conforme citado anteriormente, faz parte de uma das grandes empresas que dominam o mercado tecnológico, a Meta. Em uma pesquisa rápida no site oficial da empresa, os dados de usuários divulgados chegam à marca de mais de 2 bilhões de pessoas usando os serviços, em mais de 180 países, evidenciando a dominação e a rentabilidade da companhia no mercado.

Assim, ainda no estudo de Santos e Previtali (2022) foi possível relacionar o uso do *WhatsApp* pelos professores como uma plataforma digital para contatos, interação e envio de arquivo às famílias e crianças, que alavancou o processo de intensificação e precarização do trabalho docente provocado também pela implementação da Indústria 4.0 no setor educativo. Nesse cenário, esses profissionais devem desenvolver um perfil de trabalho para atuar numa sociedade altamente tecnológica. Diante disso, posso inferir que possivelmente o lucro das *Big Techs* pode ter aumentado no setor educacional durante e após a pandemia da COVID-19, com a venda e utilização de plataformas, sistemas e serviços digitais no ensino público, dividindo o lucro com o Estado, à custa da precarização e intensificação do trabalho dos professores.

Isto posto, considero que as inferências feitas durante a escrita deste capítulo possibilitaram descortinar algumas contradições presentes na indústria 4.0, que foram relacionadas à intensificação e precarização do trabalho docente. Finalizo ressaltando a importância da luta coletiva realizada pelos sindicatos na área da educação. Grande parte dos

avanços e conquistas por melhores condições de trabalho são fruto da participação da classe trabalhadora em sindicatos/entidades que buscam incansavelmente a garantia e cumprimento dos direitos dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escrita desta dissertação exigiu muita perseverança, leitura e comprometimento, possibilitando inúmeros aprendizados sobre a temática pesquisada. Em concordância com a introdução, meu enfoque nesse processo investigativo não poderia ser outro senão as condições de trabalho dos professores de educação infantil. Isso decorre tanto do meu interesse pessoal, quanto da emergência de pesquisas na área da educação relacionadas a esses profissionais, principalmente buscando desvelar as transformações ocorridas no trabalho docente em virtude da COVID-19.

Desta feita, no primeiro capítulo realizei a construção teórica que embasou este estudo, explanando alguns conceitos sobre trabalho, Estado, ideologia, trabalho docente e o seu processo de precarização, que foram fios condutores e balizaram todo o processo da escrita desta dissertação. Nesse ponto, igualmente me retive a apresentar as apreensões que fiz sobre o método materialista histórico-dialético, visando abordar as múltiplas determinações do fenômeno estudado. Reconheço que pesquisar pela ótica do marxismo requer dedicação e comprometimento para não cair na armadilha de reduzir a teoria de Marx, ou fazer uso de seus escritos de maneira equivocada. Por isso, reitero novamente que sou iniciante nos estudos marxistas e as ponderações realizadas nesta dissertação são de ordem principiante e passíveis a erro, salientando que estas ainda estão em processo de construção teórica e analítica.

Em sequência, o segundo capítulo discutiu aspectos teóricos essenciais sobre a Indústria 4.0 e os impactos produzidos na educação, bem como no trabalho docente. Nesse ponto, o esforço consistiu em reunir um embasamento teórico que permitisse uma melhor compreensão sobre as mudanças que ocorreram no mundo do trabalho com a incorporação da Indústria 4.0, a qual transformou o sistema de produção da atualidade, repercutindo nas esferas política, econômica, cultural e social. Essas transformações foram igualmente sentidas na área da educação, a qual foi o enfoque desta pesquisa. Busquei elucidar sobre o que é ser professor na Educação Infantil, uma vez que esse profissional atua diretamente com o público de crianças de zero a cinco anos, contendo especificidades únicas desta etapa da educação básica, que diferem sua rotina de trabalho dos demais professores que atuam em outras etapas. Para finalizar, também houve um esforço em elucidar as condições de trabalho desses profissionais e como estas podem gerar uma intensificação no exercício da função.

Dito isso, no terceiro capítulo, retomei o objetivo principal desta pesquisa, que consistiu em analisar como os estudos produzidos entre 2020 e 2022 revelam os impactos da COVID-19

no trabalho dos professores de Educação Infantil. A investigação foi realizada por meio de uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a construção de um *corpus* de análise que contém as produções acadêmicas divulgadas nas principais plataformas da comunidade acadêmica. Assim, realizei a elaboração de três categorias centrais a serem analisadas, por intermédio da técnica de análise de conteúdo e do materialismo histórico-dialético.

A primeira categoria, *Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil*, demonstrou com base nas produções acadêmicas investigadas que integram essa categoria, que esses profissionais enfrentaram as transformações ocorridas no fazer docente em decorrência da adesão ao Ensino Remoto no ano letivo de 2020. Essa mudança levou seu ambiente de trabalho para dentro de suas residências, gerando uma rotina de trabalho extenuante por conta de inúmeras dificuldades retratadas pelos professores. Dentre elas, destaco a limitação de interação e criação de vínculo com as crianças, os limites do ensino remoto para educação infantil no que tange ao desenvolvimento integral das crianças, e a dificuldade com a transposição didática, tendo em vista que o processo de ensino aprendizagem nessa etapa ocorre principalmente pela interação.

A investigação também revelou que houve uma acentuação na exploração do contingente feminino ao assumirem múltiplas atividades ligadas às tarefas domésticas e o seu trabalho (dupla jornada). Ressalto que a atuação docente nesta etapa da educação é majoritariamente feminina. Nesse sentido, também foi possível identificar uma sobrecarga de trabalho, na qual os professores, ao prestarem o atendimento aos familiares das crianças via *WhatsApp* (número pessoal) sem limite de horário, tiveram dificuldades de separar do tempo destinado ao trabalho e o reservado ao seu descanso. Essas transformações no trabalho docente acarretaram um estresse excessivo relacionado às mudanças e exigências ocasionadas pela COVID-19, que aumentaram o nível de sobrecarga mental, impactando diretamente na saúde dos professores.

Esses aspectos encontrados nas produções acadêmicas integradas a categoria *Caracterização dos impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil*, estão de acordo com a literatura utilizada na fundamentação teórica presente nos dois primeiros capítulos deste texto. Um bom exemplo é o trabalho de Galvão e Saviani (2021), os quais asseveram que o Ensino Remoto favoreceu os interesses privatistas que tomam a educação como mercadoria. Eles destacam o processo de exclusão tecnológica promovido e a acentuação dos fenômenos da precarização e intensificação do trabalho docente e dos demais servidores da área da educação.

A segunda categoria, *O papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente*, apresentou como nas produções acadêmicas que compõe

esta categoria, foram evidenciadas as ações que o Estado realizou durante a pandemia, sendo possível destacar principalmente o aligeiramento na imposição do uso das tecnologias digitais no processo de aprendizagem durante o período de isolamento social, bem como, a inexistência ou precariedade no fornecimento de formação continuada para inserção das tecnologias digitais na prática dos professores.

Ainda na categoria acima, tornou-se igualmente evidente que o suporte fornecido pelo Estado aos professores durante a pandemia foi insuficiente e falhou em garantir políticas de acompanhamento do trabalho docente e de investimento em materiais e serviços necessários para realização do ensino remoto, como computadores, tablets, celulares, internet etc. Assim, foi possível confirmar que o Estado participou ativamente na produção e manutenção da intensificação e precarização do trabalho do professor, especificamente no período da pandemia. As ações empreendidas pelo Estado colaboraram para a conversão da educação em mercadoria, visando servir aos interesses privativos das grandes empresas líderes do mercado econômico, em detrimento da garantia de uma educação de qualidade para formar a classe trabalhadora. Nesse sentido, essas ações também falharam em fornecer melhores condições de trabalho para os professores, categoria essa que faz parte da classe explorada pelo capitalismo (Galvão; Saviani, 2021; Martins *et al.*, 2021).

A terceira categoria, *As evidências de intensificação e precarização no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da indústria 4.0*, possibilitou por meio da leitura das produções acadêmicas pertencentes a essa categoria, a identificação dos avanços da tecnologia na indústria 4.0 e os impactos na natureza das relações de trabalho, tratando especificamente do professor da atualidade.

A primeira constatação na categoria acima foi em relação ao perfil docente necessário para ter inserção na Indústria 4.0. Nesse cenário, os profissionais devem ser adaptáveis às tecnologias e estar conectados em qualquer tempo ou espaço. Os professores têm, então, seu papel como intelectuais deslocado para o de um mero apresentador de conteúdo. Em concordância com o referencial teórico utilizado no segundo capítulo, como Antunes e Filgueiras (2020), o trabalho digital vem desfazendo a possibilidade de separação entre o tempo no trabalho e o tempo de vida que acontece fora dele. Para Shiroma *et al.* (2017), o fetiche da tecnologia dificulta percebê-la como produto das relações de produção capitalista.

Nesse sentido, foi possível identificar nas produções acadêmicas integrantes dessa categoria, alguns aspectos de intensificação e precarização do trabalho docente em virtude da Indústria 4.0, dentre eles destacou-se a limitação da autonomia docente, a acentuação do controle e monitoramento do trabalho desses profissionais e um profundo ataque à sua subjetividade. O

isolamento dos professores durante o ensino remoto, ao realizarem o trabalho exclusivamente pelos meios tecnológicos, causou uma fragilização da resistência sindical. Isso serviu aos interesses do Estado, na medida em que, com contato limitado dos demais colegas, os trabalhadores não conseguiam se enxergar como constituintes da classe trabalhadora, conformando-se às condições precárias do seu trabalho, as quais impactam diretamente sua qualidade de vida.

Outro aspecto de precarização e intensificação identificado nas produções acadêmicas desta categoria, relacionou-se ao uso do *WhatsApp* como uma plataforma digital para contatos, interação e envio de arquivos para familiares e crianças. Tal ação, foi conveniente apenas aos interesses privados de grandes empresas e do Estado que investe dinheiro público para compra de sistemas educacionais, garantindo que os donos do capital continuem acumulando riqueza, enquanto a classe trabalhadora continua sendo exaurida em todos os aspectos.

Por fim, ainda nas produções acadêmicas da categoria acima, foi plausível reconhecer duas tendências da Indústria 4.0 na educação, em que é feita uma disseminação dos professores como desqualificados para lidar com as novas tecnologias, e o realçamento das desigualdades nas regiões brasileiras no que tange o acesso à internet/tecnologias digitais. Assim, consegui inferir que os lucros das *Big Techs* apresentaram aumento no setor educacional durante e após a pandemia da COVID-19, com a venda e utilização de plataformas/sistemas de ensino e serviços digitais no ensino público, tendo o Estado como principal investidor, à custa da precarização e intensificação do trabalho do professor (Adrião; Domiciano, 2020; Antunes; Filgueiras, 2020).

Desta feita, durante a escrita dos três capítulos que constroem essa pesquisa, o empenho foi feito para alcançar os objetivos específicos de: investigar o papel do Estado como regulador dos fenômenos de precarização e intensificação do trabalho docente; sistematizar os estudos produzidos no período de (2020-2022) que analisaram os impactos do COVID-19 nas condições de trabalho dos professores da educação infantil; identificar na bibliografia as possíveis mudanças ocorridas no trabalho dos professores em razão da COVID-19; relacionar as evidências da intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da implementação da indústria 4.0.

Assim, algumas possíveis respostas puderam ser formuladas para o problema de pesquisa: como os estudos apontam que a COVID-19 impactou, no período de pandemia (2020 - 2022), o trabalho dos professores do segmento de Educação Infantil? Seguindo a ordem de apresentação dos capítulos, conforme apresentado acima, foi evidenciado pelas produções acadêmicas que o papel do Estado na produção da fenômeno de precarização durante a pandemia da COVID-19 acentuou-se por suas ações não proporcionarem as condições de trabalho

necessárias para o professor desenvolver sua função. De modo que falha ao fornecer formação continuada e acompanhamento a esses profissionais, bem como, proporcionar os materiais pedagógicos necessários para realização do ensino remoto: computadores, tablets, celulares, internet etc. Assim, são evidenciados novos instrumentos de controle da ação do professor a partir da pressão psicológica gerando conflitos emocionais e adoecimento. Sendo destacado igualmente, o atraso, redução e parcelamento de salários durante a pandemia.

Em sequência, o segundo capítulo abordou a Indústria 4.0 e seus impactos na educação, relacionando as evidências da intensificação e precarização ocorridas no trabalho dos professores de educação infantil em virtude da implementação da Indústria 4.0. Ressaltei, então, aspectos como a alteração do perfil docente e as tendências da referida indústria que impactaram o trabalho desses profissionais.

Enfim, no terceiro capítulo realizei um esforço em caracterizar os impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil, admitindo que essas foram as inferências possíveis com base no método materialista e por meio da técnica análise de conteúdo. Assim, outras pesquisas, ao usarem métodos e procedimentos diferentes, podem atingir resultados distintos dos explanados neste texto.

Por meio deste estudo, considero que pude colaborar com as pesquisas na área da Educação, principalmente ao público de professores de educação infantil. A presente pesquisa agregou conhecimento ao campo, realizando uma sistematização das produções acadêmicas produzidas no período de (2020-2022) que possibilitou empreender inferências sobre o impacto da COVID-19 no trabalho dos professores do segmento de Educação Infantil. Também foi possível constatar o papel do Estado e a influência da Indústria 4.0 na profissão docente ao fomentar sua intensificação e precarização.

Em relação aos desafios enfrentados durante o processo investigativo, o maior deles consistiu em alterar a pesquisa para um estudo bibliográfico, por orientação da banca de qualificação e da minha professora orientadora.

Saliento também que ao realizar esta pesquisa agreguei conhecimento à minha formação como professora. Ao estudar os impactos da COVID-19 no trabalho dos professores de Educação Infantil, notei a importância de estudos que se dediquem a esses profissionais para que a educação dos filhos da classe trabalhadora possa ser transformadora. As condições que os docentes realizam seu trabalho são essenciais para que esse objetivo seja alcançado. Ademais, ampliei meu olhar sobre o curso de pós-graduação ofertado pela Faed da Udesc, que me permitiu vivenciar um ensino público e de qualidade, que expandiu um horizonte de possibilidades na constituição do meu ser professora/pesquisadora.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 668-684, 2021. DOI: 10.22420/rde.v14i30.1223. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1223>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ALESSI, Sandra Mara *et al.* A crise sanitária aliada às consequências da pandemia pela Covid-19 no contexto da crise do capital. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 31, n. 67, p. 8-21, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

AMORIM, Rodrigo Mascarenhas *et al.* Agenda Brasileira para a Indústria 4.0: Avaliação do Estágio de Execução das Medidas Propostas. **Rev. FSA**, Teresina, v. 17, n. 8, p. 20-47, ago. 2020. Disponível em: <http://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2067>. Acesso em: 14 fev. 2024.

ANPEd. manifesto ANPEd | Educação a Distância na Educação Infantil, não! Rio de Janeiro: ANPEd, 2020. Disponível em: <https://www.anped.org.br/news/manifesto-anped-educacao-distancia-na-educacao-infantil-nao>. Acesso em: 7 abr. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995, p. 13-38.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901/pdf>. Acesso em: 12 dez. 2023.

ARCE, Alessandra.; MARTINS, Lígia Márcia (org.). **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?** Em defesa do ato de ensinar. Campinas: Alínea, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.

BENINI, Elcio Gustavo *et al.* Educação em tempos de crise: educação a distância como forma de desvalorização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 18, n. 3, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/hLZ6sF8hmNy7sSBb3xkFQ7t/?format=pdf>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BONINI, Taynan Filipini. **A educação básica em tempos de isolamento social: experiências e percepções de professores**. 2022. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho (UNINOVE), São Paulo. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/NOVE_53f5b9746b99417734b5ddd13056f866. Acesso em: 05 maio 2024.

BRASIL. **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Atualizado em 12 jul. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/orgaos/agencia-nacional-de-vigilancia-sanitaria>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. **Agenda Brasileira para a Indústria 4.0**. O Brasil preparado para os desafios do futuro. Curitiba, 12 abr. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/suframa/pt-br/assuntos/industria4-0_cits_ahk.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. **Coronavírus**. Brasil: Ministério da Saúde,, [202-]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/coronavirus>. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 4 abr. 2024.

BRASIL. **Síndrome de Burnout**. Brasil: Ministério da Saúde, [s. d.]a Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-de-burnout#:~:text=S%C3%ADndrome%20de%20Burnout%20ou%20S%C3%ADndrome,justamente%20o%20excesso%20de%20trabalho>. Acesso em: 5 abr. 2024.

BRASIL. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)**. Brasil, [s. d.]b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CARVALHO, Mark Clark Assen de *et al.* A educação municipal em Rio Branco no contexto da pandemia: dispositivos operacionais e a organização do trabalho pedagógico escolar. *Revista Educar Mais*, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 125–138, 2021. DOI: 10.15536/reducarmais.5.2021.2120. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2120>. Acesso em: 7 maio 2024.

CHAVES, Marta; FRANCO, Adriana de Fátima. Primeira Infância: educação e cuidados para o desenvolvimento humano. In: MARTINS, Lígia; ABRANTES, Angelo Antonio; DIAS FACCI, Marilda Gonçalves (org.). **Periodização Histórico-Cultural do desenvolvimento psíquico do nascimento à velhice**. Campinas, SP: Autores Associados, 2016, p. 109-126.

CODO, Wanderley (coord.). **Educação: carinho e trabalho – Burnout**, a síndrome de desistência do educador, que pode levar à falência da educação. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

CONDE, Soraya Franzoni. As condições de trabalho dos professores de educação infantil em Santa Catarina, Brasil. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 29, n. 3, 2018. DOI: 10.32930/nuances.v29i3.4399. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/4399>. Acesso em: 24 maio 2023.

COSTA, Matheus Felisberto. Precarização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil: tendências a perenizar o temporário?. In: XIV ANPED-Sul, **Formação e Trabalho Docente: tensões e perspectivas na educação brasileira**. Evento Online, 2022. p. 1–8. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/43/10739-TEXT0_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 28 abr. 2024.

COUTINHO, Angela Scalabrin *et.al* . Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 22, n. Especial, p. 1478-1503, dez./dez., 2020. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroiseis/article/view/78785>. Acesso em: 05 maio 2024.

DUARTE, Newton. **Os conteúdos escolares e a ressurreição dos mortos**: contribuição a teoria histórico-crítica do currículo. Campinas: Autores Associados, 2016.

DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

EVANGELISTA, Olinda; TRICHES, Jocemara. Jovem Professor: um forte! In: SILVA, Mariléia Maria da; QUARTIERO, Elisa Maria; EVANGELISTA, Olinda (org.). **Jovens, Trabalho e Educação**: a conexão subalterna de formação para o capital. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2012. p. 277-316.

FERREIRA, Edirê S.; SIQUEIRA, Maria Juracy Toneli. Saúde das professoras das séries iniciais: o que gênero tem a ver com isso? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 76-83, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/M3nDNgbJ83VNt9w3d4PgdhC/?lang=pt#>. Acesso em: 26 out. 2023.

FIERA, Leticia; EVANGELISTA, Olinda; FLORES, Renata. Chantagem como estratégia para assegurar o “direito de aprendizagem” aos “vulneráveis”. In: SOARES, Sávila Bona V. *et al*. **Coronavírus. Educação e luta de classes no Brasil**. Vol. 1. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020. p. 21-28. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/05/coronavc3adrus-educac3a7c3a3o-e-luta-de-classes-no-brasil-2.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivanir (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 69-90.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A polissemia da categoria trabalho e a batalha de ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, v.14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 jan. 2023

GALVÃO, Ana Carolina; SAVIANI, Dermeval. Educação na pandemia: a falácia do ensino remoto. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 31, n. 67, p. 36-49, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

GATTELLI, Rúbia; PRZYBYLSKI, Simone. **Portal de Periódicos Capes**. Pesquisa: uso de operadores booleanos e caracteres especiais. Sistema de Bibliotecas, Universidade Federal do Rio Grande (FURG), [202-]. Disponível em: https://biblioteca.furg.br/images/TuT_PPCPesq__uso__ope__booleanos.pdf. Acesso em: 5 abr. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, Leda Aparecida Vanelli Nabuco de. As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical. **Revista Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 111, p. 206-219, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sdeb/a/csTLDPyFBWXLBtCnSn6R8qp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2023.

GOMES, Valdete Aparecida Fernandes Moutinho; NUNES, Célia Maria Fernandes; PÁDUA, Karla Cunha. Condições de trabalho e valorização docente: um diálogo com professoras do ensino fundamental I. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos RBEP-INEP**, Brasília, v. 100, n. 255, p. 277-296, maio/ago. 2019. Disponível em:

<http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3733>. Acesso em: 03 nov. 2023.

HYPOLITO, Álvaro Moreira *et al.* Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, Brasil, v. 9, n.2, p.100-112, jul./dez. 2009. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/hypolito-vieira-pizzi.pdf>. Acesso em: 25. jun. 2023.

HARVEY, David. **Os limites do Capital**. Tradução Magda Lopes. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

IASI, Mauro. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

KONDER, Leandro. **Marx**. Vida e Obra. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

LAZARETTI, Lucinéia Maria. Cadê o conteúdo que estava aqui? Interloquções entre Base Nacional Comum Curricular e a Educação Infantil. *In*: MATOS, Neide da Silveira Duarte; ORSO, Paulino José (org.). **A pedagogia histórico-crítica, as políticas educacionais e a Base Nacional Comum Curricular**. Campinas: Autores Associados, 2020. p. 107-130.

LENIN, Vladimir Illich Ulianov. **Sobre o Estado**: conferência de Lenin em 1919 na Universidade Sverdlov. São Paulo: Edições ISKRA, 2013.

LIMA, Penélope Ferreira de Medeiros; LAGARES, Rosilene; LEITÃO, Keila de Sousa. Trabalho Docente em Tempos de Pandemia no Sistema de Ensino do Tocantins: impactos e (des)amparos. *In*: **3ª Reunião Científica da ANPED-Norte**, Palmas/ TO. 2021. p. 1-6. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/8737-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 10 jan.2024.

MACHADO, Michelle Castanho. **O peso de estar em casa**: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office. 2021. 102p. Dissertação (Mestrado em Administração) — Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento. Disponível em: <https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/rii/5933>. Acesso em: 18 fev. 2024.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Introdução de Jacob Gorender. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Vol. 1. Tradução de Ruben Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MARTINS, Lígia Márcia. As aparências enganam: divergências entre o materialismo histórico-dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa. *In*: 29ª REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2006, Caxambu, MG. **Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, MG, 2006. Disponível em: <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT17-2042--Int.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MARTINS, Lígia Márcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, Bruna Rafaela Rodrigues Martins *et al.* Vivências extensionistas com crianças e adolescentes em uma periferia. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 31, n. 67, p. 124-139, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

MEIRINHO, Zé Victor. Fintechs, startups e big techs: entenda significados e exemplos no mundo. **TechTudo**, [s. l.], 29 set. 2023. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/guia/2023/09/fintechs-startups-e-big-techs-entenda-significados-e-exemplos-no-mundo-edsoftwares.ghhtml>. Acesso em: 4 abr. 2024.

MENEZES, Kelly Maria Gomes Menezes *et al.* Os impactos do ensino remoto para a saúde mental do trabalhador docente em tempos de pandemia. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 31, n. 67, p. 50-61, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: Minayo, Maria. Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2002.

NAKAMURA, Sueli Rosa *et.al* . Formação e atuação de professores da educação infantil em tempos de pandemia: Uma análise crítico-dialética. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 17, n. esp.1, p. 0953–0966, 2022. DOI: 10.21723/riace.v17iesp.1.16328. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16328>. Acesso em: 3 jan. 2024.

NETO, Artur Bispo dos Santos; ARAUJO, Lorraine Marie Farias de. Ensino a Distância (EaD). **Universidade e Sociedade**. Brasília, ano 31, n. 67, p. 22-35, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 19 jan. 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Camila Alberto Vicente de; FREITAS, Larissa Batista de. Organização da Escola Pública e do Trabalho Docente na Pandemia: o papel do CME de Jataí-Goiás. *In: XVI Reunião da Anped Centro-Oeste, Reunião Regional da Anped*. 2022. p. 1–3. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/47/11301-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 12 maio 2022.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NM7Gfq9ZpjpVcJnsSFdrM3F/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 maio 2023.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente. *In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancelli; VIEIRA, Livia Fraga. Dicionário de verbetes: trabalho, profissão e condição docente*. Belo Horizonte: GESTRADO/UFGM, 2010. Disponível em: <https://gestrado.net.br/dicionario-de-verbetes/>. Acesso em: 4 abr. 2024.

OLIVEIRA, Lourival José de; PIRES, Ana Paula Vicente. Da precarização do trabalho docente no Brasil e o processo de reestruturação produtiva. **Revista do Direito Público**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 73–100, 2014. DOI: 10.5433/1980-511X.2014v9n1p73. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/view/17128>. Acesso em: 8 maio 2023.

PASQUALINI, Juliana Campregher; LAZARETTI, Lucinéia Maria. **Que educação queremos?: um manifesto em defesa da educação escolar para crianças pequenas**. Bauru, SP: Mireveja, 2022.

PAULINO, Maria Janorma da Silva; SOUSA, Felipe Neris Torres de. A Prática Docente em Tempos de Pandemia: Desafios do Ensino Remoto na Educação Infantil. **Id on Line Revista Psicologia**, V.15, n. 57, p. 261–268, 2021. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3204>. Acesso em: 17 fev. 2024.

PENTEADO, Regina Zanella; GUIMARÃES, Belarmino Cesar. Trabalho Docente com Videoaulas em EAD: Dificuldades de Professores e Desafios para a Formação e a Profissão Docente. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.37. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/KxHNB8BpTrJZLbfnbVVTkkJ/?lang=pt>. Acesso em: 08 jan. 2024.

PESSÔA, Kaline Oliveira da Cunha. **Trabalho e Educação: a formação da subjetividade na Indústria 4.0**. 2021. 250p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/8501f559-4021-4b4f-a443-9b478569155d>. Acesso em: 4 abr. 2024.

PINTO, Juverlande Nogueira *et al.* Travessias e (des)encontros: práticas pedagógicas remotas na educação infantil em Rolim de Moura/RO. *Revista Educar Mais, [S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 45–64, 2021. DOI: 10.15536/reducarmais.5.2021.2122. Disponível em:

<https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2122>. Acesso em: 8 maio 2024.

PREVITALI, Fabiane Santana; FAGIANI, Cílon César. Trabalho docente na educação básica no Brasil sob indústria 4.0. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 156-165, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/82504>. Acesso em: 12 fev. 2024.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Carta Aberta ao CNE. Brasília:** Rede Nacional Primeira Infância, 2020. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Carta-Aberta-ao-CNE.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2024.

REICH, Wilhelm. **Materialismo Dialético e Psicanálise**. 3. ed. Lisboa: Biblioteca de Ciências Humanas, 1977.

ROLA, Alexandre Marques; SAKURADA, Priscila Keiko Cossual. Crise e contrarrevolução burguesa brasileira. In: **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 31, n. 67, p. 80-93, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 18 jan. 2023.

ROMAN, Marcelo Domingues. Neoliberalismo, Política Educacional e Ideologia: As Ilusões da Neutralidade da Pedagogia como Técnica. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 153-187, 1999. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/108068>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SANTOS, Janiely dos; PREVITALI, Fabiane Santana. A Precarização do Trabalho Docente e Seus Desafios. In: **XVI Reunião da Anped Centro-Oeste, Reunião Regional da Anped**. 2022. p. 1–6. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/47/11551-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em: 09 maio 2024.

SANTOS, Márcia Luiza dos. **Formação Continuada na rede municipal de ensino de Florianópolis:** Financeirização da Educação Básica e a (Con)formação docente. 2019. 360p. Tese (Doutorado em Educação) — Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/296/M_rcia_Luzia_dos_Santos_15832511970857_296.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, PA, v. 10, n. 1, p. e020063, 2020. DOI: 10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1463. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/1463>. Acesso em: 20 maio 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia:** teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação política. 32. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 12. ed. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 2021.

SHIROMA, Eneida Oto *et al.* A tragédia docente e suas faces. In: EVANGELISTA, Olinda; SEKI, Allan Kenji (org.). **Formação de professores no Brasil**: leituras e contrapelos. 1. ed. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2017. p. 17-58. Disponível em: https://www.academia.edu/38303618/Formação_de_professores_no_Brasil_leituras_a_contrapelo. Acesso em: 4 abr. 2024.

SILVA, Analigia; MARTINEZ, Flavia Magrinelli Wegrzyn. O lugar das tecnologias digitais no trabalho docente em tempos de ensino remoto. **Educação em Análise**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 179–200, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/44032>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVA, Fernanda Duarte Araújo .; SOUZA, Vilma Aparecida de; NUNES, Héliida Cristina. Educação Infantil no contexto da pandemia: novas demandas para o trabalho e a formação docente . **Devir Educação**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. e–380, 2022. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/380>. Acesso em: 30 abr. 2024.

SILVEIRA, Juliano. O teletrabalho coletivo durante a pandemia da Covid-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 316-332, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/76802>. Acesso em: 18 dez. 2023.

SOARES, Sália Bona V. Coronavírus e a modernização conservadora da educação. In: SOARES, Sália Bona V, *et al.* **Coronavírus. Educação e luta de classes no Brasil**. Vol. 1. Brasil: Editora Terra Sem Amos, 2020. p. 5-14. Disponível em: <https://terrasemamos.files.wordpress.com/2020/05/coronavc3adrus-educac3a7c3a3o-e-luta-de-classes-no-brasil-2.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2024.

SOUZA, Edvânia Ângela de, *et al.* A pandemia do novo coronavírus: covid-19 e a relação trabalho e saúde na educação. **Universidade e Sociedade**, Brasília, ano 31, n. 67, p. 62-79, 2021. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em: 4 abr. 2024.

SOUZA. Fernanda Maria. **Mal-estar docente na educação infantil**: estudo exploratório em um Centro Municipal de Educação Infantil de Salvador/Bahia. 2021. 125p. Dissertação (Mestrado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Bahia. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_c31ae9d225a12b56a3a3875e0f21e1a0. Acesso em: 22 fev. 2024.

SOLDATELLI, Rosangela. Processo de adoecimento de professores amplia durante pandemia. **Esquerda Marxista**. Corrente Marxista Internacional, 2020. Disponível em: <https://www.marxismo.org.br/processo-de-adoecimento-de-professores-amplia-durante-pandemia/>. Acesso em: 24 fev. 2024.

SOMMERHALDER, Aline ; POTT, Eveline Tonelotto Barbosa; ROCCA, Concetta La. A educação infantil em tempo de SARS-CoV-2: a (re)organização dos fazeres docentes. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e254817, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/Z7WPxPnKhFT93spLGMxV6tB/?lang=pt>. Acesso em: 13 nov. 2023.

TAVARES, Hugo Moura. Raymond Williams: pensador da cultura . **Revista Ágora**, [S. l.], n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1927>. Acesso em: 2 abr. 2023.

TSÉ-TUNG, Mao. **Cinco Teses Filosóficas**. 2. ed. [S.l.]: Edições Nova Cultura, 2018. Disponível em: <https://www.novacultura.info/cincotesesfilosoficas>. Acesso em: 4 abr. 2024.

VIEGAS, Moacir Fernando. Trabalhando todo o tempo: sobrecarga e intensificação no trabalho de professoras da educação básica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e2441193, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/7Jx7mQXpBGZp5CLgcW94WHy/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 maio 2023.

ZANLUCA, Júlio César. A Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. **Guia Trabalhista**, Curitiba, [s. d.]. Disponível em: <https://www.guiatrabalhista.com.br/tematicas/clt.htm>. Acesso em: 4 abr. 2024.

APÊNDICES: *CORPUS* DE ANÁLISE

APÊNDICE A - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)

(continua)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
O peso de estar em casa: uma análise acerca da percepção das profissionais docentes em relação a sobrecarga de trabalho no home office	Dissertação o 2021	Pesquisa Descritiva Método Survey Questionários	Michelle Castanho Machado	Os resultados apontaram que as mulheres docentes indicam percepção de sobrecarga de trabalho no home office durante a pandemia da COVID-19, apesar de algumas diferenças de percepção de acordo com o nível de ensino em que atuam, considerando variáveis como excesso de ruídos durante as aulas online; conflitos com pais, alunos ou responsáveis, pressões no trabalho e aumento de exigências cognitivas e uso da memória.	Sobrecarga de trabalho/ Rotina de trabalho docente em casa no Ensino Remoto/ Impactos na saúde docente	https://repositorio.unipampa.edu.br/jspui/handle/riu/5933
Mal-estar docente na educação infantil: estudo exploratório em um Centro Municipal de Educação Infantil de Salvador, Bahia	Dissertação o 2021	Pesquisa Exploratória Qualitativa Fenomenologia	Fernanda Maria Souza	Sobre as narrativas das experiências relacionadas ao mal-estar vivenciado pelas professoras que trabalham no CMEI, sujeitos dessa pesquisa, no contexto da pandemia da COVID-19, constatou-se que muitos foram os desafios por elas enfrentados diante das novas exigências, práticas e demandas ocasionadas pela substituição de aulas presenciais pelo ensino remoto, envolvendo não só o uso da tecnologia como ferramenta de ensino, sem formação específica para tal, como também a falta de materiais e equipamentos imprescindíveis ao processo de ensino e aprendizagem.	Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada Impactos na saúde docente	http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFBA-2_c31ae9d225a12b56a3a3875e0f21e1a0

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE A - BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES (BDTD)

(conclusão)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
A educação básica em tempos de isolamento social: experiências e percepções de professores	Dissertação 2022	Pesquisa qualitativa a Questionários	Taynan Filipini Bonini	Os resultados apontam que, tendo em vista a relação professor-aluno, evidenciou-se a timidez e o distanciamento dos estudantes e, ao mesmo tempo, o esforço dos docentes em “alcançar os alunos”, lidando com a desmotivação, o cansaço pelo excesso de atividades, as barreiras no tocante à aprendizagem, questões socioeconômicas e aspectos emocionais.	Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada	http://bdtb.ibict.br/vufind/Record/NOVE_53f5b9746b99417734b5dd13056f866

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B - SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE (SCIELO):

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
A educação infantil em tempo de SARS-CoV-2: a (re)organização dos fazeres docentes	Artigo 2022	Qualitativa/Quantitativa Desenho metodológico de survey Questionários	Aline Sommerhalder; Eveline Tonelotto Barbosa Pott; Concetta La Rocca	Neste artigo, evidenciou-se que, para as(os) professoras(es), a implementação de ações remotas ou não presenciais com famílias e crianças se constitui em uma tarefa bastante desafiadora e exigente, especialmente porque muitos não tiveram uma formação específica para usar as tecnologias como recursos centrais da organização pedagógica no âmbito da educação infantil. Neste sentido, as(os) professoras(es) buscaram recursos em suas próprias experiências cotidianas anteriores, a partir de ferramentas tecnológicas utilizadas em sua vida pessoal, por exemplo, WhatsApp® e Facebook.	Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada	https://www.scielo.br/j/ep/a/Z7WPxPnKhFT93spLGMxV6tB/?lang=pt
Trabalho Docente com Videoaulas em EAD: Dificuldades de Professores e Desafios para a Formação e a Profissão Docente	Artigo 2021	Revisão Bibliográfica Análise de conteúdo	Regina Zanella Penteado; Belarmino Cesar Guimarães	Em tempos de educação digital, a produção de videoaulas é uma prática constituinte do trabalho docente que precisa ser analisada e compreendida (inclusive para estudo da socialização profissional)- e este artigo mostrou uma faceta dessa realidade da docência na EaD que tensiona a profissionalização e traz novos desafios para a formação docente, ainda mais quando as novas formas de mediação tecnológica trazem estruturas que modificam as condições de trabalho, a noção de presencialidade e as práticas de ensino.	Perfil docente na Indústria 4.0	https://www.scielo.br/j/edur/a/KxHNB8BpTrJZLbfnbVVTkkJ/?lang=pt
Educação a distância na reprodução do capital: entre a ampliação do acesso e a precarização e alienação do trabalho docente	Ensaio Teórico 2021	Materialismo Histórico-Dialético	Elcio Gustavo Benini; Maria Dilnéia Fernandes; Gustavo Henrique Petean; Raphael Camargo Penteado; Luana Silvy de Lorenzi Tezza Magni	Se, por um lado há uma democratização do acesso à educação, a racionalização do trabalho, além de possibilitar uma educação mais acessível, relaciona-se, de forma imediata, com a precarização e alienação do trabalhador docente e, intrinsecamente e de forma mais ampla, com a diminuição do valor da força de trabalho geral, uma vez que diminuem os custos relacionados com a produção da mercadoria força de trabalho.	Ações realizadas pelo Estado durante a pandemia da covid-19	https://www.scielo.br/j/tes/a/hLZ6sF8hmNy7sSBb3xkFQ7t/?lang=pt

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C - PERIÓDICOS CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR):

(continua)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
Educação Infantil no contexto da pandemia: novas demandas para o trabalho e a formação docente	Artigo 2022	Pesquisa Bibliográfica Entrevistas	Fernanda Duarte Araújo Silva; Vilma Aparecida de Souza; Hélida Cristina Brandão Nunes	É necessário evidenciar os princípios educativos com os quais compartilhamos nossas ideias, além de obter mais espaços para falar dos nossos afetos e emoções. Com isso, desconstruiremos a sociedade do “espetáculo” que exige profissionais alegres, ativas e produtivas, uma vez que a responsabilidade diante do acompanhamento do trabalho e da formação docente é do Estado e das instituições de ensino. Destaco a necessidade de as escolas e as secretarias de educação escutarem e dialogarem com as profissionais da área da educação, no intuito de identificar as necessidades formativas. Assim, conseguiremos nos constituir enquanto grupo que busca por melhores condições de trabalho e, consequentemente, de vida.	Suporte fornecido aos professores durante a pandemia covid-19	http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/380
O teletrabalho coletivo durante a pandemia da Covid-19: um relato de experiência na educação infantil de Florianópolis	Artigo 2021	Relato de Experiência	Juliano Silveira	A importância de se expor um relato acerca de uma proposta coletiva de trabalho na educação infantil em tempos de pandemia, chamando a atenção para o quanto as ações docentes podem se beneficiar da partilha com outras profissionais, de um processo de pensar e planejar em conjunto e dos mútuos e múltiplos aprendizados que podem decorrer do processo. De fato, esse “acordar” para uma coletividade que muitas vezes nos é usurpada pela lógica dos tempos que compõem o cotidiano da educação infantil se provou extremamente relevante para o desenvolvimento de nossas ações na perspectiva de um teletrabalho.	Sobrecarga de trabalho Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada	https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/76802

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C - PERIÓDICOS CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR):

(continuação)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
Formação e atuação de professores da educação infantil em tempos de pandemia	Artigo 2022	Pesquisa Bibliográfica Materialismo Histórico-Dialético Pedagogia Histórico-Crítica	Sueli Rosa Nakamura; Viviane Aparecida Bernardes de Arruda; Marta Silene Ferreira Barros; Camila Crude dos Santos	Deveras, os impactos causados pela pandemia em decorrência do vírus Sars-Cov 2, gerador do estado pandêmico de COVID-19, são evidentes e ainda poderão ser maiores até serem contidos. Por esta ótica, a formação continuada de professores, como mencionada neste estudo, iniciou-se gradativamente, levando em consideração a realidade de cada região, estado e município brasileiro. Dessa forma, cada qual agiu tendo como base as vivências e experiências ocasionadas durante o período pandêmico, em que a cada momento mudanças repentinas acerca do vírus se fizeram presentes no Brasil e no mundo.	Sobrecarga de trabalho	https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16328
A Prática Docente em Tempos de Pandemia: Desafios do Ensino Remoto na Educação Infantil	Artigo 2021	Pesquisa mista qualitativa Questionário Online	Maria Janorma da Silva Paulino; Felipe Neris Torres de Sousa	Concluiu-se que o maior desafio enfrentado na prática docente durante a pandemia está relacionado com o manuseio dos recursos tecnológicos e que os mesmos possuem acompanhamentos pedagógico e psicológico para subsidiar a sua prática por meio da Secretaria Municipal de Educação. Além disso, boa parte dos professores buscaram outros cursos durante esse período atípico que pudessem contribuir com o ensino remoto na Educação Infantil.	Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada	https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/3204
O lugar das tecnologias digitais no trabalho docente em tempos de ensino remoto	Artigo 2021	Pesquisa mista qualitativa Questionário Online	Ana Ligia Silva; Flavia Magrinelli Wegrzyn Martinez	Os dados apontam que o momento pandêmico aligeirou e impôs o uso das tecnologias digitais no processo de ensino e aprendizagem, sem que o professor tivesse formação inicial ou contínua para a inserção desses recursos em suas práticas.	Ações realizadas pelo Estado durante a pandemia da covid-19	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/44032

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C - PERIÓDICOS CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR):

(continuação)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
Direitos trabalhistas e trabalho remoto na educação infantil durante a pandemia: resultados de pesquisa	Artigo 2020	Transcrição de live	Angela Scalabrin Coutinho; Edna Lopes; Livia Fraga Vieira; Patrícia Trópia	O texto apresenta no contexto da pandemia da Covid-19, a percepção das lideranças sindicais da educação sobre o trabalho remoto e os direitos trabalhistas de sujeitos docentes da Educação Infantil, bem como, as orientações e as ações desenvolvidas pelas referidas entidades que representam os/as profissionais da Educação Infantil.	Ações realizadas pelo Estado durante a pandemia da covid-19	https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/78785
Travessias e (des)encontros: práticas pedagógicas remotas na educação infantil em Rolim de Moura/RO	Artigo 2021	Pesquisa Qualitativa Entrevistas	Juverlande Nogueira Pinto; Edre Almeida Corrêa; Bianca Santos; Chisté; Vanderleia de Lourdes; Rodrigues Lopes de Oliveira	Seus relatos demonstraram as dificuldades apresentadas por elas, principalmente ligadas a falta de intimidade com a utilização dos recursos tecnológicos digitais para fazer a mediação e chegar até as crianças. Pois, as professoras da Educação Infantil não utilizavam com frequência esses recursos em suas aulas.	Principais dificuldades apontadas por professores com Ensino Remoto/Formação Continuada	https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2122

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C - PERIÓDICOS CAPES (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR):

(conclusão)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
A educação municipal em Rio Branco no contexto da pandemia: dispositivos operacionais e a organização do trabalho pedagógico escolar	Artigo 2021	Pesquisa Documental	Mark Clark Assen de Carvalho; Rafael Marques Gonçalves; Jean Mauro de Abreu Moraes; Josenir de Araújo Calixto	Ao seu turno, a crise trouxe, também, novas determinações que impactaram diretamente as lógicas de organização do trabalho pedagógico escolar, criando novas dinâmicas, tarefas, fazeres e saberes ao trabalho do professor da rede pública de ensino que, por força das circunstâncias, teve que aprender a operar e agir frente a todas as incertezas e ressalvas feitas ao “ensino remoto”, sobretudo, no que se refere ao trabalho com crianças, como é o caso da realidade na qual se ambientou este estudo.	Transformações ocorrida no fazer docente devido a covid-19 e Sobrecarga de trabalho	https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2120

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE D - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED):

(continua)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
Precarização e Intensificação do Trabalho Docente no Brasil: tendências a perenizar o temporário?	Resumo Expandido 2022 GT21 (Trabalho e Educação)	Pesquisa Bibliográfica Materialismo Histórico-Dialético	Matheus Felisberto Costa	O trabalho docente é circunstanciado pelas necessidades do capital e, com isso, caracterizado pela flexibilidade e precariedade que pode ser avistado a partir da desconstrução das condições objetivas e subjetivas conquistadas historicamente pela classe trabalhadora.	Tendências da Indústria 4.0 na educação	http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/43/10739-TEXTOS_PROPPOSTA_COMPLETO.pdf
A Precarização do Trabalho Docente e Seus Desafios	Resumo Expandido 2022 GT 09 - Trabalho e Educação e Movimentos Sociais	Pesquisa Bibliográfica Materialismo Histórico-Dialético	Janiely dos Santos; Fabiane Santana Previtali	A precarização ocorre por diversos fatores na categoria docente, como apresentado neste estudo, podendo ser caracterizada pela relação de contrato de trabalho, a formação inicial e continuada e o adoecimento da categoria.	Tendências da Indústria 4.0 na educação	http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/47/11551-TEXTOS_PROPPOSTA_COMPLETO.pdf

Fonte: Elaborado pela autora.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED):

(conclusão)

Título	Tipo/Ano	Metodologia	Autores	Principais Conclusões	Núcleo temático central identificado	URL
Organização da Escola Pública e do Trabalho Docente na Pandemia: o papel do CME de Jataí-Goiás	Pôster 2022 GT 04 - Didática	Pesquisa Bibliográfica	Camila Alberto Vicente de Oliveira; Larissa Batista de Freitas;	A análise apontou que não houve nenhuma atividade diagnóstica das condições de ensino-aprendizagem, ação para formação docente com vistas ao ensino remoto ou mobilização e controle social para o enfrentamento das condições de trabalho docente nesse processo [...].	Suporte fornecido aos professores durante a pandemia covid-19	http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/47/11301-TEXT_PROP_STA_COMPLETO.pdf
Trabalho Docente em Tempos de Pandemia: Sistema de Ensino do Tocantins: impactos e (des)amparos	Pôster 2021 GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior	Revisão Bibliográfica Análise Documental Perspectiva Crítica	Penélope Ferreira de Medeiros Lima; Rosilene Lagare; Keila de Sousa Leitão	A situação de carência de comunicação formal, sistêmica e específica entre a gestão central e os profissionais da educação, mesmo em um contexto de explosão de informações, o que pode ter complicado ainda mais a situação no campo da educação no Tocantins.	Ações realizadas pelo Estado durante a pandemia da covid-19	http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/21/8737-TEXT_PROP_STA_COMPLETO.pdf

Fonte: Elaborado pela autora.